

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ÉLIDI CRISTINA TINTI

**CAPITALISMO, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
DILEMAS DO TRABALHO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS
EM RIBEIRÃO PRETO/SP**

FRANCA

2014

ÉLIDI CRISTINA TINTI

**CAPITALISMO, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
DILEMAS DO TRABALHO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS
EM RIBEIRÃO PRETO/SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Soraya Mustafa

FRANCA

2014

Tinti, Éliidi Cristina

Capitalismo, Trabalho e Formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto/SP / Éliidi Cristina Tinti. –Franca : [s.n.], 2014.
108 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Patrícia Soraya Mustafa

1.Serviço Social – Brasil. 2. Formação profissional. 3. Trabalho profissional. 4. Assistentes sociais – Ribeirão Preto (SP). I. Título.

CDD – 361.007

ÉLIDI CRISTINA TINTI

**CAPITALISMO, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
DILEMAS DO TRABALHO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS
EM RIBEIRÃO PRETO/SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Patrícia Soraya Mustafa

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2014.

Aos meus queridos: Sônia, Luiz, Lorena e Gabriel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a oportunidade de estar em uma universidade pública e gratuita, onde pude me graduar e pós-graduar. Agradeço ao cuidado e ao apoio oferecido pela minha família para que eu reunisse as devidas condições para conquistar meus objetivos. Agradeço ao meu esposo, amigo e companheiro, por estar ao meu lado me ensinando a conviver, apesar das adversidades. Agradeço a minha orientadora, pelo seu apoio constante e por sua capacidade de partilhar seus conhecimentos, me fazendo aprender muito. Agradeço a todos os familiares, amigos e professores que direta ou indiretamente me auxiliaram ao longo de minha trajetória no mestrado. Agradeço a Deus e aos meus companheiros de jornada, que iluminam meus caminhos todos os dias.

Aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas.

Karl Marx

TINTI, Élidi Cristina. **Capitalismo, Trabalho e Formação profissional:** dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto/SP. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a discutir os dilemas existentes no trabalho profissional do assistente social, inserido em diferentes áreas de atuação, à luz da formação acadêmica ocorrida em diferentes momentos para cada profissional e considerando-se as determinações da sociabilidade burguesa para o trabalho cotidiano. O estudo foi realizado a partir da reflexão sobre a categoria trabalho e sobre as configurações do mundo do trabalho, analisando-se as especificidades da conjuntura brasileira e inserindo o assistente social neste contexto social, político e econômico enquanto um trabalhador. Em seguida a reflexão abarca a análise sobre a formação profissional do assistente social a partir das configurações da política de ensino superior em curso no Brasil. Esta análise perpassa o estudo do desenvolvimento do Serviço Social e da construção do aparato teórico-metodológico da profissão, bem como os dilemas existentes na relação teoria e prática. Foram entrevistados oito assistentes sociais em Ribeirão Preto, atuantes nas áreas sócio-jurídica, saúde, previdência social e assistência social. A partir das reflexões realizadas à luz da discussão teórica e do conteúdo das entrevistas, o presente estudo discorre sobre os conflitos vivenciados pelos profissionais entrevistados no seu trabalho profissional cotidiano, enfatizando as dificuldades com relação ao referencial teórico-metodológico que os orienta e abarcando a visão dos mesmos sobre sua formação, suas condições de trabalho e a conjuntura brasileira. Ao longo do estudo foi possível perceber que as configurações da formação e as condições objetivas da realidade em que os assistentes sociais estão trabalhando interferem diretamente nas suas percepções sobre as questões abordadas, determinando um contexto em que não se identifica um referencial teórico-metodológico específico que orienta sua prática e estabelecendo diversos conflitos no que diz respeito à relação teoria e prática. Observou-se a importância da continuidade da formação como algo de extrema relevância para que os profissionais de fato possam analisar sua condição de maneira crítica, podendo refletir não só sobre sua condição de trabalhador, mas também sobre a demanda à qual são chamados a atender, de acordo com sua área de atuação, porém, estando todas as áreas submetidas aos determinantes da sociabilidade capitalista burguesa.

Palavras-chave: capitalismo. trabalho. formação profissional. Serviço Social. relação teoria e prática

TINTI, Élidi Cristina. **Capitalism, Work and Professional Formation:** dilemmas of the social workers daily labor in Ribeirão Preto/SP. 2014. 108 p. Dissertation (Masters in Social Work) - Faculty of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

ABSTRACT

This paper aims to discuss existing dilemmas in professional work of the social worker, inserted in different areas, in the light of academic formation that occurred at different times for each professional and considering the determinations of bourgeois daily sociability. The study was conducted from the reflection on the work category and on the settings of the working world, analyzing the specificities of the Brazilian situation and inserting the social worker in his social, political and economic context as a worker. Then the reflection includes the analysis on the formation of social workers from the settings of the current higher education policy in Brazil. This analysis covers the study of development of social work and the construction of the theoretical-methodological apparatus of the profession, as well as existing problems regarding the relation between theory and practice. Eight social workers were interviewed in Ribeirão Preto, active in socio-legal, health, social assistance and social welfare areas. From the considerations made in the light of the theoretical discussion and the content of the interviews, this study discusses the conflicts experienced by the professionals interviewed in their daily professional work, emphasizing the difficulties in relation to the theoretical and methodological referential, that guides and contemplates the vision of the same about their education, their working conditions and the Brazilian situation. Throughout the study it was revealed that the configurations of formation and the objective conditions of the reality that social workers are working interfere directly in their perceptions on the issues, determining a context that does not identify a specific theoretical and methodological framework and sets a guidance practice in various conflicts as regards theory and practice relationship. The importance of continued formation were noted as something extremely important for professionals, in fact they can analyze critically their condition, which can reflect not only on their status as workers, but also on the demand to which they are called to serve, according to their area of expertise, however, all of the areas subjected to the determinants of bourgeois capitalist sociability.

Keywords: capitalism. work. professional formation. Social Work. relation between theory and practice

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Área de atuação dos sujeitos da pesquisa	17
QUADRO 2 – Idade dos sujeitos da pesquisa	18
QUADRO 3 – Ano de formação dos sujeitos da pesquisa	18
QUADRO 4 – Local de formação dos sujeitos da pesquisa	19
QUADRO 5 – Tempo de atuação como assistente social dos sujeitos da pesquisa	19
QUADRO 6 – Tempo de atuação na área atual dos sujeitos da pesquisa	20
QUADRO 7 – Realização de pós graduação pelos sujeitos da pesquisa	20

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASA	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo aos Adolescentes
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNAERP	Universidade de Ribeirão Preto
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 CAPITALISMO, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL.....	25
1.1 As determinações do modo de produção capitalista para o Serviço Social e a centralidade da categoria trabalho.....	25
1.2 Trabalho Profissional sob a égide do capital: o assistente social enquanto trabalhador.....	31
1.3 O Processo de reconceituação do Serviço Social e a construção do arcabouço teórico-metodológico da profissão.....	38
1.4 O trabalho do assistente social na atual conjuntura.....	48
CAPÍTULO 2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E TRABALHO PROFISSIONAL.....	56
2.1 Os rebatimentos da política de educação em curso no Brasil para a formação em Serviço Social.....	57
2.2 Formação em Serviço Social e abordagem do referencial teórico-metodológico.....	67
CAPÍTULO 3 DILEMAS ENTRE TEORIA E PRÁTICA A PARTIR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DAS CONDIÇÕES OBJETIVAS DO TRABALHO COTIDIANO.....	71
3.1 A relação teoria e prática e o conceito de práxis.....	71
3.2 Pluralismo, ecletismo e sincretismo no Serviço Social: dilemas da teoria e da prática.....	77
3.3 Dificuldades acerca do referencial teórico-metodológico como norteador do trabalho profissional.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	99

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro Inicial da Pesquisa de Campo	104
Apêndice B - Novo Roteiro da Pesquisa de Campo	105
Apêndice C - Roteiro Complementar da Pesquisa de Campo	106

ANEXOS

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa de Campo	108
--	------------

INTRODUÇÃO

Recorrendo ao conteúdo do memorial contido no relatório apresentado por ocasião do exame geral de qualificação, novamente nos utilizamos da afirmativa Maria Carmelita Yazbek (2009), segundo a qual, a pós-graduação se constitui um espaço privilegiado de interlocução e diálogo entre as áreas do saber e entre diversos paradigmas teórico-metodológicos.

A partir desta frase, temos definido o significado da escolha em ingressar na pós-graduação, bem como da escolha do tema a ser estudado. O exercício profissional como assistente social e a vivência dos mais diversos dilemas nos conduziu a várias questões, transformadas em projeto de pesquisa e hoje, após muito trabalho, em dissertação de mestrado: o assistente social atua segundo uma teoria e metodologia específicas? Como se dá esta escolha e quais são os seus determinantes?

Estas questões, que sempre percorreram nossa trajetória, hoje se materializam em uma pesquisa na qual buscamos, com base em discussões teóricas e relatos da prática, uma resposta possível. Como veremos, esta resposta traz alguns elementos que clarificam a realidade, ao mesmo tempo em que suscitam novos questionamentos.

O objetivo deste estudo é contribuir para a compreensão sobre a formação e o trabalho profissional dos assistentes sociais, considerando a visão destes profissionais sobre o contexto em que atuam e sobre o referencial teórico-metodológico que orienta seu trabalho cotidiano, no município de Ribeirão Preto/SP¹.

Explorando os dilemas existentes para a realização desta reflexão, falaremos sobre a condução do trabalho cotidiano, submetido a determinadas condições objetivas e a partir de uma formação específica, influenciada pelos diferentes momentos da profissão.

O presente trabalho, visando uma compreensão crítica acerca do tema a ser estudado, buscou a construção de uma pesquisa ética e comprometida com os sujeitos sociais nela envolvidos.

O percurso metodológico teve como norteador o método materialista-dialético, mediante a conexão, a interdependência e a interação enquanto componentes formadores do processo dialético de compreensão:

¹ O lócus da pesquisa será o município de Ribeirão Preto/SP, devido ao fato de a pesquisadora residir e exercer sua atividade profissional nesta cidade.

O materialismo dialético parte [...] da existência objetiva das categorias como formas da realidade, e considera seus modos psicológicos de manifestação como um reflexo imediato do ser independente da consciência. Se conseguimos uma estimativa adequada desta imediaticidade, podemos obter dela valiosos estímulos para o conhecimento das conexões objetivas, mas sem esquecer que o decisivo para toda categoria é sua função na realidade objetiva [...] e que, portanto, seu modo psicológico de manifestação ilumina diretamente antes toda a interioridade humana e não pode dar indicações para o reflexo da realidade mais que de modo primário; essas indicações têm que ser comparadas muito criticamente com os resultados da aproximação à realidade objetiva, com o objetivo de evitar resultados errôneos. (LUKÁCS, 1966, p. 232, tradução nossa).

Na perspectiva da totalidade, entendida como um dos conceitos centrais da dialética materialista, o conhecimento concreto da realidade “É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade [...]” (KOSIK, 1976, p. 50).

Com base neste método, nos desafiaremos a abordar, ao longo dos capítulos constituintes deste trabalho, os dados coletados em pesquisa de campo com os profissionais entrevistados, associando-os aos pressupostos teóricos que orientam a presente pesquisa, considerando que o movimento dialético tem como ponto de partida o real e o concreto, permitindo a visualização de uma totalidade rica de determinações e relações.

Neste sentido, nos colocamos como parte deste movimento, levando em consideração aquilo que Marx apontou como necessário no método de apreensão do todo: “[...] é necessário que o sujeito – a sociedade – esteja constantemente presente na representação como ponto de partida.” (MARX, 1982, p. 17).

A partir desta afirmação temos clara a importância de uma discussão na qual o sujeito seja capaz de envolver, simultaneamente, os aspectos teóricos e práticos para a apreensão da realidade, permitindo uma análise consistente iluminada por uma teoria, e também partindo daquilo que a própria realidade está trazendo, fazendo-se as mediações necessárias para tal movimento.

Estas mediações não se fazem automaticamente, ou seja, necessitam do esforço do sujeito para desvelá-las, à medida em que “A natureza à primeira vista contraditória do particular consiste precisamente em que manifesta sua peculiaridade na mutação em totalidade ou em singularidade.” (LUKÁCS, 1966, p. 209, tradução nossa).

Assim, temos que uma compreensão teórico-metodológica da realidade realizada de maneira crítica se constitui num processo construído mediante a interlocução com o próprio movimento da sociedade (YAZBEK, 2009).

Ao longo do desenvolvimento dos capítulos observaremos que nos apontamentos trazidos pelos assistentes sociais com base em sua formação e em seu trabalho profissional há diferentes perspectivas com relação à profissão e seus determinantes. Identificaremos posturas críticas, alienadas e muitas vezes confusas diante do contexto a que são chamados a refletir.

O estudo da temática apresentada se constituiu pela pesquisa bibliográfica e pela pesquisa de campo qualitativa, partindo-se da perspectiva de que o estudo do objeto da presente pesquisa busca o entendimento e a explicação dos fenômenos considerando-se os demais fenômenos que os rodeiam, supondo contradições internas.

A pesquisa bibliográfica teve como objetivo fornecer os subsídios necessários para a construção teórica do trabalho, bem como elucidar a análise a ser realizada com os dados coletados na pesquisa campo.

A seleção e análise das obras produzidas na literatura profissional que vão desde a constituição do Serviço Social como profissão até sua reconceituação e, mais atualmente, as reflexões sobre a atual configuração do agir profissional, além dos diversos temas relacionados (trabalho, formação, práxis, etc). Foi aprofundada utilizando-se os seguintes materiais bibliográficos: livros, principais revistas de circulação e publicação entre os assistentes sociais, além de dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação.

A pesquisa de campo qualitativa foi escolhida tendo-se em vista as contradições inerentes à realidade objetiva e o pressuposto de que nada é definitivo, ou seja, todos os aspectos da realidade se inter-relacionam de maneira necessária e recíproca. A realidade é aqui entendida como totalidade concreta, onde cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo (KOSIK, 1976).

Considerando este movimento dialético, Marx (1982, p. 15) afirma que:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação.

A referida pesquisa foi composta por oito entrevistas semiestruturadas realizadas com assistentes sociais do município de Ribeirão Preto, que exercem atividade profissional atualmente nas áreas de assistência social, saúde, previdência social e sócio-jurídica (tribunal de justiça e medida socioeducativa), áreas estas que se configuram como importantes espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na atualidade.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados considerando-se o critério de tempo de conclusão da graduação em Serviço Social, ou seja, em cada área seriam escolhidos dois profissionais: aqueles que se formaram a mais e a menos tempo, de modo a contemplar, na medida do possível, profissionais que concluíram a graduação em Serviço Social nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.

A intencionalidade deste critério se define pela busca do entendimento sobre as diferenças existentes no referencial teórico-metodológico de profissionais formados em diferentes momentos, considerando-se também que cada momento da sociedade brasileira compreende um contexto social, político e econômico diverso.

A pesquisa buscou abarcar se as áreas nas quais estes profissionais estão inseridos condicionam de alguma forma os seus pressupostos teórico-metodológicos, também se estão em contínua formação ou não, e até que ponto isso traz alguma influência, levando-se em conta as condições objetivas em que o assistente social realiza o seu trabalho.

Outro critério utilizado foi a escolha de um sujeito representativo, por entendermos que este poderia contribuir para o trabalho a partir do momento em que estabeleceria um contraponto diante das demais falas captadas nas entrevistas. Este sujeito foi considerado significativo por conta de sua formação continuada e sua representatividade no município dentro de sua área de atuação, no caso, a política de assistência social.

Cabe acrescentar que o critério acima foi estabelecido depois do início das entrevistas, considerando-se o teor das mesmas e a ausência de uma discussão mais aprofundada a partir das questões às quais os profissionais foram chamados a refletir. Esta mudança pôde ser refletida na ocasião do exame de qualificação, de onde saíram os principais apontamentos para a reorganização da pesquisa de campo e da estruturação do trabalho como um todo.

A partir do conteúdo das entrevistas realizadas, buscou-se capturar todos ou pelo menos a maioria dos elementos que pudessem nos explicar a escolha de um referencial teórico-metodológico em detrimento de outro, a visualização deste no trabalho profissional e a opinião dos assistentes sociais sobre sua inserção no mundo do trabalho e as determinações deste para o profissional em si e para a demanda à qual ele é chamado a atender.

A trajetória para a identificação e seleção dos profissionais foi talvez o maior desafio colocado para a realização da pesquisa de campo. Inicialmente, a intenção era de que pudessem ser entrevistados dois profissionais dentro de cada uma das áreas citadas acima, a partir dos critérios estabelecidos para a seleção dos profissionais.

No entanto, isso foi possível “de pronto” apenas na área sociojurídica, a qual abarcou profissionais do tribunal de justiça e de medidas socioeducativas – Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo aos Adolescentes (CASA).

Na área da saúde, buscou-se a localização de profissionais da prefeitura municipal de Ribeirão Preto. No entanto, o setor de recursos humanos da referida instituição teve dificuldade para selecionar os dois profissionais diante do critério apresentados (ano de formação). Assim, neste local, a pesquisa não pôde ser viabilizada, e então nesta área os profissionais participantes foram escolhidos no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto.

Na previdência social - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - houve recusa de três profissionais, tendo sido realizada apenas uma entrevista, apesar da total concordância da instituição para a realização da pesquisa, conforme relato das chefias imediatas dos profissionais.

Na assistência social, área que abarca grande número de profissionais em Ribeirão Preto, os entraves foram ainda maiores: houve a recusa da instituição (prefeitura municipal) para viabilizar a pesquisa, mesmo com solicitação documentada junto à “comissão de ética” da Secretaria Municipal de Assistência Social, e também a recusa de três profissionais com os quais foram realizados contatos diretos.

Mesmo sendo salientada a importância da pesquisa e da participação de cada um para o processo de construção do conhecimento, sendo resguardado o sigilo com relação à identidade dos participantes, alguns profissionais da referida área se recusaram com a justificativa de só participarem com autorização da instituição. Desta forma, apenas um assistente social aceitou ser entrevistado, sabendo que a “comissão de ética” havia ignorado o pedido formal, após quase um ano de espera por um retorno.

Independentemente da área, a pesquisa buscou dar voz ao profissional inserido na divisão sociotécnica do trabalho e sujeito às mais diversas determinações no contexto em que está inserido, mas tendo que ter claro para si suas concepções ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas, sendo esta última a dimensão priorizada para o desenvolvimento da presente pesquisa.

A partir do conteúdo das entrevistas realizadas, foram identificados os elementos a serem destacados como parte constituinte dos capítulos juntamente com a discussão teórica acerca de cada uma das questões a serem desenvolvidas em consonância com os objetivos deste trabalho, mostrando a crítica, as contradições, os dilemas, as confusões e as impressões em geral dos profissionais.

Para resguardar o sigilo com relação à identidade dos participantes, foram definidos nomes fictícios para os mesmos, sendo todos substituídos por nomes de mulheres presentes em músicas brasileiras e internacionais, de diferentes intérpretes: Eleonor (The Beatles), Carolina (Seu Jorge), Camila (Biquíni Cavado), Geni (Chico Buarque), Lucy (The Beatles), Layla (Eric Clapton), Fátima (Capital Inicial) e Beth (Kiss).

Cabe acrescentar que todos os profissionais participantes da pesquisa concordaram com a realização da mesma mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual apresentamos como anexo do presente trabalho.

Abaixo apresentaremos quem são os sujeitos desta pesquisa, traçando um panorama sobre a idade, ano e local de formação, tempo de atuação como assistente social e na área atual, realização ou não de pós-graduação, considerando qual, quando e onde foi realizada. Esta caracterização é apresentada na introdução do trabalho para que os leitores possam conhecer estes profissionais e porque já no primeiro capítulo exploraremos as falas provenientes dos conteúdos das entrevistas.

A partir da seleção dos profissionais participantes da pesquisa de campo, o panorama com relação às áreas de atuação destes profissionais ficou assim definido:

Quadro 1 Área de atuação dos sujeitos da pesquisa

Nome	Área de Atuação (Ribeirão Preto/SP)
Eleonor	Saúde – Hospital das Clínicas
Carolina	Saúde – Hospital das Clínicas
Camila	Jurídica – Tribunal de Justiça
Geni	Jurídica – Tribunal de Justiça
Lucy	Previdência Social – INSS
Layla	Assistência Social – Prefeitura Municipal
Fátima	Medida Socioeducativa – Fundação CASA
Beth	Medida Socioeducativa – Fundação CASA

Fonte: elaborado por Éliidi Cristina Tinti

Abaixo, apresentamos o quadro com a idade dos profissionais entrevistados, configurando uma faixa de idade entre 27 e 65 anos de idade, sendo que a maioria está acima dos 52 anos de idade:

Quadro 2 Idade dos sujeitos da pesquisa

Nome	Idade
Eleonor	59 anos
Carolina	27 anos
Camila	40 anos
Geni	65 anos
Lucy	28 anos
Layla	54 anos
Fátima	56 anos
Beth	52 anos

Fonte: elaborado por Éliidi Cristina Tinti

Em seguida temos o quadro que apresenta o ano de formação de cada um dos profissionais entrevistados, sendo três da década de 1970, um da década de 1980, um da década de 1990 e três da primeira década dos anos 2000:

Quadro 3 Ano de formação dos sujeitos da pesquisa

Nome	Ano de Formação
Eleonor	1976
Carolina	2007
Camila	2003
Geni	1972
Lucy	2007
Layla	1979
Fátima	1982
Beth	1999

Fonte: elaborado por Éliidi Cristina Tinti

O quadro seguinte mostra o local de formação dos profissionais participantes da pesquisa, identificando que cinco se formaram em instituições privadas e apenas três em instituições públicas:

Quadro 4 Local de formação dos sujeitos da pesquisa

Nome	Local de Formação
Eleonor	Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) – Ribeirão Preto/SP
Carolina	Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Franca/SP
Camila	Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) – Ribeirão Preto/SP
Geni	Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) – Ribeirão Preto/SP
Lucy	Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Franca/SP
Layla	Instituto Toledo de Ensino – Bauru/SP
Fátima	Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) – Ribeirão Preto/SP
Beth	Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina/PR

Fonte: elaborado por Éliidi Cristina Tinti

Os dados situados abaixo apresentam o tempo de atuação dos profissionais como assistentes sociais, destacando que a atuação mínima é de cinco anos e a máxima é de quatro décadas:

Quadro 5 Tempo de atuação como assistente social dos sujeitos da pesquisa

Nome	Tempo de Atuação como Assistente Social
Eleonor	37 anos
Carolina	5 anos
Camila	6 anos
Geni	40 anos
Lucy	5 anos e 6 meses
Layla	34 anos
Fátima	25 anos
Beth	14 anos

Fonte: elaborado por Éliidi Cristina Tinti

Em seguida mostramos o tempo de atuação dos assistentes sociais na área atual, considerando a diversidade da inserção profissional de cada um a partir da conclusão da graduação:

Quadro 6 Tempo de atuação na área atual dos sujeitos da pesquisa

Nome	Tempo de Atuação na Área Atual
Eleonor	19 anos e 6 meses
Carolina	3 anos
Camila	1 ano e 3 meses
Geni	22 anos
Lucy	3 anos e 6 meses
Layla	19 anos
Fátima	12 anos e 6 meses
Beth	6 anos

Fonte: elaborado por Éliidi Cristina Tinti

Podemos observar que metade dos profissionais atua há mais de dez anos na mesma área, enquanto a outra metade o faz a menos de seis anos.

O próximo quadro identifica a realização ou não de pós-graduação por parte dos profissionais participantes da pesquisa, incluindo as modalidades *latu senso* e *strictu senso*.

Quadro 7 Realização de pós graduação pelos sujeitos da pesquisa

Nome	Pós-Graduação
Eleonor	Não realizou
Carolina	Programa de Aprimoramento Profissional (saúde/causas externas) – UNICAMP
Camila	Não realizou
Geni	Não realizou
Lucy	Não realizou
Layla	Mestrado – UNESP, Doutorado – USP, Especializações (didática e políticas públicas) – USP e UnB
Fátima	Não realizou
Beth	Especialização (violência contra a mulher) – UEL

Fonte: elaborado por Éliidi Cristina Tinti

O quadro mostra que apenas três assistentes sociais deram continuidade à formação profissional para além da graduação, o que não necessariamente irá determinar integralmente suas percepções, mas irá influenciar suas análises sobre as questões abordadas na entrevista, como veremos no decorrer dos capítulos da dissertação.

Temos, portanto, oito assistentes sociais que responderam às perguntas contidas nos roteiros de entrevista, configurando um processo que se deu de maneira diferente para cada profissional.

Inicialmente foi elaborado um questionário para entrevista semiestruturada (Apêndice A); considerando as dificuldades vivenciadas com relação à seleção dos sujeitos, e também a partir das mudanças que foram realizadas na pesquisa de campo após a banca do exame geral de qualificação, responderam a este questionário cinco profissionais: dois da área da Saúde, dois do Tribunal de Justiça e um da Previdência Social.

As entrevistas foram agendadas previamente, momento em que foram esclarecidas as questões relativas ao objetivo da pesquisa, modo de realização e sigilo com relação à identidade do entrevistado. Todas foram realizadas no ambiente de trabalho dos assistentes sociais.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Entretanto, apenas a profissional Geni, no momento do encontro agendado, se recusou a gravar a entrevista, solicitando responder às perguntas por meio escrito.

Considerando os apontamentos realizados pela banca de qualificação, o questionário a ser utilizado para as entrevistas foi remodelado (Apêndice B).

Responderam a este novo questionário completo os demais sujeitos da pesquisa: Layla, da Assistência Social, e Fátima e Beth, das Medidas Socioeducativas, tendo sido a primeira por meio de entrevista gravada e as duas últimas por meio de resposta por escrito, a pedido dos profissionais, em decorrência de falta de tempo para a realização da entrevista pessoalmente.

Foi realizado o contato com os profissionais da primeira etapa para que estes respondessem às novas perguntas constituintes do questionário (Apêndice C), completando assim sua participação na pesquisa. Entretanto, apenas Carolina, Camila e Lucy concordaram em responder, o que também foi feito por meio escrito, diante da alegação das mesmas de falta de tempo para um novo agendamento para a realização de entrevista gravada.

Geni não retornou nossos contatos para dar continuidade à pesquisa; Eleonor retornou o contato referindo que não estava disposta a dar continuidade a sua participação pois, em nosso primeiro contato, compreendeu que deveria realizar apenas uma entrevista, mesmo após ser devidamente esclarecida a mudança ocorrida na pesquisa a partir da realização da banca de qualificação.

Assim, considerando as duas etapas da pesquisa de campo, não foi possível que todos os profissionais respondessem a todas as perguntas, o que diferenciou os conteúdos, mas

trouxe um dado significativo ao analisarmos os conteúdos das falas dos profissionais que apresentaram recusa em participar de todo o processo (Geni e Eleonor), com relação aos assuntos abordados no roteiro inicial da pesquisa.

O desenvolvimento dos capítulos deste trabalho teve como intenção traçar um panorama geral em relação ao trabalho, à formação e aos dilemas vivenciados pelos profissionais, realizando a devida particularização destes contextos para o Serviço Social.

Considerando o momento histórico que marcou o surgimento da profissão, analisaremos criticamente a conjuntura em que se situou o desenvolvimento e a profissionalização do Serviço Social, passando pela ditadura militar e considerando o dito processo de democratização do país, ambas circunstâncias com grandes influências para a profissão.

A partir do movimento de reconceituação ocorrido no Serviço Social a partir da década de 1960, damos destaque ao surgimento e ao amadurecimento da vertente crítica, contexto marcado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, como um marco no fortalecimento da democracia.

Já na década de 1990, teremos a introdução do ideário neoliberal, o qual irá marcar as medidas econômicas adotadas e a condução das políticas públicas, imprimindo uma regressão no campo dos direitos sociais e afetando diretamente o campo de trabalho dos assistentes sociais, os quais atuam diretamente com as diversas expressões da “questão social”.

Analisaremos a política de educação em curso no Brasil, especificamente em relação ao ensino superior, para discutir a formação profissional dos assistentes sociais neste contexto, abarcando as transformações do mundo do trabalho, sendo estes os elementos centrais para a análise dos dilemas vivenciados hoje pelos profissionais no seu trabalho profissional cotidiano.

O primeiro capítulo da dissertação propõe uma reflexão sobre o modo de produção capitalista, abarcando aspectos relativos à categoria trabalho e às configurações do mundo do trabalho.

Considerando o papel do Estado frente às políticas sociais no contexto do neoliberalismo, este capítulo procura expor os determinantes do modo de produção capitalista para a chamada “questão social” e o surgimento do Serviço Social enquanto resposta do estado às mazelas sociais.

A profissão é situada na divisão sociotécnica do trabalho e o assistente social é considerado um trabalhador, sujeito às mais diversas condições de trabalho, trazendo à tona a

contradição acerca desta condição do profissional que também é chamado a intervir na realidade concreta da qual é parte.

Este capítulo discute também o processo de reconceituação do Serviço Social, enfatizando a construção do arcabouço teórico da profissão.

O segundo capítulo aborda a formação profissional nos diferentes momentos atravessados pela profissão, ficando claro que cada um destes momentos influencia na relação do Serviço Social com as diferentes matrizes teórico-metodológicas, configurando um quadro em que a história da profissão atravessa, portanto, a formação profissional.

Esta discussão se dá a partir da compreensão acerca da política de educação superior em curso no Brasil, como condição para a análise da particularização disso no contexto da formação em Serviço Social.

A partir da apresentação sobre como se dá a formação profissional, temos colocado o dilema vivenciado pelos assistentes sociais, os quais são submetidos a uma formação específica e se deparam com as diversas questões que lhe são requisitadas pela conjuntura.

O terceiro capítulo trata justamente dos dilemas, conflitos e dificuldades dos assistentes sociais, a partir das condições objetivas de trabalho e da sua formação, explorando como fica neste contexto a questão do referencial teórico-metodológico que deveria orientar seu pensar e agir profissional.

Este capítulo discute a relação teoria e prática, considerando a existência do pluralismo, do ecletismo e do sincretismo nos aspectos teóricos e práticos do Serviço Social, abrindo caminhos para a análise sobre as dificuldades vivenciadas pelos profissionais com relação ao entendimento sobre o referencial teórico-metodológico como norteador de seu trabalho.

Esperamos que o presente trabalho traga alguns elementos para a reflexão sobre o trabalho profissional dos assistentes sociais e suas dificuldades para pensar seu referencial teórico-metodológico, o qual não poderá estar desconectado das dimensões técnico-operativa e ético-política.

Entendemos como necessária tal reflexão a partir do momento em que ela promove para o profissional a crítica necessária para enfrentar as diversas dificuldades que se colocam no seu trabalho cotidiano, e que lhe exigem capacidade de leitura para a decisão acerca do potencial do trabalho a ser feito, diante das mais diversas demandas, todas bastante complexas, variando de acordo com a área de atuação.

Assim, nos valemos da afirmativa de José Fernando Silva (2013) para falar sobre o processo de construção e sistematização do conhecimento, realizado aqui a partir de diferentes

temas e contando com os dados captados por meio da pesquisa de campo feita em contato direto com a realidade concreta dos profissionais:

Toda produção de conhecimentos autêntica extrai da realidade e do próprio movimento sócio-histórico os elementos de sua elaboração (com o apoio do pensamento), processo que permite capturar (ainda que não exatamente) a universalidade do complexo estudado e explicar, por meio de múltiplas mediações, os fatos singulares da vida que também se expressam em dramas imediatamente pessoais com os quais os assistentes sociais lidam cotidianamente. (SILVA, J. F. S., 2013, p. 22).

Consideramos que, como qualquer elaboração teórica, o presente estudo também tem particularidades no que diz respeito ao seu alcance e limite, mas já consideramos grande e intenso o caminho percorrido até aqui, iluminado por um método que nos permitiu a construção de mediações necessárias ao entendimento dos propósitos desta pesquisa.

Apesar das dificuldades encontradas na elaboração deste trabalho, estas não eliminaram a clareza da busca por uma pesquisa ética e comprometida, a qual perseguiu incessantemente o método apresentado, como meio para desvelar as mais diversas questões que se colocam a nós, profissionais, no tempo presente.

CAPÍTULO 1 CAPITALISMO, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

1.1 As determinações do modo de produção capitalista para o Serviço Social e a centralidade da categoria trabalho

Considerando a conexão intrínseca existente entre o modo de produção capitalista e o Serviço Social, vemos como necessária a realização da reflexão sobre as determinações do capital sobre a conjuntura em que se deu a construção da profissão e em que hoje se dá o exercício profissional, abarcando também, para esta discussão, a centralidade da categoria trabalho e as configurações do mundo do trabalho.

Esta conexão é ratificada na medida em que entendemos a emergência da profissão como uma variável da idade do monopólio: “[...] enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social.” (PAULO NETTO, 1996a, p. 70).

A discussão sobre as determinações da sociabilidade em que vivemos para o surgimento e o desenvolvimento do Serviço Social servirá de fio condutor para a reflexão de uma questão mais específica: partindo desta conjuntura, quais seriam as demandas colocadas para o assistente social e suas dificuldades para intervir sobre elas, considerando que este profissional também é um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho?

Para realizar esta análise, tomaremos como base o movimento dialético, considerando que “O caminho do pensamento e do conhecimento é uma ininterrupta oscilação acima e abaixo da singularidade à totalidade e desta para aquela.” (LUKÁCS, 1966, p. 207-208, tradução nossa).

Ao falarmos sobre o trabalho profissional do assistente social no contexto da sociabilidade burguesa, temos como um dos aspectos centrais para a análise a centralidade da categoria trabalho, expressa de maneira enfática na presente afirmação de que “[...] o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianeidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas.” (ANTUNES, 1995, p. 121).

O profissional de Serviço Social é concebido nesta perspectiva como ser social que trabalha, sob uma dada condição concreta, porém, dotado de um potencial para a criação, já que o ato teleológico, elemento constitutivo central do trabalho, é que funda a especificidade do ser social, o qual cria e renova as próprias condições de sobrevivência na busca da

produção e reprodução da sua vida societal e luta pela sobrevivência. Sua gênese é baseada no trabalho, assim como a sua elevação em relação à sua própria base e aquisição de autonomia (ANTUNES, 2003).

O trabalho é um elemento central na vida do ser social, possibilitando sua sobrevivência e dando um sentido para ela. A categoria trabalho, na sua centralidade, faz com que o homem, ao trabalhar o mundo objetivo, se prove de maneira efetiva como um ser genérico (MARX, 1983), cabendo ao trabalho inclusive o momento predominante no desenvolvimento do mundo dos homens, uma vez que somente nele se vê o novo que impulsiona a humanidade a patamares superiores de sociabilidade (LESSA, 1996).

O capitalismo, a partir do seu processo de desenvolvimento, crise e recriação, vem determinando, de maneira perversa, uma conjuntura na qual o trabalho tem seu sentido subvertido, afetando diretamente a vida do ser social na medida em que limita suas possibilidades de desenvolvimento e cerceando as chances de ampliação de uma “vida cheia de sentido” (ANTUNES, 1995), desvalorizando suas potencialidades.

A análise sobre o modo de produção capitalista e suas determinações deve ocorrer problematizando-se os traços predominantes da configuração do capitalismo contemporâneo, apreendidos numa relação de continuidade e rupturas, associando traços antigos e novos, e que promovem um desenvolvimento desigual e combinado onde “coexistem, se convertem e se amalgamam formas arcaicas e modernas.” (GUERRA, 2013, p. 236).

Considerando a atual configuração do modo de produção capitalista e suas consequências para a vida dos seres sociais, Guerra (2013, p. 236) afirma que:

[...] a atual crise do capital, seus antigos e reatualizados modelos de produção/reprodução e de acumulação incidem na construção das subjetividades, constituindo um sujeito que adere, acriticamente, ao fetiche oriundo do processo de financeirização do capital, não apenas respondendo, mas incorporando sua racionalidade como modo de ser, pensar e agir.

No processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, apesar de serem observadas muitas mudanças que afetam diretamente a organização do trabalho e em consequência os trabalhadores, o que na realidade ocorreu foi uma mutação no padrão de acumulação, e não no modo de produção em si, que prosseguiu com a intensificação e a exploração do trabalho:

O atual padrão de acumulação que Harvey (2004) chama de “despossessão”, que caracteriza o novo imperialismo, atualizando as relações de dependência e exploração entre os países, é expressão da atual crise do capitalismo e alcança um

grau de complexidade e aprofundamento nunca antes sequer presumido pelos analistas, exigindo processos de restauração do capital, produzindo mudanças das mais significativas, especialmente no que tange ao papel do Estado, cuja presença na economia e na regulação do mercado de trabalho se tornam cada vez mais fortes. (GUERRA, 2013, p. 235).

Assim, “Conforme argumenta Harvey (2004), no novo imperialismo, a acumulação de capital se realiza (des)apossando a classe trabalhadora materialmente e no campo dos direitos humanos e sociais.” (GUERRA, 2013, p. 235).

Mészáros (2006) aponta para a necessidade de se compreender os elementos que compõem o funcionamento do sistema do capital, de maneira que se possa desvelar suas determinações numa perspectiva histórica:

[...] é preciso entender a dialética objetiva da *contingência* e da *necessidade*, assim como do *histórico* e do *trans-histórico* no contexto do modo de funcionamento do sistema do capital. Esses são os parâmetros categorizadores que ajudam a identificar os *limites* relativos e absolutos dentro dos quais o poder sempre historicamente ajustado do capital se afirma *trans-historicamente*, através de muitos séculos. (MÉSZÁROS, 2006, p. 184-185, grifo do autor).

A partir da compreensão sobre este modo de produção como um processo, em constante mutação e com diversas determinações, retomamos a discussão sobre a categoria trabalho e sua centralidade, usando como referência uma importante questão elaborada por Antunes: “O trabalho não é mais, para lembrar Lukács, protoforma da atividade dos seres sociais ou, para recordar Marx, necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza?” (ANTUNES, 1995, p. 36).

Este mesmo autor nos traz os elementos necessários para a formulação de uma resposta minimamente aceitável: “Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado.” (ANTUNES, 1995, p. 123). Assim, “Como resultante da forma de trabalho na sociedade capitalista tem-se a desrealização do ser social.” (ANTUNES, 1995, p. 124).

Temos então a vida do ser social sendo determinada por condições objetivas, compondo um contexto de alienação e de cerceamento da autonomia e das possibilidades de mudança.

Segundo Heller (1985, p. 38),

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção.

[...] Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todas as camadas sociais; [...] mas, no capitalismo moderno, aprofundou-se desmesuradamente.

O desenvolvimento das forças produtivas, portanto, deixa de significar a potencialização das capacidades do homem genérico para ser o aumento da miséria e das tragédias humanas (LESSA, 1996).

Neste sentido, Marx (1983, p. 153) afirma que:

[...] o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência, [...] portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, [...] não se sente bem, mas infeliz, [...] não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica a sua *physis* e arruína a sua mente. Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele.

A partir de todas estas determinações colocadas pelo capital, o Estado é chamado a intervir para lidar com as consequências trazidas pela perversidade deste modo de produção, que, contraditoriamente, explora e degrada o trabalhador ao mesmo tempo em que necessita dele para sua produção e reprodução.

As respostas do Estado frente a “questão social emergente”² serão diversas de acordo com o momento histórico em que se faz a análise. Desta maneira, podemos identificar claramente a função do surgimento e do desenvolvimento do Serviço Social na conjuntura brasileira

A análise sobre a gênese do Serviço Social como profissão é impensável fora dos marcos da ordem burguesa, da sua sociabilidade e suas inerentes contradições fundadas na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. (SILVA, J. F. S., 2013, p. 29).

Desta forma, o mesmo autor complementa que:

Posto isso, não há como contestar: as protoformas do Serviço Social brasileiro, seu aperfeiçoamento e sua institucionalização – que lhe garantiram o estatuto de profissão na divisão sociotécnica do trabalho –, estiveram sempre e organicamente vinculadas à manutenção da ordem. Esse ingrediente encontra-se na gênese do Serviço Social sendo, por isso, insuprimível desde que mantidas as bases da sociabilidade burguesa. (SILVA, J. F. S., 2013, p. 81).

² Para aprofundar o debate sobre a questão social, tal qual a compreendemos neste estudo, ver Marx (1984).

É preciso, portanto, compreender a gênese do Serviço Social organicamente vinculada à sociabilidade burguesa, configurando um processo que, no caso brasileiro, irá se desenvolver no início do século XX, especificamente na década de 1930, período no qual são fundadas as protoformas do Serviço Social brasileiro, década esta que também marca a gênese das políticas sociais no Brasil.

É justamente na emergência do capitalismo monopolista que o Estado burguês se vê chamado a intervir na “questão social”, administrando suas expressões e garantindo a preservação e o controle da força de trabalho. Esta intervenção estatal se dá mediante exigências econômico-sociais, mas também por conta do protagonismo político-social das camadas trabalhadoras, aliando-se a isso o dinamismo político e cultural que passou a permear a sociedade burguesa com as diferenciações no interior da estrutura de classes.

Foi nesse terreno sócio-histórico de ampliação dos serviços e constituição das grandes instituições estatais e privadas, racionalização, tecnização e especialização das ações profissionais, com o objetivo de aprimorar e aperfeiçoar as formas de controle das mazelas sociais, que o Serviço Social surgiu como uma profissão privilegiada e socialmente legitimada para lidar com a “questão social”. (SILVA, J. F. S. 2013, p. 125).

Portanto, vemos que o Serviço Social nasce porque existe uma questão social emergente, a qual pode ser interpretada de diversas maneiras. Neste trabalho, buscamos o entendimento da mesma com o auxílio de Yamamoto (2006, p. 17), como sendo a expressão de

[...] desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Pensando-se no surgimento da intervenção social na emergência desta sociedade capitalista, temos a constituição do Serviço Social como profissão apenas quando este rompe com as formas filantrópicas e assistenciais antes desenvolvidas. A profissionalização do assistente social se dá justamente quando sua atuação passa a ocorrer no contexto de organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social, apesar de ter mantido este referencial, o qual determinou sua prática por vários anos.

O mercado de trabalho criado para o assistente social é como executor das políticas sociais, e a massividade da relação profissional assalariada marca o caráter efetivamente não-liberal de seu exercício profissional. A afirmação e o desenvolvimento de um estatuto profissional se darão com a inter-relação de dois aspectos: o das demandas socialmente

colocadas para o assistente social e o das reservas próprias de forças teóricas e prático-sociais (PAULO NETTO, 1996a).

Mais adiante veremos que a redefinição deste estatuto profissional irá decorrer da incorporação de novas e diferentes matrizes teórico-culturais, trazendo elementos importantes para a discussão desta construção operada na profissão, como o sincretismo, o ecletismo e o pluralismo.

Sobre esta redefinição, José Paulo Netto (1996a, p. 99) salienta que

[...] cortando com as práticas das suas protoformas, [o Serviço Social] não se legitima socialmente por resultantes muito diversas. A sua prática, orientada por um sistema de saber e inserida institucionalmente no espectro da divisão social e técnica do trabalho, não vai muito além de práticas sem estes atributos.

Aliando-se a esta discussão o componente referente ao contexto político no Brasil, durante o qual se deram as diferentes etapas do processo de constituição da profissão, merece relevância o contexto determinado pela ditadura militar.

Para José Paulo Netto (2006, p. 136),

A dialética entre o Serviço Social no país antes e durante/depois do ciclo autocrático não é nem a ruptura íntegra, nem a mesmice pleonástica: é um processo muito complexo em que rompimentos se entrecruzam e se superpõem a continuidades e reiterações [...].

Ou seja, várias tendências com as quais se enriqueceu a profissão foram se definindo e se desenvolvendo, formando o constructo atual da profissão.

A importância deste momento histórico do país para o desenvolvimento da profissão reside no fato de que:

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. É desnecessário dizer que esta repercussão não foi idílica: envolveu fortes polêmicas e diferenciações no corpo profissional – o que, por outra parte, é uma saudável implicação da luta de idéias. (PAULO NETTO, 2006, p. 11).

As forças políticas que incidem nas condições e relações de trabalho do assistente social envolvem uma série de mediações que por sua vez incidem no processamento da ação e nos resultados projetados tanto individual como coletivamente, já que “[...] a história é o

resultado de inúmeras vontades lançadas em diferentes direções que têm múltiplas influências sobre a vida social.” (IAMAMOTO, 2008, p. 230).

Temos, portanto, que a ditadura trouxe fortes influências para desenvolvimento do Serviço Social, assim como o processo de democratização a partir da década 1980 também incidiu sobre a profissão, impulsionando-a a rever seu significado e sua inserção na sociedade. Estas influências citadas são verificadas no Movimento de Reconceituação, o qual passou por diferentes momentos, a partir do contexto político de cada fase deste processo.

1.2 Trabalho Profissional sob a égide do capital: o assistente social enquanto trabalhador

Retomando os indicativos do início deste capítulo, encampamos agora a discussão sobre como se dá o trabalho profissional do assistente social nesta conjuntura diante da qual é chamado a intervir, sob condições determinadas e como um trabalhador, submetido a uma formação específica, questão esta última que será desenvolvida no segundo capítulo.

Para esta discussão sobre as condições de trabalho colocadas para o assistente social, partimos do pressuposto de que

[...] situar o Serviço Social como uma profissão inserida no metabolismo do capital, como parte de sua produção e reprodução em escala ampliada, é condição básica para explicar o significado social dessa profissão e para endossar uma atuação profissional inspirada no ponto de vista da totalidade. (SILVA, J. F. S., 2013, p. 23).

Neste sentido, salientamos que:

[...] os novos valores veiculados no mundo do capital não envolvem apenas a esfera da produção. Envolvem, de modo mediato, o conjunto das relações sociais, incluindo diversas modalidades de práticas para além do espaço fabril, nas quais se incluem, dentre outras especializações do trabalho coletivo, o Serviço Social. (BRAZ; RODRIGUES, 2013, p. 262).

Analisando as condições concretas sob as quais se dá este trabalho profissional, Guerra afirma que:

[...] como uma tendência que abarca as profissões assalariadas, os assistentes sociais têm seus espaços, condições e relações de trabalho precarizadas e quase totalmente destituídas de direitos. Vivenciam e enfrentam, ao mesmo tempo, as expressões da exploração e dominação do capital sobre o trabalho e efetivam respostas no campo dos direitos, captando e enfrentando as expressões da chamada “questão social”, que se convertem, por meio de múltiplas mediações, numa diversidade de demandas

para a profissão. Tais respostas, que não são neutras, dependem de o profissional assumir a sua condição de trabalhador assalariado e do domínio de um referencial teórico-metodológico que os ajude a fazer a leitura mais correta dessa realidade. (GUERRA, 2010, p. 716-717).

A reflexão acima traz a situação do profissional no contexto da realidade social determinada pelo capitalismo, apontando a importância de o assistente social ter a devida clareza sobre sua condição, contando com um referencial teórico-metodológico que deverá iluminar suas análises e sua atuação.

De acordo com os sujeitos da pesquisa, temos esta questão ratificada a partir da seguinte afirmativa, a qual, apesar de não aprofundar a reflexão, mostra o conflito que a profissional verifica entre o referencial teórico-metodológico e a realidade objetiva:

Enquanto profissional, **tentamos lançar mão de referencial** que busca o conhecimento da totalidade e do indivíduo como protagonista de sua história, com capacidade de emancipação. Em contrapartida, **nos deparamos com posturas conservadoras**, autoritárias, discriminatórias, tecnocratas e clientelistas enfraquecendo o direito à liberdade e emancipação dos sujeitos e consequentemente enfraquecendo a efetividade da ação do profissional. (Fátima – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Mais adiante Guerra (2010, p. 719) irá expor os conflitos existentes na realidade concreta em que se realiza o trabalho dos assistentes sociais e incidem diretamente neste exercício profissional:

A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras.

As dimensões citadas configuram um quadro que trará diversas implicações para as respostas a que o assistente social é chamado a dar no seu trabalho profissional no cotidiano. Isso porque, além de atender a demanda que se lhe apresenta na forma de expressões da “questão social”, o profissional se vê como parte desta realidade e sofrendo também com as determinações da forma como a sociedade está organizada.

É preciso destacar que a sociabilidade em curso não apenas engessa o profissional nas suas relações de trabalho assalariado-estranhado, mas também, simultaneamente, endurece sua “alma crítica” (vista como desnecessária), retira dele

as condições objetivas para que ele se qualifique mais profundamente, para além do imediatamente posto no cotidiano profissional, submetendo-o a uma esfera meramente operativa. (SILVA, J.F.S., 2013, p. 129).

Iamamoto (2006) também discute esta questão enfatizando a tensão existente entre a autonomia profissional e a condição assalariada do assistente social, considerando que, mesmo sendo o Serviço Social regulamentado como uma profissão liberal, que dispõe de estatutos legais e éticos que lhe atribuem uma autonomia teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, está sujeito a um contrato de trabalho com organismos empregadores sejam públicos ou privados, nos quais o assistente social se afirma como trabalhador assalariado.

Muito raramente a literatura produzida no Serviço Social se debruça sobre as consequências geradas pela degradação das condições de trabalho e vida dos assistentes sociais. Por vezes, as ações repetitivas, rotineiras e acrílicas, os imediatismos, a fragmentação do trabalho, a urgência em dar respostas, a necessidade de buscar soluções individuais, sendo responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso, acarreta doenças profissionais, submetidos que estão à pressão para resolver os problemas que requisitam respostas imediatas e urgentes. (GUERRA, 2010, p. 722).

Esta importante questão relativa às condições de trabalho do assistente social inserido na sociabilidade burguesa e chamado a atender uma determinada demanda foi bastante apontada pelos profissionais nas entrevistas da pesquisa de campo.

Destacamos aqui aquelas que consideramos serem mais representativas da questão, falando sobre a satisfação ou não do profissional com suas condições de trabalho com relação ao salário, carga horária, regime de trabalho, relações institucionais, exigências e etc:

Eu estou parcialmente satisfeita, mas acredito que a contratação de mais profissionais e reformas na estrutura física do setor proporcionariam agilidade no atendimento dos processos. (Camila – assistente social – entrevista).

O trabalho respeita a nova carga horária de 30 horas semanais, as relações entre equipe são boas, decisões e dúvidas discutidas em grupo, porém as relações com os demais profissionais ainda não configuram trabalho interdisciplinar. A remuneração é muito precária, não acompanha o aumento anual inflacionário, não permite qualidade de vida, além de não remunerar, em valores ideais a insalubridade e não remunerar periculosidade. A instituição proporciona curso e capacitações, assim como também auxilia, financeiramente, o funcionário para realizar as mesmas. (Carolina – assistente social – entrevista).

Quanto ao salário e carga horária podem ser considerados satisfatórios. **Existe fator dificultador que é o de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas** e capazes de preservar e efetivar direitos a partir das demandas emergentes no cotidiano. (Fátima – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Nestas colocações das profissionais observamos que aparecem aspectos positivos e negativos das condições em que estão trabalhando, as quais, como pudemos ver na última citação, irão influir diretamente no conteúdo do trabalho do assistente social.

Sobre esta mesma questão destacamos outras falas consideradas significativas justamente por situarem de maneira mais aprofundada a relação existente entre as condições de trabalho, as relações estabelecidas (institucionais, com as demandas), a culpabilização do profissional e por conseguinte o conteúdo do trabalho realizado.

A fala abaixo coloca este conflito da profissão pontuando as possibilidades de enfrentamento que o assistente social possui, de uma maneira crítica e otimista, sem desconsiderar as dificuldades:

[As condições de trabalho são] Como a de todos nós, num país capitalista e tudo... Nós estávamos falando justamente disso: a forma como a precarização do trabalho acontece, as formas como as relações de poder, num país que não é democrático, porque não é; o país não é democrático, as vias não são democráticas, as instituições não são democráticas... Então, o quanto a gente sofre com as relações de poder! [...] **é aquele jogo: o que tá aparente e o que tá oculto.** O que tá aparente é uma situação, é uma condição, e a forma como isso se estabelece fica oculta. E você fica sujeito! Então você tem condições de trabalho cada vez piores. E quando a gente fala em relações de poder, dentro das instituições públicas, nós também estamos falando de relações político-partidárias, e arbitrárias, e não democráticas... Porque qual é o interesse de quem usa essa via de fazer da sociedade uma sociedade mais democrática, mais igualitária? Nenhum! Mas na aparência... **Então aí as coisas não dão certo? Bom, ‘a culpa é dos profissionais’! Você culpabiliza o indivíduo.** ‘É o profissional que é ruim! Ah, funcionário público!’ Sabe, é ruim mesmo! Então você não tem estrutura de trabalho, **você fica cavando possibilidades de dar mais qualidade pro seu trabalho, de humanizar o atendimento, de ter um ambiente mais acolhedor,** e na verdade a pessoa chega aqui e fala: que sujeira é essa? Porque faz oito meses que vocês tá sem uma pessoa para vir limpar! Quer dizer, o que você quer passar pra essa pessoa? Que pra pobre qualquer coisa tá bom? Tá bom, né! Falta só a instituição dizer pra você: ‘uai, mas a casa dela por um acaso é mais limpa que isso pra ela tá reclamando?’ Porque qual é a mensagem que tá implícita aí: ah, não faz muita diferença. **Tem um jogo sutil, subjetivo, e que você precisa olhar, e fazer a crítica, pra você fazer o enfrentamento, porque senão você passa a acreditar!** [...] não adianta reclamar, **a gente precisa se fortalecer no coletivo e tentar fazer um enfrentamento!** Como nós vamos dar qualidade, como nós vamos fazer esse enfrentamento, e não deixar a instituição nos convencer, convencer a população de que nós somos uma porcaria mesmo! De que nós não temos competência técnica, de que nós não temos competência profissional, de que nós somos incompetentes, que não damos conta de desempenhar as nossas funções com mais qualidade. É difícil, e tem hora que eles fazem de tudo para nos desmobilizar [...] **Esse enfrentamento ele é tecido nas relações;** e a gente não tem tempo! (Layla – assistente social – entrevista).

Mais adiante esta mesma profissional irá situar, de maneira bastante clara, a profissão no contexto da centralidade e da precarização do trabalho na sociedade do capital, apontando para as consequências disso não só no exercício profissional, como também na vida dos assistentes sociais.

[...] o que está acontecendo com a nossa profissão é o que está acontecendo com a educação. Você vai na escola, você vê a situação dos professores, a situação física mesmo, de desgaste, de ganhar mal, então tem que ter dois, três empregos, trabalha longe... Quer dizer, **nós estamos sujeitos ao que todos os trabalhadores estão sujeitos, mas à medida em que o seu espaço sócio-ocupacional vai se sucateando, a sua vida vai se sucateando**, e às vezes você percebe isso no aspecto das pessoas, na angústia, nas queixas... **E quando você não tem um recurso teórico pra fazer a crítica, e pra descolar da realidade um pouco, olhar pra ela e falar espera lá, o que acontece aqui, pra poder pensar isso de uma outra forma, você cai numa alienação que empobrece a sua vida, não só as suas relações de trabalho!** As nossas condições de trabalho não são fáceis, como a da grande maioria. Aí ficamos iguais, nos encontramos, porque é isso, o trabalho faz isso com a gente. E o discurso da instituição, como discurso social, é de que você é que é o incompetente, quem não tem competência não se estabelece, então, o incompetente é o profissional. A gente tem vivido muito isso. Porque nós lidamos assim com questões éticas, com a pressão da população, com a atuação da população... [...] **Mas também, se a gente não for enfrentar, aí é que nós vamos virar massa de manobra mesmo.** (Layla – assistente social – entrevista, grifo nosso).

A fala da profissional seguinte pontua de maneira objetiva as dificuldades, também de maneira crítica, contudo, sem identificar o possível potencial que o assistente social teria de enfrentamento desta realidade:

Com relação às relações institucionais existem muitas mudanças na estrutura e na forma de gerir. **Temos uma aparente autonomia que é bastante controlada e que sofre severas intervenções internas e externas.** Há um pouco investimento em relação à capacitação profissional, o espaço físico destinado ao trabalho do serviço social normalmente é um local inadequado e pouco sigiloso. Com relação ao salário/carga horária, o salário na maioria é muito baixo, levando muitas profissionais a terem dois empregos. **Quanto às exigências, quase todos os dias há uma nova norma ou comunicado interno de novas atribuições, porém a instituição não acompanha oferecendo condições para que possamos atender essas novas prerrogativas, acabando por vingar o pacto da mediocridade onde eu “faço de conta que faço e a instituição faz de conta que foi feito”.** (Beth – assistente social – entrevista, grifo nosso).

A próxima fala destaca vários aspectos sobre as condições de trabalho do assistente social, pontuando as dificuldades impostas principalmente pela instituição empregadora e que configuram um contexto de inúmeros desafios para que o profissional realize seu trabalho de maneira crítica:

Tenho uma boa remuneração, se comparada à média nacional, entretanto, o salário base é pequeno e **a maior parte da remuneração é variável e está vinculada ao cumprimento de metas, o que ocasiona um clima de pressão e insegurança.** As metas geralmente são relacionadas a tempos determinados para realização de cada serviço. Se por um lado, as metas contribuem para reduzir o tempo em que o usuário espera para ter a resposta da sua solicitação, por outro lado, elas muitas vezes desconsideram problemas estruturais como inoperância e instabilidade dos sistemas, insuficiência de servidores, falta de salas e equipamentos, entre outros, colocando a responsabilidade exclusivamente sobre o servidor. A relação com a equipe de Serviço Social da Gerência Executiva é muito boa, tendo em vista que os

profissionais são críticos, propositivos e abertos para reflexão e troca de experiências. O diálogo com os outros setores envolve muitos limites e desafios e tem sido construído ao longo do tempo. Entretanto, o Serviço Social na instituição tem enfrentado problemas como: exigência por parte de alguns gestores, de execução pelos Assistentes Sociais, de ações estranhas às previstas na lei que regulamenta a profissão e no edital do concurso; nem todos os locais de atendimento garantem o devido sigilo profissional, de acordo com o que rege o Código de Ética Profissional; **falta de tempo para reflexão e estudo**; pouca participação na elaboração de projetos e tomada de decisões; mensuração do trabalho por meio de dados prioritariamente quantitativos em detrimento dos qualitativos. É preciso lembrar que o Serviço Social [nesta instituição] passou por um período de quase desmonte e atualmente está tentando reconstruir o seu espaço, apesar de todos os limites e desafios. (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Retomando um pouco da discussão anterior contida neste capítulo sobre as protoformas do Serviço Social quanto ao seu modo de intervir nas mazelas sociais produzidas pelo capitalismo, modo este requisitado pelo Estado burguês, Guerra (2010, p. 721) chama a atenção para o fato de que muitas práticas presentes neste início da profissão ainda são vistas hoje, determinadas pelas condições objetivas em que se efetiva este trabalho profissional na atualidade:

Por se tratar de um exercício profissional que atua nas expressões da chamada questão social, que se manifesta no cotidiano da vida dos usuários dos serviços sociais e das políticas sociais, nossa intervenção não desvela seus fundamentos. Ao contrário, na imediatividade do cotidiano, dadas as suas características estruturadoras, a tendência é de considerar a intervenção pelo seu resultado, sem buscar os seus fundamentos e de realizar intervenções que concebam o indivíduo isolado da estrutura e contexto sócio-histórico, de modo a responsabilizá-lo, e mais ainda, a culpabilizá-lo pelo seu suposto sucesso ou fracasso, com o que subverte-se princípios e diretrizes da formação profissional.

Mais adiante a autora situa a importância da formação profissional no contexto desta configuração atual do trabalho profissional, permeado por inúmeras dificuldades:

Ora, o contexto que vivemos é propício aos apelos aos subjetivismos, adaptação de comportamentos, amenização de conflitos, como se os resultados fossem decorrência da mera vontade do sujeito. Com isso, nem sempre o profissional percebe a incompatibilidade entre os objetivos institucionais e os profissionais, e, sobretudo, com os princípios do projeto ético-político profissional. Tais elementos vêm implicando a emergência de novas demandas para o Serviço Social e a necessidade de redimensionar a formação profissional. (GUERRA, 2010, p. 722).

Pensando-se em todos os aspectos que permearam a discussão do presente capítulo, principalmente com relação às falas apresentadas pelos profissionais entrevistados na pesquisa de campo, nos utilizamos de uma importante afirmação, a qual resume a inserção da profissão na sociabilidade atual:

É nesta tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não é possível abstrair- ou deles fugir- porque tecem a trama da vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2006, p. 17).

Neste sentido, a mesma autora contribui significativamente para nosso estudo ao trazer que:

Transitar da análise da profissão para o seu efetivo exercício agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado social do trabalho do assistente social – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato – enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado. Esta condição sintetiza tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir no seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora -, condizente com um projeto profissional coletivo e historicamente fundado; e os constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõem na forma assalariada do exercício profissional. (IAMAMOTO, 2008, p. 214).

Sobre esta questão destacamos a presente fala de uma profissional que aponta para a importância de o assistente social reconhecer e desvelar as relações de trabalho para definir sua prática:

[...] a forma como você constrói a relação profissional com essas pessoas e os marcos que você estabelece de fidelidade, de democracia, é o que possibilita que você não tenha uma prática alienada, que não faça a manutenção, que possa questionar, as condições de trabalho, o nosso modo de vida, o que a gente pensa. [...] **a gente, enquanto assistente social, tem que fazer a crítica, tem que lutar, tem que trabalhar as vias democráticas, as vias da garantia de direitos, o tempo todo, porque é a possibilidade de enfrentamento que a gente tem. [...] Numa relação que é profissional, mas ela é permeada pela história, pela crítica, pelo referencial teórico-metodológico que a gente tem, pelos nossos marcos civilizatórios, pelo que a gente entende como conquista de direitos.** Isso tá aí o tempo todo. (Layla – assistente social – entrevista, grifo nosso).

A partir de tais falas é possível ponderarmos as diferenças identificadas de acordo com a inserção de cada um dos assistentes sociais, se considerarmos que as relações estabelecidas pelos profissionais interferem decisivamente no exercício profissional, uma vez que “O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade.” (IAMAMOTO, 2008, p. 215).

Assim, a discussão realizada até o presente momento nos permite afirmar que

[...] não há como discutir a formação e o trabalho profissional dos assistentes sociais, sem considerar esse complexo cenário e as condições materiais objetivas determinadas pela economia-política (entendida como a produção e reprodução do ser social na sua totalidade). (SILVA, J.F.S., 2013, p. 122-123).

Estas condições objetivas que determinam o contexto de trabalho e de formação dos assistentes sociais perpassam também o processo de construção e desenvolvimento da profissão, deixando claro que as condições atuais do processo formativo e do exercício profissional são fruto deste processo.

1.3 O Processo de reconceituação do Serviço Social e a construção do arcabouço teórico-metodológico da profissão

O processo de renovação do Serviço Social implicou na construção de um pluralismo profissional, ou seja, na existência de diferentes aportes teórico-metodológicos que vieram embasar a legitimação prática e a validação teórica da profissão.

O Movimento de Reconceituação se deu a partir da década de 1960, representando uma tentativa da profissão de rever suas protoformas e a partir daí questionar seu referencial teórico-metodológico, bem como seu aparato técnico-operativo e sua postura ético política. Esta renovação se deu por meio do desenvolvimento de diversas etapas, as quais detalharemos mais adiante.

Para José Paulo Netto (2005, p. 135), existem quatro “nós” decisivos do processo de renovação do Serviço Social: 1º Instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional; 2º Diferenciação das concepções profissionais, com o recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas (negando a homogeneidade); 3º Sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais; 4º Constituição de segmentos de vanguarda (investigação e pesquisa).

A partir destes nós, demonstraremos um pouco deste processo falando sobre o desenvolvimento do processo de reconceituação a partir das diferentes linhas teórico-metodológicas que se fizeram presentes no movimento.

Considerando a heterogeneidade deste processo, temos que

A dialética entre o Serviço Social no país antes e durante/depois do ciclo autocrático não é nem a ruptura íntegra, nem a mesmice pleonástica: é um processo muito complexo em que rompimentos se entrecruzam e se superpõem a continuidades e reiteraões (PAULO NETTO, 2005, p. 136).

As práticas profissionais próprias do Serviço Social tradicional serão contestadas a partir do momento em que sua eficácia enquanto intervenção institucional é negada, de acordo com os próprios resultados que produz. Somando-se a isso, temos que a contestação social dos anos 1960 no cenário nacional irá se internalizar no Serviço Social, metamorfoseando-se em problemática profissional.

A reconceituação do Serviço Social no Brasil é parte integrante de um processo no qual se via a urgência em fundar uma unidade profissional que respondesse às problemáticas comuns da América Latina. Entretanto, tal processo não se dá sem dificuldades: com a ausência de uma inteira ruptura com a tradição e a evolução dos protagonistas da renovação, se vê uma sobreposição de referenciais teóricos, concepções ideológicas e indicativos prático-profissionais, ou seja, as linhas de desenvolvimento se misturam.

O Movimento de Reconceituação ocorrido no Serviço Social a partir da década de 1960 foi marcado principalmente pelo questionamento da profissão quanto às finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional. Os últimos 20 anos representam um processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens e, em contrapartida o revigoramento de uma reação (neo) conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam (IAMAMOTO, 2008).

Na referida obra de José Paulo Netto (2005), estão descritas três direções constitutivas do processo de renovação, quais sejam: a perspectiva modernizadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a perspectiva renovadora (proposta de ruptura com o Serviço Social tradicional).

A perspectiva modernizadora é a primeira expressão da renovação do Serviço Social. O principal intelectual desta tendência é José Lucena Dantas, o qual trouxe as contribuições mais significativas, assumindo posição de destaque neste movimento.

Tal perspectiva apresenta um lastro eclético, com a recusa ao rompimento com o estatuto e a funcionalidade subalternos do Serviço Social: o assistente social se insere neste contexto como um “real funcionário do desenvolvimento”.

No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis. (YAZBEK, 2009, p. 6).

A afirmação desta perspectiva se dá com a realização do Seminário de Araxá, no qual será discutido o sentido sociotécnico do Serviço Social. Seu conteúdo é reformista, capturando o tradicional sob novas bases, com uma tônica mudancista. O indivíduo é considerado desajustado por conta de estruturas inadequadas e os objetos de intervenção são as “situações sociais-problema”.

A dominância teórica do Documento de Araxá, construído final do seminário, é o referencial estrutural-funcionalista, propondo uma intervenção congruente com a dinâmica da autocracia burguesa.

A cristalização desta perspectiva se dá com a realização do Seminário de Teresópolis, onde ocorrerá o coroamento do transformismo. A tônica desta discussão será a operacionalidade do Serviço Social, ou seja, um redimensionamento metodológico, com a busca pela definição de um modelo de prática ou método profissional, com base em fundamentação científica.

Para Paulo Netto (2005), a produção de Lucena Dantas não constitui algo sólido diante daquilo a que inicialmente se propõe. Tal concepção científica irá estabelecer conexões superficiais entre os dados empíricos da vida social, para que se possa intervir metodicamente sobre elas.

O deslocamento da perspectiva modernizadora se dará com a realização dos Seminários de Sumaré e do Alto da Boa Vista, os quais tiveram uma repercussão menor frente aos dois primeiros, em face de sua pobreza teórica e do simplismo das intervenções dos conferencistas.

Nestes dois seminários já aparece a perspectiva de reatualização do conservadorismo, que trará as concepções conservadoras sob uma nova roupagem.

Esta perspectiva traz uma exigência e uma valorização enérgicas da elaboração teórica, que se estende ao nível da formação. Há uma recusa dos padrões teórico-metodológicos próprios da tradição positivista, com a crítica à interpretação causalista da socialidade e à assepsia ideológica do conhecimento.

A inspiração desta perspectiva é fenomenológica, porém, por meio do uso de fontes secundárias, onde será observado um processo de simplificação, marcado pelo ecletismo. Paulo Netto (2005) considera como expoentes desta perspectiva as autoras Ana Augusta Almeida e Ana Maria Braz Pavão.

Almeida é a responsável pela formulação seminal desta vertente no processo de renovação, ao elaborar a “nova proposta”, que traz o conceito de transformação social, a dimensão social presente na dimensão pessoal e a visão personalista, tendo como marco deste referencial teórico metodológico a tríade diálogo, pessoa e transformação social.

Para José Paulo Netto (2005), a nova proposta de Almeida não desborda o terreno do tradicionalismo profissional, e sim recupera a herança psicossocial, com a centralização nas dinâmicas individuais por meio de um viés psicologizante.

Paulo Netto (2005) cita também como colaboradora desta perspectiva Anésia de Souza Carvalho, tendo sido a única a se aproximar de fontes originais (Merleau-Ponty). Entretanto, aqui ainda se mantém o viés do subjetivismo e da circunscrição individual, com a proposta de intervenções microscópicas frente às situações sociais-problema, na linha da ajuda psicossocial.

A perspectiva renovadora do Serviço Social vem propor uma ruptura, buscando fazer a crítica aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos do Serviço Social tradicional, recorrendo, para isso, à tradição marxista.

É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo. (YAZBEK, 2009, p. 7).

Esta perspectiva irá se confrontar com a autocracia burguesa, denotando seu ineliminável caráter de oposição. Depende da liberdade democrática para avançar, dada sua interação com o movimento das classes sociais, e traz as principais questões relativas à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade.

Apresenta uma grande vinculação com a universidade, já que o espaço acadêmico era menos adverso que outros espaços para as apostas de rompimento, dada a vigência do período militar fascista. Em contrapartida, as experiências de extensão universitária vivenciadas na época buscarão romper com o isolamento intelectual.

Apesar dos avanços que tal perspectiva representa para o desenvolvimento da profissão, se observa uma incidência prático-operacional limitada se comparada às outras vertentes:

[...] o que se verifica é uma dupla dificuldade na relação das vanguardas afetas à intenção de ruptura com o grosso da categoria profissional. De um lado, há um descompasso entre o universo simbólico a que a produção teórico-metodológica e profissional das vanguardas remete e aquele que parece pertinente à massa da categoria – e para este descompasso tanto contribui a formulação nem sempre límpida das vanguardas (condicionada por exigências de comunicação teórica mais rigorosa e/ou pelos vieses da academia) quanto o próprio empobrecimento cultural recente do assistente social (determinado basicamente pela degradação do nível da formação na universidade refuncionalizada pela ditadura). É óbvio que cabe aos protagonistas da renovação a tarefa principal na superação deste gargalo. A outra dificuldade relaciona-se à pobreza de indicativos prático-profissionais de operacionalização imediata que esta perspectiva tem oferecido aos profissionais – mais precisamente, à inadequação entre muitos dos seus indicativos e as condições objetivas do exercício profissional pela massa da categoria. (PAULO NETTO, 2005, p. 254-255).

Como veremos mais adiante, esta dificuldade apontada por José Paulo Netto com relação à vertente de ruptura e os rebatimentos desta no trabalho cotidiano do assistente social são questões extremamente atuais, principalmente se considerarmos tal dificuldade à luz da formação profissional, apontando para as limitações existentes para que os profissionais se apropriem criticamente de uma dada perspectiva teórico-metodológica.

Sobre a superficialidade dos indicativos práticos para a operacionalização desta perspectiva, apontada por Paulo Netto (2005), Santos irá corroborar pontuando que:

[...] a incorporação no Serviço Social do referencial teórico marxista – característica do movimento de renovação dessa área em sua direção de intenção de ruptura – não se viu acompanhada de um arsenal de instrumentos e técnicas próprios que objetivasse uma prática coerente com essa teoria. (SANTOS, 2012, p. 1).

Para José Paulo Netto (2005), existem três momentos constitutivos da perspectiva de intenção de ruptura, quais sejam: sua emersão, sua consolidação acadêmica, e seu posterior espraiamento sobre a categoria profissional.

O *Projeto de Ruptura* remete à tradição marxista, explícita ou discretamente, entretanto, isso se dá de diferentes maneiras ao longo de seu processo. Na sua emersão, se aproxima da tradição marxista pelo viés da militância política. Em seguida, dominará o “marxismo acadêmico”, compreendendo o recurso às fontes originais e mais à frente a recuperação de diferentes substratos da tradição marxista para analisar a atualidade profissional. Ademais, o lastro eclético percorrerá todas as formulações.

Sua emergência data da década de 1970, mais precisamente entre os anos de 1972 e 1975, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. É em Belo Horizonte que aparece a primeira formulação brasileira da intenção de ruptura, com a elaboração de uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional.

Esta formulação apresenta limitações com relação ao viés da tradição marxista que incorpora, sendo chamado por José Paulo Netto (2005) de *marxismo sem Marx* ou *marxismo vulgar*.

O “marxismo sem Marx” que enforma a reflexão belo-horizontina, precisamente à falta de uma sustentação ontológico-dialética e na escala em que devia conectar teoria e intervenção prático-profissional, vai na direção da conjunção do fatalismo mecanicista com o voluntarismo idealista – numa síntese que, como Lukács o demonstrou há muito, é típica do *marxismo vulgar*, necessariamente eclético (Lukács, 1974). Assim é que o “Método Belo Horizonte”, combinando o formalismo e o empirismo na sua redução epistemológica da práxis, estabelece vínculos iluministas entre concepção teórica e intervenção profissional, deforma as efetivas relações entre teoria, método e prática profissional e simplifica indevidamente as mediações entre profissão e sociedade. (PAULO NETTO, 2005, p. 287-288, grifo do autor).

Leila Lima Santos e Vicente de Paula Faleiros são considerados importantes autores desta perspectiva, sendo este último o responsável pela produção que significativamente contribuiu para a emergência e o desenvolvimento da intenção de ruptura, ultrapassando o viés militante por meio da incorporação de novos referenciais.

A partir da década de 1980, tem início a visão crítica quanto à explicação da sociedade e do exercício profissional nela inscrito e também quanto ao ideário profissional, imprimindo um modo de pensar construído na sua trajetória histórica:

Esse avanço se expressa na ultrapassagem da mera denúncia do tradicionalismo profissional ao efetivo enfrentamento de seus dilemas, tanto na construção da crítica teórica quanto na elucidação de seus limites socioculturais e políticos na condução do trabalho profissional; no empenho em superar “metodologismos” a favor de uma maior proximidade do Serviço Social com as grandes matrizes do pensamento social na modernidade, delas extraíndo os fundamentos teórico-metodológicos para a explicação da profissão e para iluminar as possibilidades de sua atuação. (IAMAMOTO, 2008, p. 237).

A perspectiva teórico-metodológica amparada na teoria de Marx assumiu posição central e importância incontestável no processo de fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos da profissão:

Este referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país. Vai permear as ações voltadas à

formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares); os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética. Sob sua influência ganha visibilidade um novo momento e uma nova qualidade no processo de recriação da profissão na busca de sua ruptura com seu histórico conservadorismo (cf. NETTO, 1996, p. 111) e no avanço da produção de conhecimentos, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas. (YAZBEK, 2009, p. 11)

Para José Paulo Netto existem dois tempos fundamentais na construção da intenção de ruptura: o “Método BH” e a obra de Marilda Vilela Iamamoto, sendo esta última o sinal da maioria intelectual da perspectiva de intenção de ruptura, erradicando as contrafações empiristas, formalistas e (neo)positivistas.

Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem sucedida, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social. É absolutamente impossível abstrair a reflexão de Iamamoto da consolidação teórico-crítica do projeto da ruptura no Brasil. (PAULO NETTO, 2005, p. 276).

Iamamoto “[...] procura compreender o significado social do ‘exercício profissional em suas conexões com a produção e reprodução das relações sociais na formação social vigente da sociedade brasileira’.” (PAULO NETTO, 2005, p. 290).

A autora possui uma justa compreensão da postura teórico-metodológica marxiana, comprometendo-se com a perspectiva ontológica original de Marx e superando os vieses mais generalizados da tradição marxista. Interpreta o Serviço Social a partir de sua inserção na dinâmica capitalista, supondo que o redimensionamento político da profissão está condicionado ao atendimento de novas requisições teóricas e intelectuais.

Desta forma, a produção de Iamamoto representa um marco no processo de renovação do Serviço Social:

[...] a partir de meados dos anos oitenta, patenteia-se que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – evidencia-se o seu potencial criativo, instigante, e, sobretudo, produtivo. (PAULO NETTO, 2005, p. 267).

Netto (2005) finaliza seu estudo sobre as contribuições de Iamamoto ponderando que, apesar da falta do suporte de análises mais modernas da ordem burguesa, sua obra constitui um marco no desenvolvimento da intenção de ruptura:

Em todas as direções e perspectivas do processo de renovação profissional levado a cabo no Brasil, constatamos as marcas do sincretismo (com seu inevitável acólito, o ecletismo) que persegue historicamente as (auto) representações do Serviço Social, sempre repostas quando a profissão pretende fundar-se como campo específico do saber ou lastrear a sua legitimidade numa base “científica”. Mesmo a análise da perspectiva da intenção de ruptura mostra a enorme dificuldade para superar esta problemática – o que só parece possível quando a especificidade profissional é transladada para a sua inserção na reprodução das relações sociais, compreendendo-se a profissão como tecnologia social (como o faz Yamamoto). (PAULO NETTO, 2005, p. 307).

O processo de construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos, ocorrido a partir da tradição marxista, se dá mediante um debate plural que, mesmo sugerindo a convivência e o diálogo de diferentes tendências, supõe uma direção hegemônica. “A questão do pluralismo, sem dúvida uma das questões do tempo presente, desde os anos 80 vem-se constituindo objeto de polêmicas e reflexões do Serviço Social.” (YAZBEK, 2009, p. 11-12).

Cabe retomarmos as palavras de José Paulo Netto com relação às contribuições que a tradição marxista pode oferecer ao Serviço Social, quais sejam: melhor compreensão do significado social da profissão, melhor visualização da intervenção socioprofissional e dinamização da elaboração teórica dos assistentes sociais (PAULO NETTO, 1989).

Para que a tradição marxista traga os contributos necessários para o Serviço Social, Yamamoto aponta para uma importante questão sobre sua apropriação e manipulação:

No campo da tradição marxista, verifica-se uma preocupação em incorporar as contribuições de Marx não “evangelicamente”, mas como um “manancial inesgotável de sugestões” (Luxemburgo, 1960, p. 393), que necessitam ser atualizadas por meio da pesquisa histórica criadora a partir das condições particulares da sociedade brasileira. Esse é um pré-requisito indispensável para que possam iluminar novas perspectivas para o exercício profissional cotidiano. (IAMAMOTO, 2008, p. 236).

Ademais, temos como inegável a contribuição oferecida pela teoria marxiana para que a profissão pudesse de fato analisar criticamente seu exercício profissional e a realidade social que se coloca cotidianamente no trabalho do assistente social, tendo como elemento norteador os princípios do projeto ético-político construídos e reafirmados ao longo da história do Serviço Social.

Esta contribuição se vê a partir de uma abordagem histórica sobre a produção e a reprodução das relações sociais com base na teoria social de Marx, onde se tem o percurso metodológico e o arsenal de categorias teóricas para a análise do significado da profissão,

tomando o Serviço Social como uma especialização da divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2008).

Para Netto, o recurso à tradição marxista clarifica criticamente o sentido, a funcionalidade e as limitações do exercício profissional. Todavia, o autor pontua que não considera hegemônica a tradição marxista no cenário profissional. Ao refletirmos sobre a formação profissional e este projeto ético-político que busca se afirmar no Serviço Social, trazemos uma polêmica afirmação deste mesmo autor, disponibilizada por meio de entrevista contida na obra de José Fernando Silva (2013, p. 116):

[...] eu acho que esse projeto [ético-político] está em crise, e ao falar que esse projeto está em crise o que eu estou dizendo é que a hegemonia que ele simbolizou, que ele pretendeu simbolizar, está em risco. Isso afeta diretamente a sua pergunta: “não está se atraindo muita gente para assistência, enquanto a gente precisa reforçar outras áreas?”. Sim, mas você não tem como travar isso, se você não tem uma formação teórico-política que clarifique isso, meu amigo! Eu não vejo alternativa para isso não, ou seja, em curto prazo a minha visão é muito pessimista do quadro profissional. Se a minha amiga Marilda [Iamamoto] estivesse aqui ela diria que o meu pessimismo leva ao imobilismo. Eu quero dizer que eu não penso assim, tanto não penso que quero agir e atuar, colaborar, mas o que eu vejo é que você tem aí uma intercorrência de tantos vetores que acabam mesmo vulnerabilizando aquele projeto.

Na mesma obra, temos também outro depoimento que aponta para um mesmo contexto: “Quer dizer, é lógico que esse Projeto Ético-Político – que eu acho que tem que ser ampliado no sentido de chegar até a intervenção do Serviço Social -, ainda está distante e muita gente não sabe nem mesmo o que ele é.” (SILVA E SILVA apud SILVA, J.F.S., 2013, p. 173).

Dando um significado para estas colocações, José Fernando Silva (2013, p. 221) irá afirmar que:

Reafirmar a importância da contribuição marxiana e de sua tradição para o Serviço Social nos dias atuais significa, necessariamente, perquirir e radicalizar a direção social empreendida por meio do Projeto Ético-Político Profissional, no Brasil, a partir do legado deixado pela perspectiva de “intenção de ruptura” na era pós-reconceituada (formulada, sobretudo, com maior maturidade, na década de 1990), sem deixar de reconhecer as bases conservadoras e reformistas que marcaram a gênese do Serviço Social no mundo e no Brasil (ontologicamente dadas – portanto, insuprimíveis sob a ordem burguesa).

Estas pontuações suscitam a reflexão sobre as dificuldades vivenciadas no interior da profissão e expressas diretamente na formação dos assistentes sociais, determinando – mesmo que não sozinha – o trabalho profissional. Sobre os dilemas colocados para o profissional neste contexto estruturado pela formação profissional e pelas condições objetivas da

sociabilidade burguesa, pretendemos discorrer no próximo capítulo deste trabalho, apontando as diversas questões que perpassam a dimensão teórico-metodológica para o assistente social, abordando o sincretismo, o pluralismo e o ecletismo, a partir daquilo que é exigido do profissional e dos meios de que dispõe para realizar seu trabalho.

Este é o dilema central que norteia o presente trabalho: como se dá para o assistente social a “adoção” de uma determinada perspectiva teórico-metodológica para guiar seu trabalho profissional, considerando-se as condições objetivas em que se dão suas intervenções e a sua formação.

[...] é indispensável na formação profissional do assistente social uma sólida base teórico-metodológica para que o profissional possa responder às exigências do exercício do Serviço Social, efetivando, reconstruindo e recriando a prática profissional dentro das condições objetivas de trabalho que se colocam para a profissão. (CARVALHO, 1986, 40).

A mesma autora ainda complementa:

É a vinculação universidade/realidade como fundamento básico para a concretização do processo de formação profissional do assistente social que, de fato, responda com a consistência e a dinamicidade necessárias às exigências da atual conjuntura brasileira. (CARVALHO, 1986, p. 42).

É fundamental também que se garanta na formação profissional a reflexão sobre a dimensão técnico-operativa, como um dos elementos que constitui os “meios” de organização da prática. Um bom domínio dos instrumentos e técnicas contribui para uma prática profissional competente, aliando de maneira coerente as três dimensões da profissão: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política:

[...] se a prática profissional interventiva do Serviço Social requer tais dimensões, a formação profissional deve, por sua vez, contemplar, de fato, os conhecimentos necessários a essas competências, quais sejam, conhecimentos teóricos, conhecimentos ético-políticos e conhecimentos procedimentais, visto que o Serviço Social é uma profissão interventiva. (SANTOS, 2012, p. 55).

Para Santos (2012), a competência teórica, indispensável para a formação profissional, não é capaz sozinha de habilitar a intervenção profissional. É necessária uma formação teórica adequada para que a teoria, que oferece o significado social da ação, auxilie o profissional na ultrapassagem do conhecimento do senso comum, rompendo também com a suposta neutralidade dos instrumentos e técnicas.

As competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho. (ABESS. CEDEPSS, 1997, p. 67).

Estas questões remetem aos dilemas presentes na formação (conforme discutiremos no segundo capítulo) e que vão se conformar em dilemas do trabalho profissional (discussão aprofundada no terceiro capítulo), no qual o assistente social se vê chamado a intervir, contudo, sem os subsídios necessários para uma análise crítica da realidade e das suas possibilidades de ação:

[...] como poderíamos trabalhar aspectos inerentes à realidade social, trabalhar com expressões da “questão social”, direitos sociais e política social sem sermos capazes de captar as determinações da realidade social? Não seriam as distorções nessa captação, a sua incipiência ou até a sua impossibilidade, as reais responsáveis pelas dúvidas ou pela negação do potencial da teoria? (FORTI; GUERRA, 2010, p. 11).

1.4 O trabalho do assistente social na atual conjuntura

Falando sobre as consequências do contexto social, político e econômico do país para as demandas colocadas aos assistentes sociais no seu trabalho cotidiano, particularizamos a discussão sobre os determinantes da sociabilidade burguesa para esta conjuntura em que o assistente social é chamado a atuar.

A partir da década de 1990, com o consenso de Washington, o governo brasileiro inicia a implantação do neoliberalismo, processo este que se deu com algumas particularidades, as quais trouxeram consequências diversas para as políticas sociais.

Mesmo tendo o Brasil adotado tardiamente o receituário neoliberal das chamadas políticas de ajuste estrutural, não se viram minimizadas as consequências sociais, expressas na deterioração das políticas sociais e no agravamento das condições sociais da população, processos estes que se retroalimentam:

A combinação perversa entre a reestruturação recessiva da economia e do setor público; a geração de novas situações de exclusão social; e o agravamento das já precárias condições sociais daquela parcela da população já considerada “em situação de pobreza”, resulta naquilo que estamos chamando de custo social do ajuste no Brasil. (SOARES, 2011, p. 172).

Segundo Guerra, “[...] o receituário neoliberal prioriza a abertura da economia ao capital estrangeiro, a minimização do Estado, as privatizações dos bens públicos, a desregulamentação do mercado de trabalho e a mercantilização dos serviços.” (GUERRA, 2013, p. 239). Diante disso, pode-se dizer que a maneira segundo a qual o Estado lida com as demandas sociais geradas pelo capital possui uma intencionalidade:

A reforma gerencial do Estado teve como objetivo, exatamente, atuar nesta direção: do desmonte dos direitos, de desestabilizar os sindicatos, de acabar com as já escassas medidas de proteção social. Ela altera a arquitetura das políticas sociais no que diz respeito à sua funcionalidade, pois substitui todos os pressupostos básicos da execução dos serviços públicos, convertendo-os à lógica do mercado em detrimento da garantia de direitos, ou seja, a satisfação das necessidades humanas passa a se processar pela mediação do mercado. (GUERRA, 2013, p. 239).

Desta forma, temos a instalação de um processo no qual o surgimento e o agravamento da desigualdade e da pobreza geram demandas sociais incompatíveis com as restrições impostas pelo ajuste às Políticas Sociais:

Mesmo em nosso país, onde jamais fomos capazes de construir um efetivo *Estado de Bem Estar Social*, ao invés de evoluirmos para um conceito de Política Social como constitutiva do direito de cidadania, retrocedemos à uma concepção focalista, emergencial e parcial, onde a população pobre tem que dar conta dos seus próprios problemas. [...] Somente uma concepção estratégica de políticas econômicas e sociais mais integradas, seria capaz de abrir espaço para que o gasto social pudesse acentuar sua natureza redistributiva, na sua dupla dimensão de direito da cidadania e de incorporação dos “não incorporados”, através de políticas universais de maior significado transformador, como Educação e Seguridade Social. Dar as costas a essa temática mais abrangente e definir a política social como um “nicho incômodo” não é mais do que projetar para o futuro a reprodução ampliada da pobreza, da desigualdade e da exclusão, típicas do “Brasil Real” de hoje. (SOARES, 2011, p. 181-182, grifo da autora).

Segundo os sujeitos da pesquisa, isso é evidenciado no trabalho profissional da seguinte maneira:

[...] nos deparamos constantemente com famílias que tiveram seus direitos violados. Percebo que na maioria dos casos, **essas famílias sofrem com os expoentes da questão social (da ausência de renda, desconhecimento de seus direitos, trabalho informal, escolaridade incompleta, entre outros)**. Através do estudo social, tentamos fazer que essas famílias sejam incluídas e articulamos recursos com o objetivo de garantir seus direitos. (Camila – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Infelizmente, observa-se na rotina de trabalho que o país possui um imenso conjunto de leis protetivas, de garantia de direitos, porém as mesmas não são usufruídas, na prática, pela maioria da população. **O acesso à educação e saúde de qualidade ficam restritos a camada populacional que pode pagar pelo serviço privado, enquanto a maioria populacional fica restrita aos escassos serviços existentes,**

que em sua maioria, funcionam de forma precária. Os programas de transferência de renda, criados para auxiliar as famílias por tempo breve, de intuito emancipador, se revela a única fonte de renda de um grande contingente populacional, que diante de tantos direitos negados, possui baixa perspectiva de emancipar-se. **A proteção social à saúde, a educação e trabalho, apesar de garantidos constitucionalmente, são, hoje, objeto de luta e objetivo a serem alcançados.** (Carolina – assistente social – entrevista, grifo nosso).

O exercício profissional participa do mesmo movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria possibilidades de sua transformação. São elaborados projetos para a sociedade, projetos profissionais diversos indissociáveis dos projetos mais amplos. Nos deparamos com forças sociais e políticas. **Nosso exercício profissional é atropelado ou atravessado por relações de poder onde ainda predomina os condicionantes histórico/sociais do contexto em que estamos atuando.** (Fátima – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Observamos que as assistentes sociais identificam o desmonte das políticas sociais como um determinante para a demanda que atendem nas diversas áreas de atuação, todas atravessadas pela mesma conjuntura econômica, política e social.

A fala que iremos expor a seguir expressa uma reflexão mais aprofundada sobre a conjuntura em que se dá o trabalho do assistente social brasileiro, discutindo sobre o papel do Estado e a inserção e os desafios da profissão neste contexto:

A Conjuntura atual brasileira, fundamentada sob o viés neoliberal, é marcada pela acirrada desigualdade socioeconômica, mudanças no mundo do trabalho, privatização, aumento do “terceiro setor”, a partir da transferência de responsabilidade do Estado, precarização das políticas públicas, etc. **A história da política social brasileira é marcada pela fragmentação, focalização e descontinuidade,** sendo usada para manutenção da ordem vigente e para fins político-partidários. No âmbito da Seguridade Social, verificamos a desarticulação das políticas de saúde, assistência e previdência social. Percebe-se uma contradição entre a seguridade social regulamentada na constituição de 1988 e sua efetivação. O rebatimento dessa realidade é identificado cotidianamente durante os atendimentos aos usuários. **Atendemos uma população que sofre com a falta de acesso a direitos sociais básicos e vivencia o trabalho precário, informal, terceirizado, polivalente, a flexibilização das relações trabalhistas e o desemprego.** O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho capitalista, e por isso, exerce seu fazer profissional no contexto da contradição e da luta de classes e participa do processo de reprodução das relações sociais. **As mudanças no mundo do trabalho com a consolidação dos ideais neoliberais têm refletido diretamente na profissão.** Para o Assistente Social é um desafio permanecer no mercado, sem perder de vista os seus princípios éticos, políticos, teóricos e metodológicos. (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Já o conteúdo seguinte irá trazer como ponto principal a frustração do profissional ao atuar sob uma dada conjuntura, sendo esta frustração um provável fruto da não compreensão dos determinantes econômicos, políticos e sociais, mostrando uma impotência diante dos dilemas que lhe são colocados:

Como profissional todos os dias sou colocada à prova. É claro eu como profissional engajada busco superar os entraves muitas vezes além do meu limite físico e mental. **As questões sociais se apresentam cada vez mais diversas, as relações mais complexas, e o mundo imerso numa crise onde prepondera a banalização dos direitos sociais.** Tratamos cada vez mais de forma massificada, com recursos frágeis, instituições norteadas pelo “momento político”. Com bastante frequência me sinto frustrada com a ineficácia dos resultados obtidos e com a sensação de que não atingiu os resultados esperados por MINHA culpa, como se eu não tivesse sabido administrar a dinâmica e os limites institucionais. Essas limitações trazem uma desconexão entre a formação acadêmica e a atuação profissional. Esse defrontamento diário é para mim um desafio diário com o entendimento de que sou incompleta e que faço parte deste processo que se opera independente da mera vontade profissional. (Beth – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Este ponto de vista expressa a dificuldade que o profissional muitas vezes possui de realizar uma análise aprofundada sobre sua inserção profissional e os condicionantes aos quais está submetido. Esta crítica, como veremos nos capítulos seguintes, apenas será possível a partir de um referencial teórico-metodológico, permitindo uma leitura real e concreta sobre a realidade.

Uma outra questão se faz bastante importante quando pensamos no trabalho profissional realizado sob a égide do capitalismo e a partir de todos os determinismos presentes na história da profissão: o antagonismo existente entre o projeto ético-político profissional³ e a ofensiva neoliberal, conforme argumenta Paulo Netto (2006, p. 19):

É evidente que a preservação e o aprofundamento deste projeto, nas condições atuais, que parecem e são tão adversas, dependem da vontade majoritária do corpo profissional - porém não só dela: também dependem vitalmente do fortalecimento do movimento democrático e popular, tão pressionado e constrangido nos últimos anos.

Para Yamamoto (2006, p. 9), pensar este projeto profissional exige a articulação de duas dimensões: as condições macro-societárias que definem os limites e possibilidades para o exercício profissional, para além da vontade do sujeito individual, e as respostas a serem dadas por estes profissionais, amparadas em fundamentos teórico-metodológicos:

Certamente o Serviço Social é uma profissão que, como todas as demais, envolve uma atividade especializada - que dispõe de particularidades na divisão social e técnica do trabalho coletivo - e requer fundamentos teórico-metodológicos, a eleição de uma perspectiva ética e a formação de habilidades densas de política.

³ O projeto ético-político tem sua construção no marco do Serviço Social no Brasil durante a transição da década de 1970 à de 1980, conquistando sua hegemonia na década de 1990. É justamente no processo de recusa e crítica do conservadorismo realizado pela profissão que se encontram as raízes deste novo projeto profissional, ou seja, as bases do que se está denominando projeto ético-político. “[...] a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional.” (PAULO NETTO, 2006, p. 8).

Destarte, se a profissão é determinada por condicionantes sociais que vão além da vontade e da consciência dos agentes individuais, ela também é resultado dos sujeitos que a constroem coletivamente, forjando e tecendo diferentes respostas profissionais. (IAMAMOTO, 2008).

Neste sentido, destacamos aqui mais uma fala dos sujeitos da pesquisa, a qual aponta justamente para os desafios de uma atuação crítica em termos do trabalho profissional neste contexto:

[...] durante o exercício profissional, nos esbarramos nos limites institucionais, políticos, estruturais e nas contradições inerentes, sendo um desafio atuar sob uma perspectiva de totalidade, na defesa dos direitos dos usuários dos nossos serviços e de uma nova ordem social justa e igualitária. (Lucy – assistente social – entrevistada).

A lei que regulamenta a profissão (BRASIL, 1993) trouxe uma importante contribuição para a profissão na medida em que definiu quais são as competências e atribuições privativas do assistente social, além de ter estabelecido o papel e o funcionamento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais (CRESS).

De acordo com a referida lei, são consideradas competências do assistente social:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, 1993).

As atribuições privativas do assistente social são definidas na forma da lei da seguinte maneira:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (BRASIL, 1993).

Desta forma, temos descritas as diretrizes legais em que deve se dar o trabalho profissional, entretanto, sabemos que a realidade concreta na qual o assistente social atua nem sempre acompanha tais diretrizes, perfazendo um cotidiano de muitos desafios para este profissional que é chamado a seguir uma série de normas ao mesmo tempo em que precisa dar uma resposta às demandas que se lhe colocam a partir das determinações da “questão social”.

Recentemente tivemos a aprovação da lei que determina que a jornada de trabalho do assistente social seja de 30 horas semanais, em complemento à lei que regulamenta a profissão, garantindo o direito ao profissional de não ser submetido a extensas jornadas de trabalho e sem prejuízo de seu salário em decorrência da redução da jornada:

Art. 1º: A Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A: A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.”

Art. 2º: Aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação desta Lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário. (BRASIL, 2010).

Esta lei constitui uma grande conquista para a categoria de assistentes sociais no Brasil, apesar dos diversos obstáculos que têm sido vistos para a sua efetivação, como o desrespeito da lei por parte das instituições empregadoras e a necessidade de os profissionais requererem seu direito judicialmente, além do grande acúmulo de trabalho com o qual os profissionais têm que lidar, já que a redução da jornada de trabalho não implicou em um aumento no número de profissionais dentro de cada espaço de trabalho.

Esta questão pode ser exemplificada de maneira clara na fala da profissional abaixo:

Com relação ao horário houve recentemente o reconhecimento legal do trabalho em seis horas diárias devido ao esgotamento mental e físico que profissão leva a profissional relacionada com as demandas. Porém a demanda permaneceu a mesma ou aumentou; muitas das profissionais levamos trabalho para casa, somos identificadas por outros colegas de trabalho como privilegiadas por uma carga horária teoricamente menor, pois reduziu apenas a presença física no local de trabalho. (Beth – assistente social – entrevista).

Outra questão bastante polêmica é o fato de que algumas instituições, desconsiderando a exigência do cumprimento de tal lei como algo aplicável a todos os espaços de trabalho, sendo uma determinação de âmbito nacional, ainda condicionam a redução da jornada de trabalho a alguns critérios, indo contra a prerrogativa legal, como vemos na fala deste sujeito da pesquisa:

Estou trabalhando 30 horas semanais, apesar da instituição não ter reconhecido esse direito de acordo com a Lei Nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. A carga horária de 30 horas semanais está sendo possível somente aos Assistentes Sociais e outros servidores [em unidades] contempladas com o regime de trabalho em turnos ininterruptos de 06 horas diárias. **Existem critérios específicos para que cada [unidade] possa realizar esse regime e a permanência também está relacionada ao cumprimento de metas.** (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso).

A partir do que foi abordado até aqui, podemos dizer que a ação profissional depende das condições subjetivas que definem um determinado perfil profissional, a partir de uma formação específica, mas dependem principalmente das condições objetivas em que a intervenção profissional se realiza, não se devendo esquecer do potencial do profissional para se afirmar criticamente neste contexto.

Abrindo caminho para as discussões subsequentes, lançamos estas significativas questões propostas por José Fernando Silva (2013) e que estão afinadas com o objetivo principal deste trabalho:

[...] em que medida o espaço objetivamente dado contém a riqueza possível de ser potencializada por profissionais críticos e criativos? Mais do que isso, os profissionais de Serviço Social possuem, de fato, capacidade para ocupar esse espaço de forma crítica e propositiva? A formação profissional em curso, nas condições concretas em que vem se efetivando, será capaz de qualificar, formar (não apenas capacitar), a massa de trabalhadores sociais inseridos nos cursos de graduação à distância e ou presenciais? [...] Não se trata, portanto, de dizer se temos ou não que enfrentar essa demanda (pois ela está objetivamente posta e não pode ser abstratamente desconsiderada), mas de discutir como ela será tratada, as condições reais que temos para isso e o tipo de inserção que se pretende. (SILVA, J.F.S., 2013, p.140, grifo do autor).

CAPÍTULO 2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E TRABALHO PROFISSIONAL

Dando continuidade à discussão iniciada no primeiro capítulo deste trabalho, nos propomos agora a realizar a análise sobre como se dá a formação profissional do assistente social brasileiro, considerando, para isso, os diferentes momentos da história da profissão que irão incidir sobre esta formação e, conseqüentemente, sobre o trabalho profissional.

Pretendemos aqui abordar também o aparato legal que permeia o trabalho e a formação profissional do assistente social, discutindo sobre a lei que regulamenta a profissão, a lei que estabelece a jornada de 30 horas de trabalho semanais e as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social.

Aliada à discussão teórica, traremos novamente a opinião dos profissionais entrevistados na pesquisa de campo sobre como se deu sua formação e sobre como foi abordada neste contexto a questão teórico-metodológica.

Situamos a importância da discussão sobre a formação profissional a partir da afirmativa abaixo, a qual se mostra ainda bastante atual, mesmo tendo sido elaborada em meados da década de 1980:

A questão da formação profissional do assistente social constitui-se hoje, na realidade brasileira, um objeto de debate e de análise para professores, estudantes, supervisores no contexto dos cursos de Serviço Social e para a categoria dos assistentes sociais que busca um repensar do Serviço Social frente aos desafios que se colocam para a profissão na atual conjuntura. (CARVALHO, 1986, p. 17).

A concepção de formação aqui utilizada é a de um processo amplo que inclui a preparação científica de profissionais para responder às demandas sociais que se colocam para o Serviço Social, a produção de conhecimentos/investigação, e a capacitação continuada da categoria no que se refere à atualização para o exercício profissional (CARVALHO, 1986).

A partir desta definição, temos que o principal desafio do processo de formação profissional é o de viabilizar o projeto educacional de ensino/pesquisa/extensão sem restringi-lo à mera transmissão de conhecimentos, discutindo-se tal processo no contexto das relações sociais, a partir do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, considerando também a conjuntura do interior da universidade brasileira.

O conteúdo abaixo, trazido por um dos sujeitos da pesquisa, traz uma perspectiva bastante atrasada em relação à discussão atual em curso na profissão sobre o referencial

teórico-metodológico, mostrando que não houve a continuidade dos estudos para além da graduação, que, neste caso, foi realizada há quase quatro décadas:

Na teoria que eu vi na época que eu fiz a faculdade eu me lembro muito bem da Mary Richmond. Na metodologia, eu não me lembro direito, eu lembro assim algumas coisas, da metodologia do Serviço Social. Eu acho que as matérias mudaram muito hoje no curso de Serviço Social. Na minha época a gente via muito o Serviço Social de grupo, caso e comunidade. Na minha época também não era TCC que a gente falava, era Projeto de Conclusão de Curso que a gente fazia; fazíamos os estágios. Aí eu não sei se está dentro... (Eleonor – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Esta fala demonstra exatamente a ausência da formação continuada como algo que determinou a visão contraditória da profissional sobre o arcabouço teórico da profissão, o que está relacionado com os apontamentos realizados sobre a importância e a necessidade de visualizarmos o processo formativo como algo contínuo e ininterrupto, mesmo que atravessado pelos conflitos inerentes à sociabilidade burguesa, na qual ele ocorre.

A reflexão sobre a formação profissional em Serviço Social deve considerar dois aspectos que são intrínsecos ao processo formativo do assistente social: as condições objetivas oferecidas pela universidade para a redefinição do projeto educacional do Serviço Social e a participação da profissão na rearticulação de forças na vida universitária e o aproveitamento dos espaços criados na luta pelo avanço deste processo de redefinição da formação. Esta afirmativa de Carvalho, datada da década de 1980, mas novamente se mostrando bastante afinada com os dilemas contemporâneos, ratifica estas colocações:

Neste processo de avanço da formação profissional do assistente social no Brasil emergem, hoje, *questões, aspectos problemáticos, dificuldades* que estão a exigir de professores, de estudantes de supervisores, da categoria de assistentes sociais um esforço de reflexão coletiva em busca de estratégias de ação para a superação destas dificuldades. (CARVALHO, 1986, p. 25, grifo do autor).

2.1 Os rebatimentos da política de educação em curso no Brasil para a formação em Serviço Social

Para aprofundarmos a análise sobre a formação profissional em Serviço Social se faz necessário considerar a política educacional em curso no Brasil e seus rebatimentos para a formação específica do assistente social, inserida em um contexto mais amplo e definida por vários determinantes.

Para Guerra, “[...] as políticas educacionais, historicamente, vêm se constituindo em instrumentos utilizados para forjar o perfil sociohistórico dos profissionais e a sociabilidade necessária aos padrões de acumulação capitalista.” (GUERRA, 2013, p. 237).

A partir desta consideração, temos que a formação e o próprio trabalho profissional estão ambos inseridos na lógica do capital, fazendo com que o assistente social atenda a uma determinada funcionalidade, de acordo com os objetivos estabelecidos pelo modo de produção capitalista.

A autora citada irá situar sua discussão com base no contexto político do Brasil abordando a chamada reforma do Estado e seu tratamento para com a educação superior, elementos que culminam em um modelo específico de organização do trabalho:

Como marco na inflexão regressiva da educação no Brasil, localizamos o governo Fernando Henrique Cardoso. Neste, as mudanças advindas da LDB, que conduzem a uma concepção neopositivista da educação, baseada na “pedagogia das competências”, a reforma do Estado, que concebe a universidade como uma organização social, a criação de um marco legal capaz de sustentar tal reforma regressiva da educação e sua conseqüente privatização, através das fundações privadas que passam a atuar diretamente na gestão administrativa e financeira das universidades, pela via das chamadas parcerias público-privadas, são processos que se conectam às exigências de um novo modelo de organização do trabalho, visando, supostamente, colocar o país rumo ao desenvolvimento econômico e social e apto a competir no mercado internacional. (GUERRA, 2013, p. 237-238).

A formação profissional, que está condicionada às diretrizes do ensino superior, ocorre, no contexto brasileiro, a partir de uma perspectiva de flexibilização, orientada pela desregulamentação das relações de trabalho e das profissões, tendo-se o processo produtivo como horizonte definidor de tais diretrizes, em detrimento do real objetivo da universidade:

A ela [universidade] cabe responder pela exigência de contemporaneidade através do ensino, pesquisa e extensão que realiza [...]. A ela cabe construir respostas acadêmicas expressas em seus projetos curriculares, que se traduzem na necessidade de se articular formação universitária e mercado profissional. Articulação esta que não se confunde com a simples adequação à dinâmica reguladora do mercado, numa perspectiva meramente instrumental. Há necessidade sim de conhecimento e sintonia com mercado profissional e, ao mesmo tempo, um distanciamento crítico deste, que permita a construção de projetos educacionais analíticos e inovadores, que apontem alternativas viáveis coerentes com os compromissos assumidos pela universidade. (WANDERLEY, 1998, p. 16).

Várias questões estão relacionadas às configurações do Serviço Social enquanto profissão no Brasil, como irão apontar Braz e Rodrigues (2013, p. 259), para além da questão da formação:

Há desdobramentos políticos, organizativos, éticos e teóricos que repercutiram e repercutem intensamente no Serviço Social Brasileiro. Dentre eles, destacaríamos [...]: as profundas alterações das bases objetivas da profissão, que, por sua vez, envolvem três pontos principais: a precarização da formação profissional; o avanço do processo de desregulamentação das profissões; e um novo direcionamento dos padrões de intervenção na “questão social” através de um processo que, reduzindo a proteção social (e a seguridade social) à assistência social, podemos chamar de “assistencialização”.

O processo de desregulamentação das profissões citado pelos autores trará consequências impactantes ao Serviço Social e está associado às novas formas de intervenção sobre a “questão social”. Temos, portanto, um Estado que cada vez mais se desresponsabiliza da política social, onde o assistente social é chamado a trabalhar:

Sabemos que o novo padrão interventivo do capital sobre as manifestações da “questão social” pressupõe uma desqualificação do Estado, o que significa uma busca de desmonte de suas estruturas político-institucionais, especialmente aquelas associadas às políticas públicas do tripé da seguridade social. (BRAZ; RODRIGUES, 2013, p. 263).

O modelo educacional vigente sob o governo de Fernando Henrique Cardoso irá se aprofundar e se expandir no Governo Lula, no qual serão apreendidas as mesmas tendências destrutivas observadas no governo anterior:

Na consolidação destes interesses, os oito anos do governo Lula forjaram um determinado modelo de educação, ao investir numa expansão desmesurada na tentativa de tornar o país competitivo e ajustado à nova “ordem” mundial, donde o privilégio da educação à distância utilizada em todos os níveis de ensino, apoiando-se no discurso de se constituir em estratégia de democratização do acesso, estratégia que tem forte poder de mobilização. (GUERRA, 2013, p. 244).

Braz e Rodrigues afirmam que a reforma universitária ou a contrarreforma universitária liberal não foi inventada pelo governo Lula, mas foi por ele aprofundada, assim como o intenso processo de privatização. Para estes autores, a contrarreforma tem três diretrizes principais que a explicam:

[...] o aprofundamento do processo de mercantilização da educação em todos os níveis, e em especial no ensino superior, resultando ao longo dos anos 1990 e, principalmente, no curso da década de 2000, numa inversão do quadro que se tinha até os anos 1970; a abertura indiscriminada aos cursos a distância a partir do decreto presidencial de dezembro de 2005, que “abriu a porteira” para a expansão comercial dessa modalidade de ensino na graduação, e o REUNI, que traz explicitamente a tentativa de aligeiramento da FP [formação profissional] e uma remodelagem acadêmica que visa flexibilizar as formas “tradicionais” de organização da vida universitária. (BRAZ; RODRIGUES, 2013, p. 260).

Para Guerra (2010), dentre as diretrizes adotadas pelo atual governo, as que merecem maior destaque são o financiamento público do ensino superior privado e a expansão de vagas (Prouni e Reuni), o crescimento do número de alunos na educação à distância e o sistema de avaliação (Sinaes e avaliação trienal Capes).

Comparando-se os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula, veremos que neste último o aumento no número de matrículas no ensino superior virá acompanhado de uma diversificação de cursos, onde os cursos de graduação em Serviço Social foram ampliados, porém, com uma proposta de formação aligeirada, por meio do ensino à distância:

Muito mais agressiva do que a do seu antecessor, a política de educação a distância dos governos Lula resultou não só na ampliação numérica de cursos e matrículas. Permitiu também o seu espraiamento por diversas áreas gerais de conhecimento. Se em FHC, os cursos EAD se restringiam quase que exclusivamente à educação – em especial, a formação de professores –, a partir de 2006, o ensino a distância passa a incluir outras áreas, dentre elas a de saúde e bem-estar social, na qual o curso de Serviço Social de encontra alocado. (BRAZ; RODRIGUES, p. 266).

A partir de tais afirmações, é possível dizer que no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, a educação é considerada uma área de investimento do capital, e o empresariamento da educação superior promovido pelos governos FHC e Lula está afinado com o objetivo da contrarreforma universitária de plena comercialização da educação superior.

Sobre a ampliação desmesurada do número de vagas no ensino superior, Wanderley (1998, p. 9) afirma, no final da década de 1990, que:

O amplo acesso ao ensino superior não é apenas desejável mas uma conquista pela qual todos nós lutamos. Porém, a massificação do ensino superior não pode significar perda de qualidade. Os investimentos públicos em infraestrutura e em recursos humanos não vêm sendo realizados de forma a atender à demanda com qualidade. Esta realidade vem abrindo espaço cada vez maior para o setor privado no ensino superior. [...] São profundas as implicações para o futuro do ensino superior brasileiro.

Guerra (2013, p. 248) vê a atual fase da educação no Brasil como pragmática, competitiva, flexível e aligeirada, submissa à economia e ao mercado, ao produtivismo, ao quantitativismo e à mediocrização, associando-a com a política social em curso no Brasil, concluindo que:

Disso resulta a formação de pobres profissionais que irão trabalhar com pobres, permitindo-nos inferir que a precarização da educação, que incide sobre a formação de assistentes sociais, baseia-se na mesma lógica de precarização das políticas sociais. Há uma afinidade entre o modelo de política social vigente (especialmente a política da educação superior) e o perfil do profissional para operá-la (assistentes

sociais e educadores, dentre outros). No caso específico dos assistentes sociais, o barateamento da formação constrói o perfil mais adequado de profissional para “operar” as políticas sociais focalistas, precarizadas, assistencializadas e abstraídas de direitos sociais.

Este polêmico paralelo traçado pela autora entre a política social e os profissionais que estão sendo formados para operá-la traz à tona a questão da precarização, para ambos os lados, reforçando-se assim a lógica capitalista não só na educação – como estratégia – mas também na política social veiculada à população brasileira.

Falando-se especificamente sobre a ampliação da formação à distância em Serviço Social, temos que:

A degradação da FP [formação profissional] se mostra ainda mais avassaladora, se adicionarmos a esse quadro a enorme cifra de 74.474 matrículas nos cursos EAD em Serviço Social, informada no Censo de Ensino Superior do MEC do ano de 2010 – modalidade de ensino mais suscetível a uma formação deteriorada, dada a prevalência da sua ocorrência em ambientes despolitizados, que privam os alunos não só do acesso à pesquisa e à extensão, mas também da vivência do debate acadêmico universitário. (BRAZ; RODRIGUES, 2013, p. 272).

Desta forma, vemos que a formação, atendendo aos interesses do capital, irá determinar um contexto específico para o trabalho profissional do assistente social, no qual este encontrará inúmeras dificuldades para assimilar uma atuação vinculada ao projeto ético-político da profissão. Esta questão aponta para um grave contexto que está chamando a atenção dos estudiosos da profissão, pois assinala um novo momento de crise e de mudança na profissão, chegando a ser comparado com o Movimento de Reconceituação:

Resguardadas as devidas diferenças históricas, as mudanças que se efetuam, desde os governos FHC e se aprofundam a partir de 2003, no âmbito da formação e do exercício profissionais, sugerem um processo de transformação profissional que pode ser tão significativo quanto aquele ocorrido na conjuntura do pós-1964, quando, ao modelar um país novo, o regime autocrático-burguês impeliu o Serviço Social a renovar-se. (BRAZ; RODRIGUES, 2013, p. 277).

A gravidade do presente processo de reforma da educação superior e seus rebatimentos no Serviço Social são vistos por Braz e Rodrigues (2013, p. 276-277) da seguinte maneira:

[...] se pode compreender a totalidade da política de contrarreforma da educação superior brasileira como uma estratégia que atinge “numa só tacada” dois objetivos. O primeiro diz respeito à desqualificação dos padrões de atendimento à “questão social” (é desnecessário dizer o que isso pode significar para o Serviço Social tal como ele é pensado hegemonicamente no seio do PEP [projeto ético-político]). Tal desqualificação indica que o trato das “mazelas sociais” deve ser objeto (além da

repressão pura e simples numa verdadeira criminalização da pobreza) do voluntariado ou de profissionais com formação precária, aligeirada, não humanista, sem criticidade e sem visão de totalidade, no intuito de se formar aquilo que Yamamoto, numa feliz analogia, denominou de “exército assistencial de reserva” (2007). O segundo objetivo geral que se quer atingir, que decorre diretamente do primeiro, refere-se à reconfiguração do espaço da formação em consonância com essa nova modalidade do trato à “questão social”. Ou seja, tornar a universidade um centro de formação aligeirada e polivalente, exclusivamente voltada para o adestramento para o mercado de trabalho.

Neste mesmo sentido, José Fernando Silva (2013, p. 131) afirma que:

A formação profissional generalista e particularizada em nível de Serviço Social (tão necessária e cara aos intelectuais) torna-se uma capacitação fragmentada, por temáticas, nada afeita e útil a uma abordagem de totalidade, portanto incapaz de apanhar as múltiplas e complexas determinações que explicam o exercício profissional do assistente social e a “questão social”.

Ou seja, uma formação deficitária irá promover um contexto no qual o assistente social não se verá capaz de fazer a devida leitura da realidade que lhe é colocada e da qual é parte, o que se contrapõe à necessidade de se pensar criticamente o tipo de inserção desejada pelo profissional e pela categoria profissional dos assistentes sociais.

Se pensarmos que a formação em Serviço Social deve estar pautada em um projeto contrário ao projeto educacional do Estado, o maior desafio na atualidade tem sido o de manter o perfil do profissional

[...] dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho e comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS apud GUERRA, 2013, p. 249).

Aqui se situa importância da construção de um projeto pedagógico crítico para os cursos de Serviço Social, na perspectiva de projeto de formação. A ideia de projeto pedagógico se constitui como um conjunto de diretrizes e estratégias que informam a prática pedagógica de um curso, o que vai além do currículo deste, envolvendo a definição do ponto ao qual se pretende chegar, e dando um sentido à ação dos alunos, dos professores e dos gestores. “É a definição das ações intencionais de formação, de como as atividades [...] do curso se organizam, se constroem e acontecem, como um compromisso definido e cumprido coletivamente.” (SILVA, A.C.B., 1998, p. 20-21).

A construção de tais projetos à luz das diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, conforme citaremos no próximo capítulo, é um processo que não ocorre sem

dificuldades. Três obstáculos são citados por Ana Célia Silva (1998) neste processo: a resistência à mudança por parte dos atores institucionais, levando muitas vezes ao imobilismo; os choques de linhas teóricas e de concepções de formação entre estes mesmo atores; e a descontinuidade administrativo-pedagógica, que pode atrapalhar a organização do trabalho a partir das mudanças de gestão.

Para além dos determinantes estruturais da educação que incidem sobre a formação profissional do assistente social, temos o desafio da construção destes projetos pedagógicos no interior de cada curso. Neste sentido, a mesma autora afirma que

Não é possível pensar um projeto pedagógico sem partir de uma clara concepção de formação e de seus eixos fundantes. As diretrizes curriculares discutidas pela área de Serviço Social apontam bem esta questão. Resta aos cursos, às escolas de Serviço Social, definirem como incorporarão tal concepção em seus projetos pedagógicos, com identidade, originalidade e especificidade local. (SILVA, A. C. B., 1998, p. 25).

Diante das limitações colocadas para o assistente social na sua formação primeira, qual seja, na graduação, este profissional já iniciará sua trajetória profissional com déficits que se constituirão em obstáculos para lidar com a realidade objetiva em que deverá intervir, forçando-o a buscar formações complementares a esta graduação, formações estas quase sempre insuficientes para garantir ao profissional os subsídios necessários para que ele consiga realizar de fato uma análise crítica sobre seu trabalho:

Temos visto no meio profissional que a corrida dos assistentes sociais para a sua qualificação os leva, em alguns casos, a participar de cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados para a habilitação no domínio do instrumental. Como todo trabalhador, o assistente social nas instituições públicas e/ou privadas é submetido (e muitas vezes submete) aos programas de treinamento, tenham eles conteúdos técnicos ou comportamentais, tendo em vista a conformação de um dado perfil profissional. (GUERRA, 2010, p. 718).

De maneira bastante incisiva, José Fernando Silva (2013, p. 179, grifo do autor) resume as questões até aqui abordadas, dando ênfase às condições em que se realiza o trabalho profissional do assistente social, mesmo considerando os avanços operados no interior da profissão, como veremos logo adiante:

Ainda que a categoria profissional, com maior ou menor intensidade, envolvendo um ou outro segmento, tenha avançado significativamente na fundamentação teórico-metodológica, sócio-histórica e ético-política, mais especificamente a partir do processo de reconceituação, esse avanço ainda vem se mostrando *insuficiente* para enfrentar o intenso processo de fragmentação (e ou banalização) teórico-prática estimulada, fomentada e endossada pela sociabilidade burguesa em curso. Trata-se de um movimento que impõe determinadas condições objetivas

que independem dos profissionais que lidam com elas, mas que, ao mesmo tempo, não eliminam a intervenção da massa crítica desses mesmos profissionais (ainda que seja sempre uma atuação relativa). Mas o estímulo a essa massa crítica é extremamente precário.

Ao aprofundarmos a discussão sobre o contexto em que se deu o desenvolvimento da profissão e conseqüentemente a formação dos assistentes sociais, devemos dar o devido destaque às sequelas da ditadura na educação em âmbito nacional e que rebateram direta e significativamente na formação profissional em Serviço Social.

Sobre esta questão, destacamos um importante depoimento apresentado por uma das profissionais entrevistadas na pesquisa de campo deste trabalho:

Eu formei em 79, então a gente precisa se situar assim, **década de 70, a gente estava vivendo uma ditadura, [...] as situações eram outras, imagina, Marx nem pensar!** As minhas aulas de sociologia e de economia eram pergunta e resposta, porque não podia existir debate! Não existiu debate, não existiu questionamento. Eu me lembro que nós começamos a fazer estágio e o professor de economia era mais jovem, ele era mais engajado, e nós começamos a questionar a questão da pobreza, das favelas, e um dia a aula dele era a primeira aula, começava às 7 horas da manhã, e nós fizemos uma pergunta pra ele, e logo no começo da aula ele falou: a aula hoje tá encerrada. E saiu, porque ele não podia responder, ele não podia suscitar o debate, a aula hoje está encerrada. E foi embora! **Quer dizer, o recado era: não perguntem, isso não está em aberto pra discussão, não pode!** Aí, sai da faculdade, fui trabalhar em Maringá [PR], ligado ao Centrinho, e em 81, se não me engano, saiu o primeiro volume da [revista] Serviço Social e Sociedade. E eu, para comprar, no Paraná, naquela época não existia internet, eu precisava ir na livraria, pagar, pedir pelo amor de Deus para comprar, aquela boa vontade, mas consegui. Aí a minha irmã foi estudar em São Paulo, na PUC, fazer filosofia, e aí ela comprava pra mim e me mandava. **E aí eu continuei estudando, eu continuei tendo contato.** Eu tinha todas as revistas; e chegou uma hora em que eu não tinha mais espaço na biblioteca da minha casa; eu precisei então doar parte; mas alguns volumes que me são muito caros, eu tenho um apego, porque foram decisivos. **Acho que se eu não tivesse conseguido acompanhar toda essa discussão, todo esse movimento, talvez eu tivesse perdido o bonde da história.** (Layla – assistente social – entrevista, grifo nosso).

A profissional aponta aqui o contexto histórico de sua formação e as influências deste contexto na mesma, considerando o que o Serviço Social tinha como possibilidades a partir da formação sob uma dada condição política vivenciada à época pelo país, definindo não só as perspectivas de formação, como também de atuação dos profissionais.

Sobre esta questão, Carvalho (1986, p. 21) pontua que:

É evidente que este contexto autoritário, empresarial, tecnocrático vai determinar fundamentalmente o processo de formação profissional do assistente social na sociedade brasileira, condicionando na atual conjuntura o processo de redefinição profissional em curso nas escolas de Serviço Social.

Mesmo sob a autocracia burguesa, o Serviço Social pôde desenvolver algumas potencialidades. A laicização, por exemplo, é considerada um dos elementos mais importantes da renovação da profissão sob a autocracia burguesa (PAULO NETTO, 2005).

Assim, a formação profissional neste momento por nós apontado conta, ironicamente, com a estratégia autocrático-burguesa, que “[...] no empenho para produzir profissionais adequados ao seu projeto societário, acabou por colocar condições que possibilitaram um acúmulo apto a ser direcionado diversamente.” (PAULO NETTO, 2005, p. 130).

Nesta mesma linha, Iamamoto (2008) afirma que o contexto da ditadura não só tornou possível como impôs como necessário o movimento de renovação crítica do Serviço Social, garantindo assim sua conciliação com a história presente.

A reconceituação é, então, vista como um processo necessário para a profissão:

Não resta dúvida que, com todos os seus limites, o movimento de reconceituação foi caminho necessário e insubstituível para que o Serviço Social não passasse em branco os últimos 50 anos e tivesse fôlego para adentrar com força e crítica nas décadas de 1980 e 1990 diante das profundas transformações societárias que se anunciavam depois da crise do capital a partir de 1973. (SILVA, J.F.S., 2013, p. 104).

Falando sobre as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, ampliaremos a análise para o campo do aparato legal que rege a formação profissional.

Tais diretrizes definem um patamar comum, assegurando a flexibilidade e a descentralização do ensino em Serviço Social, considerando a conjuntura em que se dá a formação:

Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados. (ABESS. CEDEPSS, 1997, p. 59).

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social a ser elaborado com base nas diretrizes curriculares deverá expressar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a organização do curso;
- d) os conteúdos curriculares;
- e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso;
- f) as atividades complementares previstas. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

Cada um dos itens citados possui uma descrição específica que direciona e define seu objetivo. Para a discussão a que nos propomos neste capítulo, iremos destacar dois itens que se fazem mais relevantes para nossa análise: a *Organização do Curso* e os *Conteúdos Curriculares*, sem desconsiderar a importância dos demais itens para o processo de formação.

Sobre a *Organização do Curso*, salientamos a afirmação sobre a importância do trato teórico/histórico/metodológico que prepare o assistente social para o exercício profissional e o apontamento do pluralismo como elemento que constitui a vida acadêmica e profissional:

3 - Organização do Curso

- Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta;
- estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- respeito à ética profissional;
- indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

Com relação ao item relativo aos *Conteúdos Curriculares*, destacamos o tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional:

4 - Conteúdos Curriculares

A organização curricular deve superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional. Sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
- núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
- núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional. Essas atividades, a serem definidas pelos colegiados, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

A partir destes conteúdos explicitados acerca das diretrizes curriculares e que devem ser considerados em todos os cursos de Serviço Social, temos clara a afirmação sobre a importância de uma sólida construção teórico-metodológica para que o profissional de fato tenha condições de analisar a realidade concreta em que será chamado a intervir, podendo desvelá-la e olhá-la criticamente, sem ratificar uma posição de vítima com relação as condições objetivas e sem corroborar para com a lógica da sociabilidade burguesa, desenvolvendo posturas de enfrentamento a esta lógica e as suas determinações.

[...] a universidade tem que oferecer uma formação profissional em forma e ritmo compatíveis com a realidade cultural, social e econômica de seus alunos, e que lhes permita acompanhar a evolução do conhecimento na velocidade imposta pelos instrumentos de que dispõe a sociedade contemporânea. Isto implica entender o aluno como um “sujeito social cuja condição é atravessada por componentes objetivos originados de sua situação de classe, pela sua subjetividade e, conseqüentemente, por todas as mudanças que afetam o mundo do trabalho”. Para tanto é indispensável a formulação de uma política acadêmica compatível com as exigências contemporâneas e com os objetivos e as peculiaridades de cada instituição de ensino superior. (WANDERLEY, 1998, p. 9).

Destacamos assim a importância do processo formativo para a formação da identidade profissional e do oferecimento dos subsídios adequados para o exercício profissional, o que depende de uma formação crítica e comprometida com os princípios éticos norteadores do Serviço Social. Esta formação deve observar várias questões, como observamos nesta afirmativa de Carvalho (1986, p. 37), elaborada justamente no período que antecede a definição das diretrizes que devem orientar o processo formativo dos assistentes sociais:

[...] é fundamental que todo o processo de formação profissional em seus diferentes níveis – graduação e pós-graduação – seja de fato crítico em termos de ajudar os profissionais a superarem o nível da aparência e perceberem e analisarem a função social do exercício profissional no contexto das relações sociais [...]. Assim, no âmbito da formação profissional, é preciso oferecer, através de diferentes mecanismos, a oportunidade de uma reflexão crítica em termos da opção profissional. [...] Concretamente, é preciso repensar o encaminhamento das aulas, das tarefas acadêmicas, do estágio e do desenvolvimento do processo da investigação e da extensão buscando a criticidade em termos de desvendamento da realidade enquanto fundamento da opção profissional.

2.2 Formação em Serviço Social e abordagem do referencial teórico-metodológico

Os profissionais entrevistados na realização da pesquisa de campo, ao serem chamados a falar sobre como se deu sua formação e sobre como foi abordada a questão teórico-

metodológica na mesma, trouxeram um conteúdo diversificado, apontando aspectos positivos e negativos da formação.

Seis assistentes sociais responderam à questão citada, porém, observamos que apenas uma delas realizou um aprofundamento sobre a análise, a qual já foi citada no momento em que falamos neste capítulo sobre a ditadura militar e suas influências na formação em Serviço Social.

Sobre sua formação, esta mesma profissional ainda pontuou outras questões, mostrando sua crítica com relação ao momento histórico em que realizou sua graduação e as mudanças que se operaram no interior da profissão a partir deste contexto, exigindo um olhar crítico do profissional:

Eram outros tempos mesmo. Caso, grupo e comunidade, fazer a manutenção do sistema... Mesmo aquela discussão do desenvolvimentismo nos moldes do desenvolvimento de comunidade sem questionar o sistema, sem questionar a estrutura econômica e tal, nem isso eu cheguei a ver na faculdade. Não chegou nem nisso. Porque não existia essa possibilidade. A questão política, era uma ditadura fechada, coercitiva e perigosa. [...] foram tempos difíceis. Então, em termos de metodologia... Eu tenho os livros lá até hoje, dos processos e técnicas, o serviço social de caso. Eu guardo, levo pros alunos, eles se divertem, assim, de ver os manuais, Balbina Otoni Vieira... [risos]. (Layla – assistente social – entrevista).

As demais falas das profissionais sobre a mesma questão pontuaram aspectos favoráveis e desfavoráveis sobre a formação e sobre a abordagem realizada em torno do referencial teórico-metodológico. Apesar de não aprofundarem a discussão, identificamos alguns aspectos importantes e que expressam algumas lacunas da formação profissional, bem como alguns pontos considerados satisfatórios para os profissionais.

A fala a seguir destaca a dificuldade de compreensão da relação teoria e prática, apontando para uma “distância” entre o que se vê na formação e o que o assistente social encontra na realidade concreta em que atua:

Pontos positivos: o quadro docente era formado por mestres e doutores em Serviço Social - disciplina de estágio supervisionado, na grade curricular, onde era possível discutir e fazer a correlação entre prática e teoria; Pontos negativos: A forma como a teoria é abordada em sala de aula, entra em discordância com a realidade presenciada no estágio; Na minha graduação, não havia convênio e ou parcerias para campos de estágios, que era feita pelos próprios alunos. (Camila – assistente social – entrevista).

A próxima fala enfatiza o referencial baseado na teoria social de Marx, colocando-o como central nas discussões e situando isso como algo positivo e que trouxe subsídios para seu agir profissional, sem, contudo, aprofundar estes apontamentos:

O modo de pensar e intervir na realidade foi amplamente discutido, foi apresentado os diferentes posicionamentos da profissão ao longo de sua trajetória, com ênfase no marxismo, no pensamento crítico-dialético, pensamento dominante, atualmente, no Serviço Social... As amplas discussões e leituras auxiliaram na compreensão do referencial teórico e favoreceram a prática profissional. (Carolina – assistente social – entrevista).

As duas falas seguintes mostram a dificuldade dos profissionais para analisarem seu processo de formação, mesmo que de maneira superficial, apontando para uma confusão em relação à forma e ao conteúdo da formação profissional e seus determinantes para o agir profissional:

A grosso modo, o profissional era treinado para ser executor terminal das políticas públicas implementadas pelo estado. (Fátima – assistente social – entrevista).

Negativos: as aulas eram muito teóricas, com poucos recursos áudio visuais.
Positivos: Com muita persistência, pois houve muitas trocas de docentes especialmente na disciplina fundamentos, me possibilitou obter através da teoria o embasamento para uma prática fundamentada em métodos. (Beth – assistente social – entrevista).

A última fala sobre a questão mostra a compreensão da profissional sobre o caminho percorrido na formação para a construção do referencial teórico-metodológico do Serviço Social, situando esta formação no contexto mais amplo da educação superior no Brasil:

Durante minha formação, na UNESP, foram abordados os referenciais teórico-metodológicos que embasaram a profissão em sua construção histórica, desde a influência católica, o tomismo, o neotomismo, o funcionalismo americano, a fenomenologia, o positivismo, o conservadorismo e o marxismo. Foi dada ênfase a teoria social crítica, como referencial hegemônico, a partir da ruptura com o conservadorismo, desencadeada pelo movimento de reconceitualização. Apesar de todos os problemas relacionados ao sucateamento das universidades públicas, houve espaço para reflexão e construção de conhecimento. (Lucy – assistente social – entrevista).

Pensando nas situações concretas vivenciadas pelos profissionais e considerando aquilo que a formação profissional pôde ou não oferecer ao profissional, e ainda, a partir da continuidade ou não da formação por parte do assistente social, José Fernando Silva (2013, p. 240) aponta um dilema significativo:

Nisso tudo há um aspecto absolutamente fundamental: é preciso investir em uma formação profissional densa e sólida empenhada em formar intelectuais que pensem criticamente coisas concretas. Essa formação, no entanto, vem sendo fortemente questionada – por diferentes tendências – como demasiadamente complexa e desnecessária para uma profissão “prioritariamente prática” em que a dimensão técnico-operativa se sobrepõe às outras dimensões (ainda que frequentemente se diga o contrário).

O mesmo autor se propõe a explicar este dilema existente entre a formação, o trabalho profissional e a contribuição de Marx para o Serviço Social, afirmando de maneira bastante explicativa que:

A permanente angústia vivida e reclamada por diversos assistentes sociais ao lidarem com a “questão social” não tem como causa o debate estabelecido entre o Serviço Social, Marx e sua tradição (que remete à falsa ideia de que esse diálogo é inadequado, impertinente e gera confusões). **A verdadeira causa dessa angústia é ontológica, ou seja, está relacionada com a vida real dos seres sociais com os quais nós, assistentes sociais, trabalhamos e com nossa própria condição real como trabalhadores assalariados, alienado-estranhados, cenário esse reforçado pela desigualdade social estrutural que constitui a natureza da ordem burguesa em curso.** O que propicia a aproximação com a teoria social de Marx? Elementos preciosos para o desvelamento do estranhamento social, a possibilidade de resistir às investidas do capital para além de sua simples negação abstrata. (SILVA, J.F.S., 2013, p. 266, grifo nosso).

Se pensarmos na possibilidade que o assistente social tem de imprimir uma direção social ao exercício profissional e que advém da relativa autonomia de que o profissional dispõe, respaldada na regulamentação da profissão, na formação universitária especializada e no código de ética (IAMAMOTO, 2008), podemos considerar que a partir de uma formação de qualidade existe a real possibilidade de este profissional se constituir como um agente autor de seu tempo, visualizando as dificuldades que o exercício profissional lhe impõe e os caminhos que poderá trilhar para uma atuação crítica.

No capítulo seguinte nos propomos a discutir os dilemas existentes entre a concepção teórico-metodológica dos assistentes sociais e sua atuação concreta em relação à realidade social, considerando sua formação e as condições objetivas em que este profissional vive e sob as quais se dá seu trabalho profissional.

Novamente nos utilizaremos da obra de José Fernando Silva para finalizar a presente discussão e reiniciá-la no capítulo seguinte, trazendo importantes questões colocadas pelo autor e que expressam de maneira significativa o caminho que estamos percorrendo para perseguir os objetivos deste estudo, considerando o processo em que se situam os profissionais, que abarca suas condições subjetivas e as condições objetivas da profissão:

[...] como o Serviço Social como profissão e os profissionais assistentes sociais têm assumido e posto em movimento esse processo que, certamente, é complexo e contraditório? Qual a direção social empreendida pelos assistentes sociais ao assumirem tais funções? Qual a clareza sobre as contradições e armadilhas contidas nesse processo? (SILVA, J. F. S., 2013, p. 261).

CAPÍTULO 3 DILEMAS ENTRE TEORIA E PRÁTICA A PARTIR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DAS CONDIÇÕES OBJETIVAS DO TRABALHO COTIDIANO

Neste capítulo nos propomos a discutir como se dá o trabalho profissional do assistente social, a partir de sua formação e de sua condição de trabalho, considerando a necessidade do referencial teórico-metodológico e dando ênfase aos dilemas existentes neste contexto na relação entre teoria e prática.

A partir do conteúdo das entrevistas realizadas com os profissionais na pesquisa de campo do presente trabalho, pretendemos elucidar o que os assistentes sociais entendem como referencial teórico-metodológico do Serviço Social e qual seria o referencial por eles utilizado em seu trabalho profissional cotidiano.

Retomando brevemente as concepções abordadas no capítulo anterior, consideramos aqui a formação profissional como um processo que não se encerra na graduação:

[...] a FP [formação profissional] é um processo infindável, que tem na graduação um dos seus momentos (ênfatize-se: um dos principais momentos) que se prolonga por toda a trajetória profissional e demanda atualizações permanentes como forma de compromisso com a qualidade dos serviços prestados à sociedade – compromisso que, segundo nosso Código de Ética (1993), deve ser individual (de cada profissional) e coletivo (assumido pelas entidades da categoria). (BRAZ; RODRIGUES, 2013, p. 256).

De acordo com os autores citados, este caráter ininterrupto do processo formativo reside justamente no fato de que todo conhecimento é sempre aproximativo, ou seja, estaremos sempre perseguindo aquilo em que se acredita, sem contudo chegar a conclusões definitivas, reafirmando a dialética deste processo.

3.1 A relação teoria e prática e o conceito de práxis

Atrelado às questões já abordadas neste estudo sobre o mundo do trabalho e formação profissional do assistente social, temos o dilema em torno da relação teoria e prática, o qual está presente no trabalho profissional sendo determinado cotidianamente pelas relações que o assistente social estabelece a partir de sua posição enquanto trabalhador, submetido a uma formação específica e atuando sob determinadas condições.

Neste sentido, pretendemos trazer alguns apontamentos sobre esta relação a partir do conceito de práxis, mostrando os conflitos que permeiam esta discussão a partir da construção

do Serviço Social enquanto profissão e considerando a análise feita no segundo capítulo deste trabalho.

Sobre a intrínseca relação entre teoria e prática, que situa a indissociabilidade entre o trabalho profissional e o conhecimento teórico, expresso na formação profissional do assistente social, apresentamos a seguinte definição de práxis, elucidando tal relação:

Em resumo, a práxis se nos apresenta como uma atividade material, transformadora e ajustada a objetivos. Fora dela, fica a atividade teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas, por outro lado, não há práxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de finalidades e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica. Isso significa que o problema de determinar o que é a práxis requer delimitar mais profundamente as relações entre teoria e prática [...]. (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1968, p. 208).

Considerando-se que a atividade prática significa uma ação efetiva e que, em contrapartida, a atividade teórica para se materializar requer sucessivas mediações, poderíamos ter aqui uma oposição entre o teórico e o prático; entretanto, esta oposição é relativa, podendo ser melhor definida como uma diferença dentro de uma unidade indissolúvel (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1968):

A teoria em si [...] não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação. (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1968, p. 207).

Esta afirmação nos mostra a relação existente entre a teoria e a prática a partir da funcionalidade de cada uma no processo de conhecimento da realidade e de criação por parte do homem, entendendo-se que tal relação não pode ser encarada de maneira simplista ou mecânica. A prática não fala por si mesma, exigindo uma relação teórica, definida como a compreensão da práxis.

Kosik (1976, p. 222) nos diz que:

A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria, é determinação da existência humana como elaboração da realidade.

É a partir desta relação entre a atividade prática e a atividade teórica que se chegará no resultado buscado por meio do processo de conhecimento:

[...] ajustando-se mutuamente uma a outra, e avançando por caminhos diferentes em direção ao final do processo de hipótese em hipótese – a atividade teórica –, e de experiência em experiência – a atividade prática –, ambas convergem no produto objetivo ou resultado real. (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1968, p. 243).

No movimento do processo de conhecimento da realidade e criação por parte do homem temos a definição da práxis, estabelecendo a relação entre o homem e a realidade “A práxis é ativa, é atividade que se produz historicamente – quer dizer, que se renova continuamente e se constitui praticamente –, unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, de sujeito e objeto, do produto e da produtividade.” (KOSIK, 1976, p. 222).

O conceito de totalidade não pode ser reduzido a uma exigência metodológica ou a uma regra metodológica na investigação da realidade; deve, em primeira instância, responder à pergunta “o que é a realidade?”, para depois partir para a resposta sobre “como conhecer a realidade?” (KOSIK, 1976):

A posição de totalidade, que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a casualidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese ao empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e casuais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade.” (KOSIK, 1976, p. 41).

Com estas reflexões iniciais buscamos afirmar a relação orgânica que existe entre a teoria e a prática, mesmo considerando que “[...] a cisão entre a teoria e a prática encontra-se subjacente à racionalidade hegemônica do capitalismo.” (FORTI; GUERRA, 2010, p. 7):

[...] o cotidiano profissional pode se mostrar obscurecido pelos atos repetitivos, objeto de pouca reflexão, caso os profissionais situem equivocadamente seu trabalho e o campo teórico e não aprendam que, em decorrência dos desafios que a realidade lhes impõe diariamente, é inerente ao exercício profissional a necessidade de conhecimento qualificado – e seu constante aprimoramento – que viabilize uma intervenção crítica, criativa e propositiva. (FORTI; GUERRA, 2010, p. 8).

Para superar estes equívocos que se estabelecem neste terreno, é preciso compreender que “[...] na realidade operam mediações de natureza diferente daquelas que figuram no conhecimento.” (FORTI; GUERRA, 2010, p. 19), situando-se a importância da especificidade da teoria e da prática:

No processo do conhecimento, a teoria e a prática, como elementos de naturezas diferentes – ou, se preferirmos, como polos opostos –, se confrontam todo momento: questionam-se, negam-se e superam-se, a ponto de encontrarem uma unidade que é sempre histórica, relativa e provisória. Não obstante, a teoria e a prática mantêm sua especificidade e sua autonomia. A teoria tem que ser vista como crítica e busca dos fundamentos. (FORTI; GUERRA, 2010, p. 18).

A fala da profissional que apresentamos abaixo exemplifica a necessidade da reflexão colocada acima, ao falar sobre a importância do referencial teórico-metodológico da profissão:

Referencial teórico metodológico se refere a fundamentos, estratégias e ações norteadoras do profissional. A teoria fundamenta a prática e o método norteia a prática. A investigação permite revelar a essência do problema e pensar o novo, **portanto, teoria e método, mesmo sendo elementos distintos, devem ser coerentes entre si. Devemos incorporar ambos no agir profissional.** (Fátima – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Considerando que a teoria não “brota” da prática, mas sim da apurada reflexão sobre ela, o conhecimento teórico é o que permite ao profissional dar um sentido a sua ação, uma vez que a teoria incide sobre a compreensão da direção social, do significado e das implicações deste agir profissional (FORTI; GUERRA, 2010).

A atividade subjetiva que não se objetiva materialmente não pode ser considerada como práxis. A atividade teórica só existe por e em relação com a prática; contudo, o ponto de vista do senso comum é o do praticismo, o qual significa prática sem teoria ou com o mínimo dela.

O conceito de pragmatismo impõe que aquilo que é verdadeiro se reduz ao útil. Entretanto, o conhecimento é considerado útil na medida em que é verdadeiro, e não verdadeiro porque é útil. Ao contrapormos os principais elementos do marxismo e do pragmatismo, temos a contraposição entre teoria e prática: a redução do prático ao utilitário e a dissolução do teórico (verdadeiro) no útil.

Aqui concebemos a prática enquanto fundamento da teoria, pois é ela quem determina o horizonte do desenvolvimento e do progresso do conhecimento.

O conhecimento científico-natural progride no processo de transformação do mundo natural em virtude de que a relação prática que o homem estabelece com ele, mediante a produção material, coloca-lhe exigências que contribuem para ampliar tanto o horizonte dos problemas como o das soluções. (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1968, p. 215).

A mútua dependência entre teoria e prática pressupõe que não existe a possibilidade de um trabalho profissional aceitável sem a afinação com uma perspectiva teórico-metodológica. O conhecimento teórico é que permite dar um sentido à ação, já que a teoria incide sobre o significado do fazer profissional:

A atividade prática desenvolvida por um indivíduo é, por isso, simultaneamente subjetiva e objetiva, dependente e independente de sua consciência, ideal e material, e tudo isso em unidade indissolúvel. O sujeito, por um lado, não prescinde de sua subjetividade, mas também não se limita a ela, é prático na medida em que se objetiva, e seus produtos são a prova objetiva de sua própria objetivação. (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1968, p. 242).

A já conhecida afirmação “*na prática, a teoria é outra*” revela uma questão importante se considerarmos a compreensão dos assistentes sociais sobre a relação teoria e prática e sobre os determinantes desta compreensão para o seu pensar e agir profissional. Esta frase é considerada um dos principais falsos dilemas da formação e do exercício profissional e expõe a necessidade do conhecimento para iluminar o caminho da intervenção:

[...] são imprescindíveis momentos de apropriação teórica para que haja uma inserção qualificada do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, uma inserção que viabilize respostas competentes às demandas sociais, e que seja, portanto, avessa ao falso dilema de que ‘na prática a teoria é outra’. (FORTI; GUERRA, 2010, p. 20).

Apresentamos aqui a fala de um dos sujeitos da pesquisa que enfatiza esta separação entre os conceitos de teoria e de prática, denotando a ausência da continuidade do processo formativo como determinante para sua visão equivocada sobre a relação teoria e prática. Esta visão é ratificada pelas demais falas da mesma profissional, já apresentadas neste trabalho:

Pelo menos, assim, a teoria do Serviço Social que até hoje a gente vê em algumas coisas, ela é muito bonita; nem sempre na prática a gente consegue efetivar o que a teoria fala. A gente vê algumas dificuldades mesmo. (Eleonor – assistente social – entrevista).

Contudo, nas falas dos profissionais capturamos também perspectivas mais afinadas com a discussão crítica em curso na profissão sobre o referencial teórico-metodológico e sobre a relação teoria e prática, como vemos a seguir:

Eu fico doida quando uma pessoa fala: na teoria é uma coisa e na prática é outra. [...] Eu não consigo separar isso. E sempre assim, com marcos bem claros pra mim; o marco civilizatório, quer dizer, o que é que a gente quer em termos de civilidade, pra nossa vida, não pra vida do outro, pra nossa vida enquanto sociedade.

O que é que a gente quer pra nossa vida em termos de conquista de direitos conquista de democracia; e qual o meu posicionamento ético, diante da profissão que eu exerço. Isso é baliza de onde eu quero chegar. (Layla – assistente social – entrevista, grifo nosso).

A respeito do significado desta afirmação proferida pelos assistentes sociais, Santos (2012, p. 2) coloca que:

Na verdade, o que essas afirmativas, verbais e escritas, expressam, é a dificuldade de apreensão da relação entre teoria e prática e, conseqüentemente, da relação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da intervenção profissional, que rebata numa expectativa equivocada no que se refere às potencialidades dos instrumentos e técnicas: ora supervalorizando-os, ora ignorando-os. Assim sendo, trata-se de um problema que não pode ser ignorado ou mascarado e que envolve diretamente a formação profissional.

A autora aponta para a importância da reflexão sobre as três dimensões que constituem a profissão, enfatizando a abordagem superficial sobre a dimensão técnico-operativa na formação profissional e o parco entendimento dos profissionais acerca da relação teoria e prática:

[...] considero que a lacuna existente hoje quanto à questão dos instrumentos e técnicas dos assistentes sociais no Brasil advém de uma incorporação equivocada e não satisfatória da relação teoria e prática na concepção do materialismo histórico-dialético. O Serviço Social avançou quando enfatizou a unidade entre as dimensões da prática interventiva em uma relação dialética, evidenciando a diversidade. Todavia, a formação profissional trata a unidade sem levar em conta as suas diferenças, ou seja, não trata as especificidades de tais dimensões. (SANTOS, 2012, p. 4).

Desvelando a afirmação de que *na prática a teoria é outra*, a autora infere que:

[...] quando a categoria profissional afirma que na prática a teoria é outra, parece estar utilizando a palavra prática como sinônimo de mercado de trabalho ou instituições empregadoras, e a palavra teoria como sinônimo de formação profissional ou de conhecimentos. Ela se ressentida dos conhecimentos que obteve na formação não estarem adequados ou apropriados às requisições feitas pelo mercado de trabalho. A queixa é de que há uma distância entre o apreendido em sala de aula e o vivenciado na prática interventiva. Na verdade, é um problema entre a realidade da formação e a realidade do mercado de trabalho. Como os profissionais não têm clareza teórica do que seja prática e do que seja teoria, associam-nas a mercado de trabalho e formação, respectivamente. Trata-se, porém, de categorias diferenciadas. Esse debate refere-se à adequação da formação ao tipo de exigência que se faz ao profissional. (SANTOS, 2012, p. 94-95).

Para a autora, o falso dilema se vê “resolvido” se considerarmos que:

[...] na perspectiva do materialismo dialético, *na prática a teoria só pode ser ela mesma*, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim, não há como na prática a teoria ser outra. Essa posição só é verdadeira se se considerar por teoria algo pronto, acabado, que se ajusta a uma prática. (SANTOS, 2012, p. 27-28, grifo do autor).

A questão da teoria e da prática no Serviço Social, a partir da racionalidade burguesa, aponta para um quadro em que a formação profissional se vê limitada e não condizente com os pressupostos legais aos quais deveria responder, conforme apontado no início deste capítulo:

A racionalidade burguesa em curso, nas suas diversas e heterogêneas formas de manifestação, tem frequentemente limitado a formação profissional a um leque amplo de informações imediatamente úteis à intervenção profissional que reduzem a teoria a um conglomerado caótico e eclético de referenciais (circunscritos às “ilhas de excelência produtoras do conhecimento”), e a prática a um conjunto de intervenções pontuais e cirúrgicas capazes de produzirem mudanças igualmente localizadas (ditas eficientes). (SILVA, J. F. S., 2013, p. 125).

3.2 Pluralismo, ecletismo e sincretismo no Serviço Social: dilemas da teoria e da prática

A história do Serviço Social brasileiro, permeada por constantes mudanças e engendrada por avanços significativos em vários aspectos, aponta para um quadro em que se discute a existência do pluralismo⁴ enquanto algo almejado pela profissão e, em contrapartida, a persistência do ecletismo como algo que sempre acompanhou o Serviço Social, e que ainda encontra espaço na produção teórica e no trabalho profissional.

Para Paulo Netto (1996a), pensando-se na natureza socioprofissional do Serviço Social, da carência de um referencial teórico crítico-dialético decorreram as peculiaridades que fizeram dele um exercício prático-profissional medularmente sincrético. Esta estrutura sincrética do Serviço Social se localiza no seu sistema de saber, embasando e legitimando as suas práticas e representações.

⁴ O Código de Ética do Assistente Social, revisto e publicado por meio da Resolução CFESS número 273, de 13 de março de 1993, em seus princípios fundamentais (inciso VII), afirma seu compromisso com a garantia do pluralismo, “[...] através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.” (BARROCO, 2012, p. 128).

Analisando o sincretismo como um princípio constitutivo do Serviço Social, Paulo Netto (1996a, p. 88) o conceitua considerando-o como

[...] fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal.

O autor define como fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social os seguintes aspectos: o universo problemático original que se colocou à profissão como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção (PAULO NETTO, 1996a).

Pontuando um importante aspecto desta prática sincrética, o autor infere que “É próprio da prática que se toma sincreticamente não somente a sua translação e aplicação a todo e qualquer campo e/ou âmbito, reiterando procedimentos formalizados abstratamente e revelando a sua indiferenciação operatória.” (PAULO NETTO, 1996a, p. 102).

Mais adiante, em sua obra, o autor irá especificar quais são os vetores que convergem para esta prática sincrética, quais sejam: as condições de intervenção determinadas pelas refrações da questão social, o referencial das ciências sociais gestadas na razão tornada miserável, a continuidade das expectativas que envolviam as protoformas do Serviço Social e a inserção peculiar do assistente social na divisão social e técnica do trabalho.

Se, originalmente, o sincretismo permeia a prática profissional do Serviço Social como derivação das condições (histórico-sociais e teórico-ideológicas) da sua emergência, consolidado o Serviço Social como profissão a dinâmica passa a ter como suporte a sua prática: seu peculiar sincretismo prático condiciona largamente o sincretismo de suas representações. (PAULO NETTO, 1996a, p. 105).

A ultrapassagem do sincretismo teórico no Serviço Social, que está diretamente relacionada à superação da sua vinculação com o pensamento conservador, “[...] é projeto que não erradica o sincretismo da fenomenalidade do seu exercício profissional.” Entretanto, esta superação está condicionada à “[...] interdição de qualquer pretensão do Serviço Social de posicionar-se como um sistema original de saber, como portador de uma teoria particular referenciada a sua intervenção prático-profissional.” (PAULO NETTO, 1996a, p. 147).

Nesta esteira, o autor questiona se o sincretismo teórico do Serviço Social é um dado permanente ao qual estaria condenada a profissão, ou se poderia ser ultrapassado. Veremos mais adiante que, ainda atualmente, este lastro de ecletismo teórico se encontra presente no Serviço Social, confundindo-se por vezes com o pluralismo.

Situando aqui a relevância do conceito de pluralismo, temos que, para Coutinho (1991, p. 14),

Pluralismo [...] é sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência.

Segundo José Paulo Netto (2011, p. 6), mesmo um projeto que conquiste a hegemonia nunca será exclusivo. A importância do pluralismo reside justamente no fato de que

[...] a elaboração e a afirmação (ou, se se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de idéias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de idéias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas.

Segundo o autor, considerando-se este pluralismo profissional, o projeto hegemônico de um determinado corpo profissional supõe um acordo sobre os aspectos do projeto que são imperativos (obrigatórios, compulsórios) ou indicativos (não há um consenso mínimo que garanta seu cumprimento). José Paulo Netto (2005) salienta que mesmo entre os aspectos imperativos há divergências, como com relação ao código de ética profissional (contestação de princípios e normas).

Sobre esta questão trazemos o conteúdo descrito por João Bosco G. Pinto, de 1993, contido nos cadernos ABESS n. 6, sobre as diferentes posturas em face da(s) teoria(s) que norteiam o “desempenho” do Serviço Social: a uniformização, o ecletismo, o pluralismo e o *caos*.

Segundo o autor, a uniformização existe quando um único paradigma teórico é apreendido, com a exclusão dos demais, sobre os quais geralmente não se tem o devido conhecimento, remetendo a um dogmatismo teórico.

O ecletismo ocorre quando são misturados diferentes conceitos de corpos teóricos diferentes, ou até mesmo antagônicos, supondo uma aparente coerência.

O pluralismo se dá a partir da integração de conceitos e teorias que não são logicamente contraditórios, com base em uma postura epistemológica e teoricamente coerente. Esta postura pluralista requer o conhecimento aprofundado de todos os campos que se pretende abordar evitando assim o ecletismo, enquanto postura simplista e simplificadora.

O *caos* ocorre, segundo o autor, quando o profissional não possui a devida clareza sobre os campos ou paradigmas teóricos, o que o leva a utilizar noções do senso comum, geralmente disfarçadas de conceitos. Esta postura dos profissionais se constitui algo bastante polêmico ao pensarmos nas condições objetivas em que os assistentes sociais atuam: “Quem sabe esta ausência de teoria, ou este caos teórico, as(os) prepare melhor para um certo tipo de desempenho profissional burocrático e repetitivo, que é, muitas vezes, o que o sistema delas(es) requererá, sem muitas complicações?” (PINTO, 1993, p. 32).

Apontando para as lacunas no processo de formação profissional que incidem diretamente sobre estas posturas descritas acima, assumidas pelos assistentes sociais, o autor conclui que, para além da preocupação com os diferentes paradigmas teóricos e suas contradições, deve haver a real preocupação sobre como efetivar uma formação que possibilite que os graduandos:

a) saibam utilizar uma determinada teoria científica em seu fazer profissional cotidiano; b) reconheçam as implicações práticas de certas posturas epistemológicas e teóricas; c) encontrem um modo de refletir sobre sua ação, para que possam, registrando-a e sistematizando-a, transformá-la em conhecimento prático. Para alcançar isto parece ser necessário rever toda a estruturação de nossos cursos de formação, desde seus objetivos, incluindo o perfil profissional, passando pelos conteúdos, até os processos e métodos didático-pedagógicos utilizados na prática de ensino, sem esquecer o estágio, enquanto etapa prática de aprendizado profissional. Não é uma tarefa fácil, nem mesmo rápida, mas parece-me necessária e até urgente. (PINTO, 1993, p. 45).

Outra importante autora do Serviço Social contribui com este debate dizendo que o pluralismo

[...] supõe o reconhecimento da presença de orientações distintas na arena profissional, assim como o embate respeitoso com as tendências regressivas do Serviço Social, cujos fundamentos liberais e conservadores legitimam o ordenamento social instituído. (IAMAMOTO, 2008, p. 226).

Entretanto, a autora salienta que este pluralismo não deve ser identificado com a sua versão liberal,

[...] na qual todas as tendências profissionais são tidas como supostamente paritárias, mascarando os desiguais arcos de influência que exercem na profissão e os vínculos que estabelecem com projetos societários distintos e antagonísticos, polarizados seja pelos interesses do grande capital, seja pela construção da unidade política dos trabalhadores enquanto classe. (IAMAMOTO, 2008, p. 227).

Sobre a relação entre as diferentes vertentes que se afirmaram no desenvolvimento da profissão e a afinação desta com a vertente crítica, segundo José Paulo Netto (2011, p. 12-13),

Na acumulação teórica operada pelo Serviço Social é notável o fato de, naquilo que ela teve e tem de maior relevância, incorporar matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional – nela se empregaram abertamente vertentes críticas, destacadamente as inspiradas na tradição marxista. Isto significa que, também no plano da produção de conhecimentos, instaurou-se um pluralismo que permitiu a incidência, nos referenciais cognitivos dos assistentes sociais, de concepções teóricas e metodológicas sintonizadas com os projetos societários das massas trabalhadoras (ou seja: de concepções teóricas e metodológicas capazes de propiciar a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes). À quebra do quase monopólio do conservadorismo político na profissão seguiu-se a quebra do quase monopólio do seu conservadorismo teórico e metodológico.

Também sobre a questão do pluralismo, a partir da construção e afirmação da profissão, Yazbek (2009, p. 25) coloca que

[...] a reafirmação das bases teóricas do projeto ético político, teórico metodológico e operativo, centrada na tradição marxista, não pode implicar na ausência de diálogo com outras matrizes de pensamento social, nem significa que as respostas profissionais aos desafios desse novo cenário de transformações possam ou devam ser homogêneas. Embora possam e devam ser criativas e competentes.

Diante da análise realizada até o presente momento, pode-se dizer que o Serviço Social, mesmo não sendo uma ciência ou não dispondo de uma teoria própria, não está impedido de produzir conhecimento. Talvez o principal desafio que se coloca hoje para os assistentes sociais resida justamente na dificuldade de, segundo Iamamoto (2008), se integrar os fundamentos teórico-metodológicos com a pesquisa concreta de situações concretas, as quais são objeto de trabalho desse profissional, dificuldade esta que poderá ser enfrentada através da sólida fundamentação teórico-metodológica.

Contudo, a partir da formação profissional, como já vimos, a apreensão do profissional sobre a dimensão teórico-metodológica se dará de maneira conflituosa, apontando para uma atuação destituída de referenciais e permeada por conflitos que o assistente social não se vê apto a desvelar:

Qualquer teoria social que não responda imediatamente às angústias e às demandas imediatamente impostas aos profissionais *é rapidamente descartada e rotulada de inadequada, demasiadamente complexa, “genérica”, “fora da realidade” ou, de forma mais direta, “ineficiente” e “ultrapassada”*. A solução, então, recupera um leque de conhecimentos ecléticos que reforçam o sincretismo presente na profissão desde sua origem. Esse cenário vem sendo potencializado, no campo da formação profissional, por um processo intenso de precarização do ensino (à distância – em si

precário particularmente na graduação – e presencial), que, por caminhos diferentes, destroem a possibilidade de uma formação sustentada na educação integral nos níveis de ensino, pesquisa e extensão. Evidentemente que esse contexto inviabiliza uma discussão séria – ainda que sempre inacabada – acerca das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental que orientam as diretrizes curriculares em curso. Reafirma, ao mesmo tempo, a razão instrumental como orientação básica para a produção de certo tipo de conhecimento, descartando a razão ontológica, ou seja o movimento da razão que persegue a dinâmica real de coisas materiais (reconstruindo suas múltiplas mediações certamente complexas), como um procedimento estranho e desnecessário à profissão e aos profissionais. (SILVA, J. F. S., 2013, p. 127-128, grifo do autor).

Neste mesmo sentido, trazemos para a discussão outra importante citação contida na obra de José Fernando Silva (2013), a qual, em nossa opinião, reúne a ineficiência da formação, as determinações da sociabilidade burguesa e os dilemas vividos *in loco* pelos profissionais, oferecendo um exemplo contundente para a reflexão a que nos propomos:

Você vai lá, Dona Maria, está com um problema desse tamanho e isso é vital para ela, tem um filho que está começando a se aproximar do mundo das drogas. Marilda afirma e eu lembro o tempo todo dessa afirmação: “a profissão é socialmente determinada”. Entre as determinações colocadas ao exercício dessa profissão estão essas condições que eu estou me referindo aqui. Isso deixa o assistente social “esquizofrênico”, porque ele vai ao CBAS, por exemplo, e discute a vida política, a emancipação humana (que já é outra ordem societária) é socialismo ou barbárie (não é assim que o Zé Paulo termina a fala?), e aí ele chega lá em seu cotidiano e ele tem que atender a dona Maria, que tem o filho frequentando um lugar de drogas e ela está morrendo de medo, e o que ela faz? E ela precisa conversar, e precisa de uma orientação, aí o assistente social pensa: “Bom, eu não sei nada disso, vou buscar o enfoque sistêmico”. Existe algum erro nosso, dos que não são sistêmicos, que gera essa questão e que não dá nenhuma resposta. (YAZBEK apud SILVA, J. F. S., 2013, p. 213).

Frente a isso, José Fernando Silva aponta a necessidade de se construírem as devidas mediações a partir das particularidades com as quais lidam os assistentes sociais no cotidiano, a fim de que tais conflitos não se aprofundem ainda mais, o que ocorrerá, segundo o autor, “[...] não pelo ‘descompasso’ entre o que se escuta nos congressos e se vê diariamente na prática, mas pela dureza e pelo aprofundamento da ‘questão social’, expressa imediatamente em dramas pessoais no cotidiano profissional.” (SILVA, J. F. S., 2013, p. 216).

A afirmativa de Yazbek colocada acima está relacionada com o conteúdo trazido pelos sujeitos da pesquisa, como veremos na fala abaixo e no próximo item deste capítulo. A fala que apresentaremos enfatiza justamente esta dificuldade de o profissional visualizar as perspectivas do referencial teórico-metodológico para o seu trabalho profissional:

Ao mesmo tempo que você tá lidando com um referencial que entende o antagonismo do capitalismo, essa questão que procura defender o trabalhador, e a gente também tá inserido nessa classe trabalhadora, então assim, eu entendo isso, eu procuro usar esse referencial, só que eu vejo que na atuação a gente se vê

com muita contradição. [...] Nas avaliações sociais pro BPC [benefício de prestação continuada], **quando eu tô atuando, eu procuro olhar a pessoa numa perspectiva de totalidade, não só olhando o presente ali, mas sabendo que tudo o que ela tá vivenciando faz parte de um contexto mais amplo, e procuro verificar essas questões.** A maioria são trabalhadores que não estão trabalhando, ou devido a uma deficiência, eles não estão conseguindo se inserir no mercado de trabalho... Então tudo isso a gente analisa, procuro analisar quando eu tô avaliando, procuro orientar também a pessoa nessa perspectiva. Mas eu vejo que é limitado. **A gente sabe que o próprio benefício se limita a [renda per capita] inferior a um salário mínimo, entendeu, ele é extremamente focalizado, tá num critério, deveria ser um direito... Universal não é, ele é focalizado.** Ele [referencial] não dá conta de todas essas questões. Então tem que se fazer várias mediações para conseguir atuar. Eu procuro utilizar esse referencial, me basear nesse referencial, **mas às vezes eu me pergunto: será que eu tô reproduzindo, numa perspectiva funcionalista, já que o sistema é assim... É uma angústia pro profissional.** (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso).

3.3 Dificuldades acerca do referencial teórico-metodológico como norteador do trabalho profissional

A partir das reflexões realizadas até o presente momento, podemos afirmar que as falas dos profissionais entrevistados na pesquisa de campo expressam as dificuldades dos assistentes sociais com relação ao referencial teórico-metodológico do Serviço Social, apontando para um conflito entre a teoria e a realidade concreta em que atuam, dificultando a visualização da relação intrínseca existente entre teoria e prática.

Sobre a questão relativa ao que o profissional entende por referencial teórico-metodológico de Serviço Social, nos foram apresentadas respostas bastante diversificadas, algumas mais aprofundadas, outras mais superficiais, denotando algumas confusões feitas pelos profissionais com relação a este referencial.

O depoimento abaixo apresenta uma grande confusão do profissional para explicar o que seria o referencial teórico-metodológico da profissão, apesar de situar a importância da junção entre teoria e método.

Como o fio condutor, os métodos seriam as ferramentas a serem utilizadas na prática profissional como a pesquisa bibliográfica e documental, interações inter e extra institucional e pessoais, na perspectiva da dimensão técnica do trabalho que possibilitariam ao profissional atingir a dimensão operativa. Quanto à teoria no decorrer da graduação se apresentam diversas linhas filosóficas onde há o destaque para os movimentos antes e pós reconceituação. Para mim a junção método / teoria foi ultrapassar o pensamento comum do trabalho “afetivo” que a sociedade normalmente se reporta a assistência social evoluindo para a atuação efetiva junto às políticas públicas e os cidadãos seja na esfera pública ou privada. O método e a teoria podem variar porém devem ser norteadores e adequados para que se atinja o resultado esperado. (Beth – assistente social – entrevista).

Mesmo tendo se formado já no final da década de 1990, período no qual a profissão já se encontrava em um momento mais sólido e com uma crítica mais elaborada sobre seu significado e sua construção teórico-metodológica, temos claro aqui o caos trazido na discussão realizada acima neste mesmo capítulo sobre as diferentes posturas em face da(s) teoria(s) que norteiam o “desempenho” do Serviço Social.

Os dois conteúdos que apresentaremos a seguir, de duas profissionais que atuam na mesma área, expressam o conflito dos profissionais para diferenciar o referencial teórico-metodológico dos instrumentos utilizados no trabalho profissional cotidiano, denotando o grande afastamento das assistentes sociais das discussões teóricas correntes na profissão. A primeira reconhece este afastamento como algo negativo para sua atuação. Já a segunda, apenas pontua suas observações sobre o referencial, confundindo-o com a discussão sobre os instrumentos:

Quando fala assim em referencial teórico eu penso que são as normas, algumas condutas não, um norteador para as nossas ações, exemplo o referencial teórico que a gente utiliza aqui, não sei se eu posso falar, não dá pra ser positivista, né, porque aqui, apesar de vir uma solicitação de guarda, não dá pra você só ir pra fazer a entrevista e pensando na guarda, eu tenho que ir lá e pensar, além da guarda, eu tenho que ir lá e ver se a criança tá com a saúde, educação, se ela tá sendo atendida em todos os outros aspectos, eu não posso mirar só na guarda, esse não pode ser meu único foco de ação quando pedem pra gente atuar. Aí, o referencial metodológico eu não sei te dizer qual seria, o nome... Gente, **como a gente tá afastada da teoria!** Eu acho que **são todos os instrumentos que vão facilitar as nossas ações, quando a gente pensa em referencial teórico-metodológico, e alguns que a gente assim que são básicos do Serviço Social, por exemplo, um referencial, um instrumental que a gente usa muito aqui é a visita domiciliar.** Isso, é diferente você fazer uma entrevista aqui e você ir em loco. Eu acho que você consegue entender muito mais a realidade daquela família. Porque aqui tem um endereço, é rua tal número tal, aí quando você vai pra lá você entende porque ela não manda a criança pra escola, porque onde ela está inserida, porque a criança se apresentou de uma forma suja na entrevista? ... Aí você chega lá e vê que nem tem toda a infraestrutura no bairro... Então eu acho que um dos instrumentais que fazem com que a gente consiga ver a realidade do nosso usuário, é a visita domiciliar. (Camila – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Quando nos referimos ao referencial teórico-metodológico do Serviço Social entendendo que são as disciplinas que se fazem necessárias ao entendimento do indivíduo em seu contexto, seja ele grupal, familiar, comunitário, etc. Nesse caso: psicologia, sociologia, política, economia. De outro lado, a metodologia necessária e específica do Serviço Social no trabalho de cada área que toma aspectos próprios em cada tipo de intervenção. **Outro referencial são os procedimentos necessários a cada atuação: entrevista, visita domiciliar, observação e outros, sempre com o olhar específico do assistente social.** (Geni – assistente social – entrevista).

Vemos aqui uma exacerbação da dimensão técnico-operativa, desvinculada das demais dimensões, principalmente da dimensão teórico-metodológica, sobre a qual as profissionais foram estimuladas a refletir a partir das perguntas constituintes da entrevista.

Em seguida apresentamos duas falas de profissionais que apontam para uma dada compreensão acerca do referencial teórico-metodológico da profissão, sem contudo avançar nesta discussão, pontuando suas observações de maneira superficial. Ambas reconhecem este referencial como base do trabalho, sem contudo mencioná-lo:

Seria o subsídio, a base do Serviço Social, como eu entendo, como eu pratico, como eu vou atender. Qual seria realmente o meu trabalho, o que subsidia a minha forma de trabalhar, seria a minha base, o meu aporte, eu teria uma base de fato para conseguir exercer a minha função. (Carolina – assistente social – entrevista).

Deixa eu falar com as minhas palavras, faz tempo que eu saí da universidade... **Referencial pra mim é aquilo que eu me embaso quando eu vou refletir, quando eu vou atuar como profissional, quando eu vou olhar a realidade, eu tenho que me embasar numa visão de homem e de mundo, tenho que ter uma referência.** A partir de que olhar, a partir de que referência, então eu entendo que é isso. (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso).

A fala que apresentamos a seguir, dentre todas as respostas relativas à mesma questão, mostrou-se a única que de fato expressou uma compreensão e uma análise mais aprofundada sobre o referencial teórico-metodológico da profissão, falando sobre as mediações a serem feitas na análise deste referencial para uma leitura crítica da realidade:

Eu separo assim: eu tenho um instrumental técnico-operativo, que são as respostas, são as vias de aproximação da realidade, de pensar a intervenção, de realizar a intervenção; eu posso pensar isso de uma forma absolutamente alienada, e eu posso pensar isso de uma forma crítica, indo pela via da instrumentalidade. Bom, então eu tenho possibilidade de manusear tudo isso de uma forma crítica, política, teleológica, e que dá um movimento pra isso que vai além de uma técnica, que vai além de um instrumento. Vai da forma como você pensa e reconhece a sua atuação profissional. **E as mediações, né, as instâncias de passagem que você tem que fazer o tempo todo. O que essa família traz, onde estão as singularidades, como é que vou fazendo então as instâncias de passagem para poder fazer uma leitura mais geral, mais de totalidade disso,** e eu falo que isso é o mais maravilhoso dessa profissão, é isso que me encanta nela a cada dia: é essa possibilidade que a gente tem de fazer essa leitura, e de trabalhar as relações em diferentes patamares. Isso é maravilhoso. Então não se trata só de colher dados, de fazer o quanti-quali... (Layla – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Foi significativa a heterogeneidade das respostas das profissionais para a questão sobre qual seria o referencial que orienta seu trabalho profissional. Na maioria das respostas, observamos a ausência de qualquer referencial e a preocupação com normativas para orientar a prática profissional. Observamos também a contradição existente entre o suposto referencial

do profissional *versus* instituição, gerando um conflito para os assistentes sociais que acabam por perder a especificidade e as possibilidades que a profissão possui.

Apresentamos abaixo uma fala bastante interessante sobre dificuldade do profissional para localizar seu embasamento para a ação, a partir das condições concretas que vivencia e da não visualização de novas perspectivas dentro da própria profissão, o que poderia ser vislumbrado a partir da continuidade dos estudos:

No meu caso, eu terminei a faculdade e parei de trabalhar. Eu voltei a trabalhar depois de 12/13 anos. E principalmente, aqui no HC, a gente está sempre procurando se atualizar, por exemplo, em relação aos programas, as políticas sociais, essas coisas. **Mas em relação à teoria do Serviço Social é muito pouco o que a gente faz aqui.** Porque aqui você já tem uma rotina de trabalho que você faz, e do que a gente encontra aí fora, que a gente orienta, os usuários, paciente, família, e a própria equipe de trabalho, aqui no hospital é muito pouco, você tem que conhecer aí fora, **é muito pouco usada a teoria do Serviço Social. O que a gente usa é entrevistas, faz a anamnese, que é pra você conhecer a família, você o diagnóstico social; isso aí a gente todo dia usa.** Mas agora eu não te lembro para falar “tal autor” ... Sinceramente eu não me lembro. E o que a gente usa é essa ferramenta mesmo de... Os instrumentais, pra você fechar o diagnóstico, a gente trabalha muito com a equipe multidisciplinar. **A gente enquanto assistente social acaba traduzindo muita coisa da família para o médico e do médico para a família.** Faz esse acompanhamento, nosso trabalho é muito em cima de orientação mesmo, é o que a gente faz o tempo todo aqui. A gente acaba sendo facilitadores dos usuários, tanto de entender todo o processo da internação, como é a instituição, tanto como os recursos que eles vão poder utilizar depois, os direitos. Isso é o nosso trabalho aqui. Nós trabalhamos com... **Minha supervisora fala muito do sistêmico... Não sei se... A gente acaba trabalhando isso também.** (Eleonor – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Aqui fica claro o olhar apenas para o aspecto operativo, em detrimento das outras dimensões, e a ausência total do aspecto teórico para iluminar esta ação cotidiana. Podemos dizer que há aqui uma negação do Serviço Social, considerando que a perspectiva trazida pela profissional coloca o assistente social na condição de tradutor entre o profissional médico e o paciente acompanhado no referido serviço em que a profissional atua. Para além disso, temos uma negação do aparato teórico construído pela profissão ao longo do seu desenvolvimento, desconsiderando todos os avanços e percalços deste processo.

As duas falas a seguir expressam a intervenção profissional totalmente destituída de um referencial teórico-metodológico, e novamente a dificuldade para definir este referencial, apesar da boa intenção no atendimento às demandas dos usuários. Ambas profissionais são da mesma área de atuação e exemplificam a confusão entre referencial e instrumentos, a partir da ausência da definição de uma teoria e de um método norteadores do trabalho:

Eu só posso dizer qual [referencial] não é; que não é o positivismo! Porque eu acho que a gente tem que ter uma visão que eu acho que até responde essa do pluralismo, né, não pode ser uma coisa muito focada, porque a questão social não se apresenta só de uma forma, a criança não tá indo na escola, tá faltando educação, mas na verdade, tá faltando a orientação desses pais, eles estão reproduzindo uma coisa que eles vivenciaram, eles não foram à escola e eles não vêem também a necessidade de a criança ir pra escola. Aquele desespero já de incluir ela no mercado de trabalho pra ser uma fonte de renda em casa. Isso na verdade vai aliviar imediatamente o sofrimento deles, mas a longo prazo não vai aliviar, porque essa criança vai continuar sendo uma pessoa que não se especializou e não vai ser inserida no mercado de trabalho, vai ficar sempre com um subemprego. E geralmente quando eu vou pra uma prática, apesar de vir focado, vir uma determinação judicial para você ir fazer um estudo de guarda, para avaliar se é o pai ou a mãe, quais são, qual deles é o melhor para ficar com essa criança, eu procuro ver dentro do casal quem tá mais estruturado para atender todas as necessidades da criança. E levo também em consideração a entrevista com a criança. Ela também vai me dizer com quem ela se sente mais à vontade, porque por mais que o pessoal fale ah é muito cheio de regra, muitas vezes ele prefere ficar onde tem mais regra, onde ele se sente mais seguro. Quando as coisas são muito soltas a criança não dá conta não. (Camila – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Todos os aspectos acima referidos são aplicados em maior ou menor proporção, desde o referencial teórico obtido pelo estudo das disciplinas, até o uso adequado das técnicas específicas e os princípios que norteiam nossa atuação. Exemplo na área das Varas de Família: Ação judicial – separação de casal – guarda dos filhos – regulamentação de visitas. Quando um casal se separa, o assistente social estuda cada pessoa envolvida – pai, mãe, enfocando principalmente os filhos. Conhecimento da história individual do homem, da mulher, da vida em comum, da chegada dos filhos, expectativas, para a partir daí verificar a forma mais adequada de garantir aos filhos que, mesmo com a separação, restem garantidos os contatos com pai e mãe, convivência com ambas as famílias extensas (tios, avós, primos, etc). **Isso tudo é realizado através de visitas domiciliares, entrevistas individuais e conjuntas, observação e compreensão dos históricos pessoais de cada um.** (Geni – assistente social – entrevista, grifo nosso).

Já os dois depoimentos que exporemos abaixo revelam a identificação dos profissionais com um dado referencial teórico-metodológico, ao mesmo tempo em que mostram as contradições existentes na escolha deste referencial frente às demandas colocadas pela realidade concreta em que estão trabalhando:

Acho que até por ter vindo da UNESP a gente **usa o referencial teórico-metodológico marxista, até pelo nosso código de ética.** Aqui na UE a gente trabalha muito assim, não teria como fugir disso. **A gente trabalha com uma coisa geral, a parte do universal, e também o que seria individual do paciente, porque é impossível você não particularizar a situação, mas também não entender o geral, não tem como você não fazer as duas coisas. A gente também trabalha em cima de direitos, de políticas, o que também faz parte dessa emancipação que a gente busca no nosso cliente, no paciente que a gente tá atendendo,** na nossa população. [...] **a gente trabalha com a psicologia,** precisei atender junto com ela pra gente entender aquele sofrimento que é algo realmente particular, que é algo dela, o que aquela violência significava pra ela, mas dentro de um global pra nós, que envolve direito, envolve uma medicação, envolve outras políticas. Acho que a violência sexual é um bom exemplo pra gente aqui na UE, que é algo muito singular, a nossa demanda é muito singular, não tem como você generalizar, porque são sofrimentos diferentes. A violência sexual pra mulher é uma coisa mais difícil, e é o que mais chama a atenção pra nossa demanda de causa externa, diferente de um

acidente, que pode ser uma fatalidade, como pode ter sido uma omissão, alguém que acabou sendo negligente... Mas acho que a violência sexual chama mais a atenção pro nosso referencial, porque a gente acaba trabalhando muito com a parte do que significou aquilo pra ela, como ela vai reagir a tudo aquilo. E as demandas pra isso são poucas, na verdade, a gente tem poucas políticas que protegem essas pessoas vítimas de violência. Hoje a gente tem a Lei Maria da Penha, mas ela não protege a vítima de violência sexual espontânea na rua. É bem complicado, as pessoas não denunciam, é uma demanda que é diferenciada pra gente sim. (Carolina – assistente social – entrevista, grifo nosso).

É a seguinte questão: **a gente sabe que o referencial hegemônico da profissão é o marxismo, e eu concordo, e tento me embasar nesse referencial, mas a gente tem muita contradição...** Na verdade, a gente procura usar tanto na prática, na análise, na atuação, em tudo o que a gente vai fazer, mas existem contradições, porque nem tudo ele dá conta. Você vem com uma perspectiva, você vem com um referencial, mas a instituição vem com outro. Então tem que trabalhar essa contradição, porque o marxismo não dá conta também de tudo... **Não tem como... Você trabalha numa perspectiva de Marx, que defendia uma sociedade diferente, e você tá numa sociedade capitalista. É nessa questão que o referencial não dá conta de tudo isso. [..]** A gente também trabalha com a reabilitação profissional, e aí são trabalhadores que a gente tem que preparar para voltar pro mercado de trabalho. Então aí pra você entender a categoria trabalho, tudo isso, fica mais presente ainda o referencial marxista, mas nem sempre a gente consegue atuar plenamente, a gente faz o que tá dentro dos limites que a instituição permite, é isso. A atuação baseada nesse referencial, mas com todas as contradições próprias e dentro dos limites que a instituição permite. É claro que a gente procura propor, mas não tem como, você tá empregado numa instituição e você também tá sujeito ao que ela determina, por mais que a gente oriente o segurado/requerente/usuário sobre os seus direitos, a gente procura orientar também, a gente sabe que é importante a mobilização dos trabalhadores, mas é limitado. (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso).

O conteúdo acima mostra que, de acordo com a apreensão da profissional sobre o referencial, sua visão sobre o mesmo é de que ele é limitado para auxiliá-la na reflexão sobre seu trabalho, apesar de a assistente social identifica-lo como afinado com os princípios da profissão, como pudemos ver nas discussões realizadas nos capítulos anteriores. Aqui vemos exemplificada a angústia do profissional ao concluir que a teoria da qual dispõe para orientar seu trabalho não é suficiente para “solucionar” todos os dilemas que a realidade lhe apresenta.

O depoimento seguinte demonstra de maneira aprofundada a escolha do referencial teórico-metodológico pela profissional e a visualização deste no seu agir profissional, expondo de maneira clara, através de exemplos do cotidiano, a importância da afinação com um dado referencial para uma atuação crítica e comprometida com os princípios éticos da profissão, tudo isso balizado em uma perspectiva crítica acerca da relação teoria e prática, dando sequência às falas anteriores da mesma profissional apresentadas neste capítulo a este respeito:

Eu tenho um protocolo de entrevista. A entrevista é um instrumento, eu aplico isso. A condução disso é apreender essa fala, fazer essa passagem, da situação singular que a “Maria” vive, de mulher trabalhadora, que mora na periferia, que tem um marido violento, do qual ela não depende financeiramente, mas que é importante pra ela, porque ela é mulher, e mulher precisa ter um companheiro, mulher não pode ficar sozinha... A forma como eu vou apreender a fala dela, o que ela tá me passando ali na entrevista, fazer uma análise e devolver isso pra ela, às vezes traduzir isso pra ela, é a minha instrumentalidade. Quer dizer: eu preciso empoderar essa mulher, essa mulher precisa ter mais autonomia, essa mulher precisa ter mais consciência da situação dela, enquanto mulher trabalhadora que mora na periferia. E eu tenho que ter recursos técnicos, porque também não é no discurso que eu vou conseguir fazer isso; é na minha relação com ela, no nosso relacionamento que eu vou tecer isso. **Mas aí eu tenho que ter um referencial, porque aqui eu preciso saber onde eu preciso chegar. E fazer isso com muito cuidado.** Eu falo: se possível, com toda a ética do mundo e se possível, com afeto. No olhar, no gesto, no sorriso, no acolher, na escuta... Afeto nesse sentido, no sentido da solidariedade mesmo, porque sem isso você não dá conta de acolher o outro. **E isso a gente faz o tempo todo: é na visita domiciliar, é na relação; isso é construído na relação. [...] Não tem como fugir: isso é a instrumentalidade, porque isso me dá posicionamentos políticos: eu vou trabalhar na defesa do quê? [...] Então, como será que as pessoas fazem para tomar essas decisões, como será que os profissionais fazem? O que eles usam como referência? O que eles têm de clareza disso?** Porque conforme a via que você operacionaliza isso e estabelece essa relação com a família, você destrói uma família, você destrói uma melhor. Às vezes a gente não tem muitas possibilidades de mudar a família pra melhor, mas pra pior você tem muita possibilidade, de ajudar a revitimizar, a jogar mais na exclusão, fazer com que ela se sinta mais porcaria. (Layla – assistente social – entrevista, grifo nosso).

A última fala que temos sobre a mesma questão expressa de maneira contundente a confusão do profissional com relação ao seu referencial para orientar sua prática, sem desenvolver a ideia apresentada: “No meu caso, me identifiquei com o modo dialético / holística para minha futura atuação profissional.” (Beth – assistente social – entrevista).

A seguir exploraremos o conteúdo das cinco falas sobre a questão acerca do pluralismo e do ecletismo na profissão, a qual, conforme descrito na introdução deste trabalho, foi utilizada apenas na primeira etapa da pesquisa de campo, tendo sido modificada a partir da realização do exame geral de qualificação.

A despeito da heterogeneidade dos conteúdos, vemos novamente presentes as confusões em torno do referencial, a busca por normativas para orientar a prática, a perda da especificidade da profissão e a dificuldade de delimitação da teoria e da metodologia às quais os assistentes sociais deveriam estar aptos a lançar mão.

As duas falas abaixo apresentam o aspecto relativo à perda da especificidade do trabalho do assistente social e/ou a confusão disso com o pluralismo e o ecletismo na profissão, e denotam a falta de reflexão mais atualizada sobre o referencial teórico-metodológico do Serviço Social:

Então por isso que eu te falo, **muito pouco da teoria do Serviço Social a gente utiliza aqui**. O que a gente mais utiliza é saber, tem que saber quais são os recursos que têm aí fora pra gente orientar essa família, onde vai procurar. A gente tem as instituições, os benefícios de assistência, que ele pode conseguir. [...] **Às vezes a gente acaba indo pro lado do ecletismo**, porque muita coisa do dia-a-dia você acaba fazendo, não sei... Aqui no trabalho que a gente vivencia daria para fazer igual você está fazendo, pesquisa, daria para fazer muita pesquisa, das dificuldades mesmo que a gente encontra no dia-a-dia, isso poderia disparar algum trabalho de mestrado. É que eu, na minha idade, eu já não tenho mais ânimo para fazer esse tipo de coisa. Mas eu falo às vezes para as meninas, nossa, daria para fazer, um trabalho. É que eu não me atento muito assim para o nome do autor, mas... Hoje mesmo eu estava lendo um artigo, acho que é até da enfermagem, sobre idosos dependentes. Na clínica médica tem muito idoso, que tem problema de hipertensão, diabetes, já teve um AVC, então a gente vai lendo... **Mas às vezes eu vou cair no ecletismo mesmo, porque eu não me atento pro nome do autor, para saber...** Por isso que eu falo, para fazer um trabalho, uma pesquisa, teria que estudar mais. (Eleonor – assistente social – entrevista, grifo nosso).

O Serviço Social, para mim, é essencialmente pluralista em sua formação a partir do momento em que o profissional dessa área parte do referencial de várias disciplinas, devendo tomar isso estritamente como referencial para entender seu campo de atuação, cuidando para não invadir searas de outros profissionais, tanto na intervenção como no uso de terminologia técnica que não lhe compete. (Geni – assistente social – entrevista, grifo nosso).

O depoimento a seguir revela a confusão teórica feita pelo profissional e os equívocos com relação ao referencial, o que a faz lançar mão do uso de normativas para explicar seu exercício profissional, mostrando sua visão de cisão acerca da relação entre teoria e prática:

Por exemplo, **o positivismo funciona muito na busca e apreensão, a criança tá correndo risco de vida, ela teve seus direitos violados, então não dá muito para se questionar, então nós aplicamos o positivismo**, ela tá correndo risco, tá com os direitos violados, vamos abrigar para fazer o estudo, para averiguar o que está acontecendo. **Então, para imediatismo, acho que o positivismo funciona, porque é uma coisa de bate-pronto**. Mas aí, eu acho que na hora em que você vai fazer o estudo para desabrigar, para entender o que aconteceu, o que levou a este abrigo, aí eu acho que ele não cabe, eu acho que você já tem que usar uma outra corrente. Por exemplo, você abrigou uma criança que esteve na mídia, que o pai espancou, a mãe espancou, ele foi acolhido; para imediatismo ele funcionou, mas a partir do momento que ele foi abrigado, aí o positivismo já não funciona mais, porque aí a gente já tem que investigar dentro da família tá uma desordem, mas dentro da família ainda existem pessoas que podem acolher essa criança. Porque o abrigo tem que ser uma medida excepcional. Então, quer dizer, tem algumas coisas que dá pra você amarrar com a rede, pra fortalecer essa família, pra esse menino ficar na família, tem, então eu acho que é aí que a gente usa outras correntes. **Se você usar o positivismo, é preto no branco, ele não cabe. Eu acho que aí dá para usar os outros**. A gente participa de um grupo de estudos aqui, e aí a gente fica pensando, nossa, **como é difícil casar a teoria com a prática!** É muito difícil fazer... Você tem uns lampejos, você fala opa, essa conduta que eu estou tendo é pensando naquele livro que eu li e naquelas determinações do CRESS... Isso dá para fazer, isso já não dá para fazer, não cabe, **você não consegue achar nenhuma normativa, nenhuma lei que baseia aquela sua ação**. Não que seja só no achismo, você fez discussão de caso, você conversa com um mais velho de casa, outras pessoas que já fizeram isso para tentar não fazer no achismo, mas é um pouco difícil casar a teoria com a prática. (Camila – assistente social – entrevista, grifo nosso).

O conteúdo da fala abaixo traz alguns elementos mais claros para a análise da questão proposta, remetendo à importância do referencial para a leitura das demandas que se apresentam no cotidiano profissional, apesar da confusão na conceituação de pluralismo, mas conseguindo refletir sobre a questão do ecletismo:

Plural é tudo aquilo que vem acrescentar dentro da mesma linha teórica do que a gente acredita, do que a gente tem como referencial teórico. Posso adicionar coisas... **O ecletismo não, o ecletismo você vai juntando coisas diferentes que algumas vezes pode até a vir se contradizer.** O nosso caso é um dos referenciais teóricos que olham o nosso sujeito de uma forma diferente do que a gente acredita, pelo menos o meu referencial teórico a gente enxerga o indivíduo na busca da emancipação, de uma forma bem diferenciada. O pluralismo seria uma mesma linha com algumas vertentes um pouco diferentes mas que pensam dentro de uma mesma linha, senão ficaria eclético. [...] acho que o mais rico dela [profissão] é tentar entender, é tentar auxiliar algumas mães que vêm, crianças que não foram negligenciadas que a gente atende aqui, mãe que não tem noção de cuidado, que vem como maioria pra gente, é sentar com a equipe e tentar orientar tudo de novo; mostrar pra uma equipe inteira que quer punir uma mãe que não é aquilo, que algumas circunstâncias levaram àquilo. É uma demanda gostosa. A gente tem essa visão do todo. É diferente. (Carolina – assistente social – entrevista, grifo nosso).

A última fala sobre a mesma questão nos pareceu ser a única com a devida clareza tanto dos conceitos quanto da importância desta reflexão para o pensar e o agir profissional, pontuando as contradições que observa em relação à formação e ao trabalho profissional, o que vai culminar em dilemas presentes no cotidiano e que estão diretamente ligados às condições objetivas do profissional:

Mesmo que a profissão seja, é, **a maioria da categoria profissional escolheu como referencial a perspectiva marxista, tá, mas isso eu acho que não pode se fechar, a gente não deixar que isso faça com que se feche o pensamento só nisso, tem que estar aberto para discussões, para outras opiniões diferentes, para novas teorias, novos conceitos, não no ecletismo, porque ecletismo pra mim é você pegar um pouco de cada coisa e acaba não tendo uma identidade. Ecletismo é quando você pega uma coisa dali uma coisa daqui e quando você vai ver você não está se baseando em nada, você tá se baseando em tudo mas não tá se baseando em nada.** Então eu acho que tem que ter o pluralismo, a categoria tem que estar aberta às opiniões diferentes, até mesmo respeitar os profissionais que pensam diferente, porque não é porque é a maioria que você tem que impor pra minoria. Uma coisa de forma a não deixar o outro se expor, a sufocar... Então eu acho que a categoria tem que estar aberta, o profissional tem que estar aberto a novas formas de pensar, para discussões, para debates, sem também cair no ecletismo. Tudo bem, se outro profissional se baseia na perspectiva sistêmica, que seja aquilo, que não seja um pouco de cada coisa. Você vê misturado funcionalismo e fenomenologia, teoria sistêmica e um pouco de marxismo, você vira coisa nenhuma. **Então é isso, tem que estar aberto ao pluralismo, sem cair no ecletismo.** Eu acho assim, enquanto a gente ainda tá na universidade, é tudo mais fácil, apesar de ter o estágio, mas quando você sai, que você vai atuar mesmo, sozinha, que você começa a se deparar com situações, decisões que você tem que tomar, e aí que fica mais difícil. **Por isso que é bom você nunca perder esse espaço assim de estar refletindo, nunca deixar de estudar, ou de estar em algum grupo, de debater, para não ir perdendo.** Eu acabei assim, me formei, depois

casei, tive filho, e aí o nosso trabalho, viajando, então eu acabei ficando. Apesar de que sempre que eu tô podendo participar de alguma coisa, que eu tô podendo me inteirar, eu tô fazendo, mas fica um pouco prejudicado, sabe, eu queria já estar fazendo uma pós [graduação], eu queria já estar fazendo uma especialização, porque eu vejo que isso é importante, sabe, senão você vai dando uma distância muito grande. **É que até o momento eu não consegui conciliar tudo isso, trabalho, casa, filho, você tem outras áreas da sua vida, então não dá, mas que é importante...** Eu sinto falta disso, porque apesar de participar de alguns espaços, mas eu sinto que falta ainda, eu não participo de nenhum grupo de estudo, falta estar me atualizando, estar revendo... Porque às vezes no processo de trabalho, se você deixar, você vai virando um mecânico. **Eu procuro às vezes paro e penso, será eu tô ficando mecânica, será que eu tô deixando algumas coisas parecerem normais, sendo que não são, será que eu tô me acostumando... Só que você tem que estar sempre atento a isso, senão você deixa mesmo...** Se o profissional não se policiar ele vai se deixando ir pela rotina, e a instituição, não só aqui, a outra instituição também que eu trabalhei, é muito assim, cobra muito do profissional. Aqui é muito tempo, é meta, tudo tem um tempo determinado, muito burocrático, e aí você não tem às vezes no trabalho tempo para parar e refletir sobre o trabalho que você tá fazendo. Então se você não tiver como fazer um espaço fora daqui, aí acaba ficando prejudicado. Então é isso que eu vejo. (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso).

A riqueza e a heterogeneidade dos conteúdos apresentados sobre as questões relativas aos objetivos deste capítulo se mostram intrinsecamente relacionadas às discussões teóricas realizadas ao longo deste trabalho, apresentando os dilemas, os conflitos e os desafios que são colocados aos profissionais no exercício do trabalho cotidiano, independentemente de sua área de atuação.

Observamos aqui que a formação e as condições objetivas em que se dá o trabalho profissional determinam sua condução, mostrando que alguns profissionais têm se situado à margem de qualquer discussão sobre o Serviço Social e seus determinantes, revelando uma prática alienada. Em contrapartida, temos reflexões afinadas com as discussões correntes na profissão, mas que não se dão sem contradições, as quais são inerentes à inserção do Serviço Social enquanto profissão na lógica da sociabilidade burguesa.

Tendo a compreensão e o domínio das dimensões que constituem o Serviço Social, o profissional deve estar preparado para analisar a realidade concreta em que atua: “Apreender as múltiplas determinações societárias incidentes no trabalho profissional é de fundamental relevo, mas se faz também necessária a viagem de volta que permita uma rica releitura desse trabalho saturado daquelas determinações.” (IAMAMOTO, 2008, p. 244).

Este movimento se faz necessário a partir do momento em que consideramos que:

[...] a multiplicidade quase infindável das refrações da “questão social” que esbatem no âmbito da intervenção profissional do Serviço Social põe problemas nos quais necessariamente se entrecruzam dimensões que não se deixam equalizar, escapando e desbordando dos modelos formal-abstratos de intervenção. (PAULO NETTO, 1996a, p. 91).

Assim, partimos do pressuposto de que o assistente social

[...] tem responsabilidade e chance de escolha, de imprimir sentido, direção valorativa e finalidade as suas ações, uma vez que portador de relativa autonomia na execução de sua atividade. Todavia, para isso, é crucial capacidade intelectual – busca de substanciais conhecimentos teóricos e metodológicos (inclusive ético-políticos) que lhe permitam situar o seu papel como profissional na realidade social – sem o obscurecimento de idealismos e dos limites das intervenções que não ultrapassam o plano das intenções, pois desconexas da realidade. (FORTI; GUERRA, 2010, p. 9).

Finalizando a discussão do presente capítulo, mais uma vez nos valem das reflexões presentes da obra José Fernando Silva (2013, p. 229), sendo a escolhida para este momento uma importante afirmação sobre as perspectivas existentes para o profissional de Serviço Social, a partir das condições objetivas em que se dá seu trabalho e da sua formação:

[...] embora a profissão não possa, pela sua própria natureza, emancipar humanamente os “usuários” (uma tarefa impensável sem a revolução), certamente pode e deve imprimir outra direção social e contribuir com esse processo. O impacto disso nos espaços de inserção profissional é claro: um profissional empenhado em qualificar-se teórica e praticamente (ou pelo menos intencionado nessa direção), perquirindo diversas categorias concretamente e diariamente enfrentadas pelos assistentes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos traçados para construção desta pesquisa e ao longo do seu desenvolvimento, analisar os conflitos existentes no trabalho profissional cotidiano dos assistentes sociais se constituiu um processo difícil, mas que pôde ser ricamente vivenciado a partir do momento em que nos colocamos como parte da realidade que buscamos desvelar.

Sendo fruto de angústias vividas enquanto profissional inserida em um contexto de trabalho com inúmeras exigências e poucos estímulos para o adensamento do processo formativo, esta pesquisa representou um grande passo na reflexão que tanto buscávamos sobre esta nossa inserção como assistente social, perpassando aspectos como a identidade, as perspectivas e os medos.

Chegando ao “final”, percebemos que ainda restam muitas outras questões a serem exploradas e que são intrínsecas às nossas vivências profissionais, mas tal aprofundamento encontra limites naquilo que chamamos de realidade concreta, nos fazendo acreditar que uma pesquisa nunca é concluída, e sim abandonada.

“Abandonamos” neste momento nosso processo de construção do conhecimento dentro daquilo que o mestrado em Serviço Social pôde nos proporcionar, certos de que já existe uma indicação de trajetória a ser retomada posteriormente, à medida em que a realidade concreta permitir, considerando nosso desejo pela continuidade do caminhar.

Nos propomos agora a falar sobre as conclusões a que chegamos, a partir da reflexão à luz da discussão teórica, unida àquilo que a realidade nos trouxe por meio das falas dos profissionais entrevistados por ocasião da pesquisa de campo.

Tais conclusões não significam um conhecimento acabado, mas sim representam uma parcela do que buscamos em termos de respostas para as questões formuladas no início do trabalho de construção da pesquisa.

As perguntas que incitaram a construção deste trabalho foram aquelas que viemos nos fazendo ao longo de nossa trajetória profissional: eu possuo um determinado referencial teórico-metodológico que orienta meu trabalho profissional? Qual seria este referencial? Os conflitos que perpassam estas questões são devidos a que determinantes?

Para tratar destas perguntas foi necessário unir a elas outros questionamentos sem os quais nossa análise estaria incompleta: quais são os determinantes da sociabilidade burguesa para o trabalho profissional? Quais são as condições atuais de trabalho para os assistentes sociais? Qual é o quadro atual da formação em Serviço Social? Qual a construção da profissão em termos de aparato teórico-metodológico? Quais os elementos oferecidos pela formação

para que os profissionais tenham de fato condições de reconhecer seu referencial teórico-metodológico para realizar uma leitura crítica de sua realidade?

A partir de todas estas questões, o presente trabalho pôde ser estruturado, trazendo os elementos para a construção das respostas possíveis diante das condições e do contexto em que realizamos nossa análise, na qual observamos que muitos são os dilemas que envolvem a escolha de um referencial teórico-metodológico como norteador do trabalho profissional cotidiano.

Acreditamos que o principal constructo teórico que esta análise nos permitiu elaborar foi que o dilema vivenciado pelos assistentes sociais como abordamos no parágrafo acima está essencialmente ligado à sociabilidade burguesa e aos seus determinantes para as relações sociais, configurando uma conjuntura específica no caso brasileiro e afetando diretamente não só o trabalho, mas também e primeiramente a formação dos assistentes sociais.

A atual configuração do mundo do trabalho e das relações sociais a partir dos determinantes do modo de produção capitalista coloca o profissional de Serviço Social no cerne de uma questão bastante significativa, segundo a qual o mesmo é chamado a atender uma “demanda”, ao mesmo tempo em que se vê imerso nesta sociabilidade, inclusive a partir de sua condição de trabalhador, sujeito aos ditames do capital e inserido nos diversos contextos político-institucionais, também determinados pelo capitalismo nas formas específicas que se verificam em nosso país.

Para além disso, cabe ressaltar que, mesmo com a existência de um aparato legal que protege o exercício profissional, observamos que os assistentes sociais estão trabalhando muitas vezes em condições avessas àquelas determinadas pelos preceitos legais, submetidos a condições contrárias ao que rege o Código de Ética da profissão, e mais, sem os devidos elementos para desvelar esta realidade e reconhecer sua identidade e sua inserção social.

O atual quadro da formação profissional no Brasil, especificamente no que diz respeito à educação superior e traduzido na realidade da formação em Serviço Social, vem passando por diversas modificações ao longo dos últimos anos e tem determinado um contexto no qual não se verifica um processo formativo capaz de oferecer aos profissionais aquilo de que estes de fato necessitam para realizar a devida leitura da realidade em que estão inseridos e projetar seu trabalho profissional.

Este quadro atual está intimamente ligado ao desenvolvimento da profissão e aos conflitos vivenciados por esta na elaboração de seu corpo teórico-metodológico, o que vai se traduzir em uma formação que nem sempre será capaz de suprir as necessidades dos

assistentes sociais no que diz respeito à construção da condição de analisar o aparato teórico-metodológico de que a profissão dispõe e visualizá-lo no seu trabalho profissional.

Desta maneira, verificamos diversos conflitos que envolvem a relação teoria e prática, mas que estão necessariamente ligados à parca compreensão dos profissionais sobre esta relação e sobre a extrema importância da continuidade do processo formativo como condição para olhar criticamente a realidade e compreender seu papel e suas perspectivas na sociabilidade em curso.

Todavia, pudemos identificar ao longo do trabalho, a partir das falas dos sujeitos da pesquisa, posturas que denotam uma abertura para a análise do movimento contraditório da sociedade e de qual seria o papel do Serviço Social neste processo. Estes diferentes posicionamentos estão associados às mais diversas questões, mas todas são fruto das condições objetivas e subjetivas que se relacionam e definem os principais apontamentos que pudemos elaborar na construção deste trabalho.

Podemos dizer que a área de atuação dos assistentes sociais não diferenciou as opiniões dos mesmos com relação às questões abordadas nas entrevistas, no entanto, mostrou uma parcela da realidade de cada uma das áreas acessadas por meio dos profissionais para a pesquisa, mostrando que em todas elas é possível encontrar posturas críticas e conservadoras.

Conforme os quadros mostrados na introdução deste trabalho, observamos que as profissionais com maior idade e maior tempo de formação foram as que tiveram maior dificuldade no processo de participação da pesquisa de campo. Identificamos a dificuldade para a realização da reflexão sobre suas opiniões acerca de sua profissão e de seu trabalho profissional, dificuldade esta que se viu expressa nas respostas evidenciadas ao longo dos capítulos. Tais profissionais também não deram continuidade ao processo formativo e este afastamento da reflexão teórico-metodológica se viu gravemente expresso nas suas visões sobre as questões tratadas.

Percebemos que o local de formação (instituições públicas ou privadas) não determinou prontamente aquilo que foi trazido pelas assistentes sociais, já que em ambos os casos verificamos posturas críticas e posturas alienadas acerca do trabalho profissional e do significado da profissão.

Com relação ao critério de realização ou não de pós-graduação, observamos que nos casos em que houve a continuidade do processo formativo os profissionais puderam aprofundar sua análise, mostrando possuir mais elementos para pensar sua condição e suas possibilidades. No entanto, salientamos que também houve conteúdo significativo trazido por

profissionais que não fizeram pós-graduação, mas ponderamos que estes concluíram a graduação a menos tempo.

O tempo de atuação na mesma área, por sua vez, não parece condicionar as reflexões das profissionais, já que, de acordo com o quadro específico para este critério, apresentado na introdução, temos três profissionais atuando há cerca de duas décadas na mesma área, apresentando, contudo, visões totalmente diferentes com relação aos assuntos abordados na entrevista.

Desta forma, reafirmamos a junção das condições objetivas e subjetivas determinando o teor da análise realizada pelos profissionais, mas enfatizamos que as condições perpetradas pela realidade concreta são as que incidem de maneira mais significativa nas opiniões captadas nas entrevistas, o que está diretamente ligado à análise que pudemos realizar a partir da discussão teórica presente nos capítulos.

Vemos como necessária e urgente a aproximação e o estímulo junto aos profissionais das mais diversas áreas, atuando nos mais diversos contextos, contato este que está dentro das atribuições dos órgãos representativos da profissão, como meio de instrumentalizar estes profissionais a continuarem refletindo, para além da graduação, sobre seu trabalho e sobre aquilo que orienta sua caminhada.

Observamos que a dicotomia na relação teoria e prática evidenciada nas falas dos profissionais está relacionada à distância que estes verificam entre o espaço que ocupam no momento presente no mercado de trabalho e aquele que ocupavam enquanto estavam na academia, ou seja, aquilo que o trabalho está requisitando dos profissionais lhes parece estranho àquilo que puderam apreender na graduação, apesar de termos verificado algumas falas um pouco diferentes a este respeito.

Não podemos deixar de salientar o papel do Serviço Social enquanto parte da Universidade pública neste sentido, para além da graduação, a qual pode promover espaços de reflexão com os profissionais não só por meio de eventos, mas através da abertura dos campos de estágio e trazendo os supervisores para a discussão em curso na academia.

Nos identificamos muito com a afirmativa abaixo e acreditamos que ela resuma nosso sentimento neste momento de “conclusão” e de visualização de perspectivas futuras:

O caminho a percorrer é longo. Nele, certamente, a densidade e a grandeza da história não podem ser reduzidas à finitude mortal de cada um de nós, à nossa historicidade finita. Fundamental é deixar registrado nessa história nossas marcas como indivíduos-sociais, como seres sociais que a tecem como podem, conscientemente, ao mesmo tempo em que são tecidos por ela. (SILVA, J. F. S., 2013, p. 254).

Assim encerramos nossas reflexões propiciadas pelo exercício da construção do conhecimento, as quais nos permitem reafirmar a necessidade de estarmos em contato constante com a nossa trajetória e seus determinantes, sempre atentos ao reconhecimento de nossas potencialidades para enfrentar os desafios da profissão na sociedade em que vivemos, regida por uma lógica cruel e que exige uma vigilância constante para desvelar suas tramas.

REFERÊNCIAS

ABESS. CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Perenidade (e superfluidade) do trabalho: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho. In: SILVA, José Fernando Siqueira da, SANT'ANNA, Raquel Santos; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. (Org.). **Sociabilidade burguesa e serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social:** fundamentos ontológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____.; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social comentado**. Organização do CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. p. 7613. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 ago. 2010. p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm>. Acesso em: 20 nov. 2012.

BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi. O ensino em Serviço Social da era neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos e enormes desafios. In: SILVA, José Fernando Siqueira da, SANT'ANNA, Raquel Santos; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. (Org.). **Sociabilidade burguesa e serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 1, p. 17-42, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 5-17, 1991.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1. p. 33. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 9ª Região. **Legislação brasileira para o Serviço Social:** coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrução da (o) assistente social. São Paulo, 2004.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra? In: _____.; _____. (Org.). **Serviço social:** temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

_____. Formação profissional em Serviço Social: polêmicas e desafios. In: SILVA, José Fernando Siqueira da, SANT'ANNA, Raquel Santos; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. (Org.). **Sociabilidade burguesa e serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, Lima: CELATS, 1982.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elisabete et al. (Org.). **Serviço Social e saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm>. Acesso em: 20 fev. 2011.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LESSA, Sérgio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 52, p. 7-23, dez. 1996.

LUKÁCS, György. **Estética**. Barcelona: Grijalbo, 1966.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. A consciência revolucionária da história. In: _____.; ENGELS, Friedrich. **História**. Organização de Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais, n. 36).

_____. **O capital: a lei geral da acumulação capitalista**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. L. 1. t. 2.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAULO NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 30, p. 89-102, 1989.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996a.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996b.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, Ana Elisabete et al. (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm>. Acesso em: 20 fev. 2011.

_____. (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PINTO, João Bosco G. Buscando uma metodologia de pesquisa para o Serviço Social: reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas. **Cadernos ABESS**. São Paulo, n. 6, p. 29-45, 1993.

ROS, Ana Carolina Pontes. **Violência familiar, pauperismo e sociabilidade burguesa: a vida das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão Preto - SP**. 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo **Filosofia da práxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ana Célia Bahia. Das diretrizes curriculares à construção dos projetos pedagógicos em cada instituição. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 19-25, 1998.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Teoria e prática no trabalho profissional do assistente social: falsos e verdadeiros dilemas. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 14, n. 2, p.133-154, 2005.

_____. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil. In: SADER, Emir (Comp.). **El ajuste estructural en América Latina: costos sociales y alternativas**. Buenos Aires, CLACSO, 2001.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 7-18, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/2_-_Fundamentos_historicos_e_teoricometodologicos_do_Servico_Social_brasileiro_na_contemporaneidade_.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro Inicial da Pesquisa de Campo

Idade:

Ano de formação:

Local de formação:

Tempo de atuação como assistente social:

Área de atuação atual:

Pós-graduação:

Qual, Quando?

1. O que você entende quando falamos em referencial teórico metodológico do Serviço Social?
2. Na sua atuação profissional, qual seria o referencial teórico-metodológico que orienta sua prática? Dê um exemplo disso no seu trabalho profissional.
3. O que você entende por pluralismo e ecletismo?

Apêndice B - Novo Roteiro da Pesquisa de Campo

Idade:

Ano de formação:

Local de formação:

Tempo de atuação como assistente social:

Área de atuação atual:

Pós-graduação:

Qual, Quando?

1. O que você entende quando falamos em referencial teórico metodológico do Serviço Social?
2. Como foi abordada a questão teórico-metodológica na sua formação acadêmica? Fale um pouco de sua formação (pontos positivos, negativos).
3. Na sua atuação profissional, qual seria o referencial teórico-metodológico que orienta sua prática? Dê um exemplo disso no seu trabalho profissional. Ou: Como se dá o seu trabalho profissional, no dia-a-dia? Você compreende que há um referencial teórico-metodológico que a(o) orienta?
4. Como você descreveria suas condições de trabalho atuais (salário, carga horária, regime de trabalho, relações institucionais, exigências, etc)?
5. Como você analisa a conjuntura brasileira atual na qual você se insere como assistente social (questão social, política, economia, etc)?

Apêndice C - Roteiro Complementar da Pesquisa de Campo

1. Como foi abordada a questão teórico-metodológica na sua formação acadêmica? Fale um pouco de sua formação (pontos positivos, negativos).
2. Como você descreveria suas condições de trabalho atuais (salário, carga horária, regime de trabalho, relações institucionais, exigências, etc)?
3. Como você analisa a conjuntura brasileira atual na qual você se insere como assistente social (questão social, política, economia, etc)?

ANEXOS

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa de Campo



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: _____ O projeto de pesquisa será conduzido por _____, do Programa de Pós-Graduação em _____, orientado pelo Prof (a). Dr(a) _____, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: (Monografia, Dissertação, Tese, Projeto (s), Relatório Trienal de Atividades/Docente, etc.) observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. _____.

Franca, de _____ de _____.

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome:

Endereço:

Tel:

(assinatura)

Orientador

Prof. (ª) Dr. (ª)

Endereço:

Tel: